



# RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

## **INCRA**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E  
REFORMA AGRÁRIA

---

## Lista de siglas e abreviações

AGU – Advocacia Geral da União  
ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar  
BSM – Brasil Sem Miséria  
CadÚnico – Cadastro Único  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso  
CDRU - Concessão do Direito Real de Uso  
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural  
CCU - Contrato de Concessão de Uso  
CGU - Controladoria Geral da União  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CPN – Comissão Pedagógica Nacional do Pronex  
DA – Diretoria de Gestão Administrativa  
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade  
DAH – Coordenação-geral de Gestão de Pessoas  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DCR – Declaração para Cadastro Rural  
DD – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento  
DE - Diretoria de Gestão Estratégica  
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação  
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária  
DFC – Coordenação-Geral de Cadastro Rural  
DFG – Coordenação-Geral de Cartografia  
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária  
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola  
DT – Diretoria de Obtenção de Terras e implantação de projetos de Assentamento  
DTO - Coordenação Geral de Obtenção de Terras  
DTI – Coordenação geral de Implantação  
EAT – Equipes de Articulação Territorial  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública  
EPI – Equipamento de Proteção Individual  
ESAF – Escola de Administração Fazendária  
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão  
FBB – Fundação Banco do Brasil  
FCP – Fundação Cultural Palmares  
FIG - Federação Internacional dos Geômetras  
FLONA – Floresta Nacional  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio

---

FUNAPE – Fundação de Apoio à Pesquisa  
GNSS - Global Navigation Satellite System (Sistema de Navegação Global por Satélite)  
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)  
GT – Grupo de Trabalho  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica  
IFGoiano – Instituto Federal Goiano  
IFPA – Instituto Federal do Pará  
IN - Instrução Normativa  
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada  
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LTDA - Limitada  
MCid – Ministério das Cidades  
MCMVR – Minha Casa Minha Vida Rural  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MEC – Ministério da Educação  
MF – Ministério da Fazenda  
MI – Ministério da Integração Nacional  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MPOG – Ministério do Planejamento  
MP - Medida Provisória  
MPF – Ministério Público Federal  
MPS – Ministério da Previdência Social  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NE - Norma de Execução  
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural  
NEF – Núcleo de Estudos Fundiários  
NIRF – Número do Imóvel na Receita Federal  
PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista  
PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
PAV – Programa Assentamentos Verdes  
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público  
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável  
PEI – Planejamento Estratégico Institucional  
PF – Polícia Federal  
PGBC - Procuradoria-Geral do Banco Central  
PGF – Procuradoria-Geral Federal  
PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário  
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural  
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

---

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PO – Plano Orçamentário  
PCA – Política de Controle de Acesso  
PPA - Plano Plurianual  
PPR - Planilha de Preços Referenciais  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais  
RAP – Restos a Pagar  
RB – Relação de Beneficiários  
RESEX – Reserva Extrativista  
RFB - Receita Federal do Brasil  
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS  
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados  
SFB – Serviço Florestal Brasileiro  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIATER – Sistema Informatizado de ATER  
SIC – Sistema de Informação ao Cidadão  
SICAR – Sistema de Cadastro Ambiental Rural  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SIR - Sistema de Informações Rurais  
SISDOC – Sistema de Documento  
SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação  
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural  
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União  
SR – Superintendência Regional  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
TCE - Tomada de Contas Especiais  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TD - Título Definitivo  
TED - Termo de Execução Descentralizada  
UA - Unidade Avançada  
UF - Unidade da Federação  
UFLA – Universidade Federal de Lavras  
UFMA – Universidade Federal do Maranhão  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UG - Unidade Gestora  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento  
UnB – Universidade de Brasília  
VANT – Veículos Aéreos Não Tripulados  
Wikilncra – Sistema de Desenvolvimento Colaborativo de Documentos do INCRA

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas.....	10
Quadro 2 - Identificação dos Administradores .....	11
Quadro 3 – Missão, Visão de futuro e Valores.....	13
Quadro 4 – Normas da UJ .....	13
Quadro 5 – Ambiente de Negócios .....	17
Quadro 6 – Coleção Terra de Quilombos.....	60
Quadro 7 - Objetivo Estratégico: Implantar a gestão estratégica participativa do MDA e INCRA.....	67
Quadro 8 – Estruturas de Governança da Unidade .....	72
Quadro 9 – Informações sobre o atendimento.....	78
Quadro 10 – Demonstração dos tipos de atendimentos .....	79
Quadro 11 – Carta de Serviços ao Cidadão .....	81
Quadro 12 – Acesso às Informações do INCRA.....	81
Quadro 13 – Avaliação dos produtos e Serviços .....	82
Quadro 14 – Depreciação e Avaliação de Bens.....	85
Quadro 15 – Acesso às Demonstrações Contábeis .....	87
Quadro 16 – Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	88
Quadro 17 – Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU.....	89
Quadro 18 – Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU .....	91

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 01.....	24
Tabela 2 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 01.....	27
Tabela 3 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 02.....	34
Tabela 4 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 02.....	36
Tabela 5 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 03.....	40
Tabela 6 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 03.....	43
Tabela 7 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 04.....	48
Tabela 8 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 04.....	49
Tabela 9 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 05.....	52
Tabela 10 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 05.....	54
Tabela 11 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 06.....	58
Tabela 12 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 06.....	58

Tabela 13 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Item 3.2.1 .....	61
Tabela 14 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Item 3.2.2 .....	63
Tabela 15 – Execução Orçamentária e Física – Item 3.2.1 .....	64
Tabela 16 – Finanças do INCRA em milhares (R\$) – Principais Receitas .....	83
Tabela 17 – Finanças do INCRA em milhares (R\$) – Principais Despesas .....	84

### Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 01 .....	24
Gráfico 2 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 02 .....	34
Gráfico 3 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 03 .....	40
Gráfico 4 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 04 .....	48
Gráfico 5 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 05 .....	52
Gráfico 6 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 06 .....	57
Gráfico 7 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) – Item 3.2.2 .....	63
Gráfico 8 – Principais Receitas em milhares (R\$) .....	83
Gráfico 9 – Principais Despesas em milhares (R\$) .....	84

### Lista de Figuras

Figura 1 – Alinhamento das Unidades ao Planejamento Estratégico .....	69
Figura 2 – Estruturas de Governança .....	72

---

## Sumário

<b>1- Apresentação</b> .....	8
<b>2- Visão geral da unidade prestadora de contas</b> .....	10
2.1- Identificação da unidade .....	10
2.2- Finalidade e competências institucionais .....	13
2.3- Ambiente de atuação .....	14
<b>3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional</b> .....	23
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos.....	23
3.2- Informações sobre a gestão .....	60
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico .....	66
<b>4- Governança</b> .....	72
4.1- Descrição das Estruturas de governança .....	72
<b>5- Relacionamento com a sociedade</b> .....	78
5.1- Canais de acesso do cidadão.....	78
5.2- Carta de serviços ao cidadão.....	81
5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade .....	81
5.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários.....	82
<b>6- Desempenho financeiro e informações contábeis</b> .....	83
6.1- Desempenho financeiro do exercício.....	83
6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	85
6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	86
6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	87
<b>7- Áreas especiais da gestão</b> .....	88
7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade .....	88
<b>8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle</b> .....	89
8.1- Tratamento de deliberações do TCU .....	89
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	91
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	109
<b>9- Anexos e apêndices</b> .....	110
9.1- Complemento da visão por Regional .....	110
9.2- Quadros, tabelas e figuras complementares .....	142

# 1- Apresentação

Parte integrante do processo de prestação de contas a que esta Unidade Prestadora de Contas – UPC está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, o Relatório de Gestão mostra o desempenho de todas as atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no exercício de 2015.

O presente Relatório de Gestão foi desenvolvido em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 146/2015, Decisão Normativa TCU nº 147/2015 e Portaria TCU nº 321/2015, observando as orientações da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio ambiente – SecexAmbiental (unidade técnica do TCU à qual está vinculada o Incra) descritas nas orientações para preenchimento e leiaute de apresentação, conforme ata de formalização do processo de customização de 16 de fevereiro de 2016.

Os itens foram estruturados em 7 (sete) tópicos: Visão geral da unidade prestadora de contas; Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional (no qual cada um dos 6 objetivos estratégicos foi detalhado); Governança; Relacionamento com a sociedade; Desempenho financeiro e informações contábeis; Áreas especiais da gestão e Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle, além dessa apresentação e dos anexos.

As consultas para verificação da execução orçamentária-financeira do orçamento 2015 e a execução referente aos Restos a Pagar de exercícios anteriores, relacionadas aos quadros de execução dos objetivos, iniciativas e planos orçamentários sob a responsabilidade da unidade foram efetuadas no sistema Tesouro Gerencial.

Alerta-se que por meio da portaria INCRA nº 27 de 2012, a Unidade Avançada de Altamira passou a ser subordinada diretamente à Presidência do INCRA Sede, sendo assim não responde, desde então, à SR 30 – Santarém. Os recursos orçamentários e financeiros foram operados, portanto em UG própria (373032).

Destacam-se como alguns dos fatores que trouxeram maiores dificuldades em 2015 os contingenciamentos orçamentários que influenciaram negativamente o alcance e a realização das ações. A não efetividade do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, que acaba por dificultar a permanência da família no campo e por consequência dificulta a efetivação de outras políticas. Destaca-se também a insuficiência de servidores e ausência de plano de carreira atrativo.

Em que pese as dificuldades encontradas, buscou-se em 2015 novas fontes de arrecadação, novas parcerias para ampliar e aprimorar o atendimento ao público da Reforma Agrária bem como a Modernização Tecnológica com capacitação e valorização do corpo técnico.

Como principais realizações destacam-se o assentamento de 26 mil famílias e a vistoria em 178 imóveis (352.494,09 ha). Na área de desenvolvimento, o atendimento de mais de 360 mil famílias pela ATER com investimento de R\$ 210 milhões, o programa Terra Sol com 251 projetos fomentados e com previsão de contratação no exercício de 2016, além de 37 projetos contratados em 2015 para atendimento de 147 Projetos de Assentamento beneficiando mais de 3.600 famílias. Terra Forte com 32 projetos aprovados, instalação de 153 feiras permanentes. Foram atendidas mais de 24 mil famílias com obras de infraestrutura e a concessão de crédito instalação para mais de 19.700 famílias (R\$ 36 milhões). Na área de educação no campo, foram atendidos 10 mil alunos no EJA em 8 instituições distribuídas em 11 estados, 1,8 mil alunos no ensino médio e 2 mil alunos no ensino superior distribuídos em 35 instituições de ensino em 23 estados. Também foram contemplados mais de 1,5 mil alunos no Residência Agrária Jovem e mais outros 1,5 mil no Residência Agrária em 28 instituições públicas em 24 estados (bolsa capacitação). Na gestão da estrutura fundiária, destaca-se o convênio Incra/SRF para integração das bases de dados fundiários e tributários, certificação de 86 mil imóveis em 48,3 milhões de hectares (6% do território), requisição do Cadastro Ambiental Rural – CAR para mais de 5.400 lotes em 321 Projetos de Assentamento além de mais de 2.400 PAs com CAR de perímetro requeridos. As ações de regularização de territórios

---

quilombolas beneficiou mais de 2.900 famílias em 32 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID, foram expedidos 16 títulos definitivos e 11 Contratos de Concessão de Direito real de Uso - CCDRU beneficiando mais de 2.700 famílias, 14 Decretos de desapropriação que beneficiaram mais de 2.400 famílias e 12 portarias de reconhecimento (21,8 mil ha).

## 2- Visão geral da unidade prestadora de contas

### 2.1- Identificação da unidade

#### Inkra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Quadro 1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo	CNPJ: 00.375.972/0001-60	
Principal atividade: Administração Pública em geral	Código CNAE: 84.11-6-00	
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 37201
Contatos		
Telefones/fax: (61) 3411-7731 / 3411-7732 / Fax-3411-7823		
Endereço postal: SBN, Quadra 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento, 18º andar – CEP: 70057-900 – Brasília/DF		
Endereço eletrônico: <a href="mailto:publico@incra.gov.br">publico@incra.gov.br</a>		
Página na internet: <a href="http://www.incra.gov.br">www.incra.gov.br</a>		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada					
SR/UF	UG	SR/UF	UG	SR/UF	UG
SEDE/DF	373001	SR/11-RS	373072	SR/24-PI	373044
SEDE/DF	373002	SR/12-MA	373040	SR/25-RR	373029
SEDE/DF	373083	SR/13-MT	373073	SR/26-TO	373085
SR/01-PA	373030	SR/14-AC	373015	SR/27-MBA	133080
SR/02-CE	373045	SR/15-AM	373025	SR/28-DFE	133088
SR/03-PE	373048	SR/16-MS	373058	SR/29-MSF	373050
SR/04-GO	373080	SR/17-RO	373082	SR/30-STM	373037
SR/05-BA	373053	SR/18-PB	373047	UA. ALTAMIRA	373032
SR/06-MG	373055	SR/19-RN	373046		
SR/07-RJ	373062	SR/20-ES	373057		
SR/08-SP	373066	SR/21-AP	373039		
SR/09-PR	373067	SR/22-AL	373051		
SR/10-SC	373070	SR/23-SE	373052		
Unidades Avançadas					
UA/UF	UG	UA/UF	UG		
UNIDADE AVANÇADA DE COLIDER/MT	133005	PROJETO FUNDIÁRIO PARAGOMINAS/PA		373035	
PROJETO FUNDIÁRIO PEIXOTO DE AZEVEDO/MT	133007	CAPITÃO POÇO/PA		373036	
UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI/PA	133081	PROJETO FUNDIÁRIO TOME AÇU/PA		373038	

UNIDADE AVANÇADA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA	133082	PIC BARRA DO CORDA/MA	373041
UNIDADE AVANÇADA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA	133083	PROJETO FUNDIARIO BACABAL/BA	373042
PROJETO FUNDIÁRIO ARAGUAINA/TO	133084	UNIDADE AVANÇADA DE ZÉ DOCA /MA	373043
PROJETO FUNDIÁRIO IMPERATRIZ/MA	133085	OESTE BAIANO – SERRA DO RAMALHO/BA	373054
PROJETO FUNDIÁRIO AÇAILÂNDIA/MA	133086	PROJETO FUNDIÁRIO CORUMBA/MS	373059
INCRA-UNIDADE AVANÇADA JARU OURO PRETO/RO	373012	PROJETO FUNDIÁRIO JARDIM/MS	373060
INCRA-UNIDADE AVANÇADA CORUMBIARA/RO	373013	PROJETO FUNDIÁRIO DOURADOS/MS	373061
INCRA-UNIDADE AVANÇADA GUAJARA MIRIM/RO	373014	UNIDADE AVANÇADA DE XINGU/PA	373063
PROJETO FUNDIÁRIO ALTO PURUS/AC	373016	PROJETO FUNDIÁRIO IGUAÇU/PR	373069
PROJETO FUNDIÁRIO ALTO JURUA/AC	373017	PROJETO FUNDIÁRIO SANTA CATARINA/PR	373071
PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO BRASILÉIA/AC	373024	PROJETO FUNDIÁRIO CARCERES/MT	373074
PROJETO FUNDIÁRIO BOCA DO ACRE/AM	373026	PROJETO FUNDIÁRIO VALE DO ARAGUAIA/MT	373075
PROJETO FUNDIÁRIO HUMAITA/AM	373027	PROJETO FUNDIÁRIO VALE DO GUAPORE/MT	373076
PROJETO FUNDIÁRIO MÉDIO MADEIRA - BORBA/AM	373028	PROJETO FUNDIÁRIO NORTE DO MATO GROSSO/MT	373077
PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO ALTAMIRA/PA	373031	PROJETO FUNDIÁRIO DIAMANTINO/MT	373078
PROJETO FUNDIÁRIO-ALTAMIRA/PA	373032	UNIDADE FUNDIÁRIA DE GURUPI/TO	373079
PROJETO FUNDIÁRIO CACHIMBO-ITAITUBA/PA	373033	UNIDADE AVANÇADA ARAGUATINS/TO	373086
PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO MONTE ALEGRE/PA	373034		

As Unidades Avançadas que não possuem UG correspondente no SIAFI não foram apresentadas nesta tabela.

#### Quadro 2 - Identificação dos Administradores

Identificação dos administradores			
Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Presidente	Carlos Mário Guedes de Guedes	606.955.950-91	01/01/2015 a 16/03/2015
Presidente	Maria Lúcia de Oliveira Falcón	187.763.105-15	17/03/2015 a 31/12/2015
Diretor de Gestão Administrativa	Juliano Flávio dos Reis Rezende	967.754.406-34	01/01/2015 a 20/07/2015
Diretora de Gestão Administrativa	Cleide Antônia de Souza	372.898.021-87	21/07/2015 a 31/12/2015
Diretor de Gestão Estratégica	William George Lopes Saab	828.330.447-04	15/07/2015 a 31/12/2015
Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	César Fernando Schiavon Aldrighi	425.920.200-63	01/01/2015 a 31/12/2015
Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	Marcelo Afonso Silva	311.875.526-15	01/01/2015 a 31/12/2015
Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária	Richard Martins Torsiano	824.775.740-00	01/01/2015 a 31/12/2015

Diretor de Programas	Érika Galvani Borges	042.724.006-90	01/01/2015 a 27/02/2015
Diretor de Programas	Leonardo Góes Silva	501.055.825-49	06/05/2015 a 31/12/2015
Chefe de Gabinete	Raimunda Helena Nahum Gomes	431.105.842-04	01/01/2015 a 27/04/2015
Chefe de Gabinete	Luana da Cruz Coelho	913.964.921-00	28/04/2015 a 31/12/2015
Chefe de Gabinete	Luiz Rodrigues de Oliveira	290.477.902-78	28/10/2015 a 31/12/2015
Procurador-Chefe	Júnior Divino Fideles	851.339.651-68	26/03/2015 a 31/12/2015
<b>Substitutos</b>			
Presidente Substituto	Érika Galvani Borges	042.724.006-90	01/01/2015 a 26/02/2015
Presidente Substituto	Marcelo Afonso Silva	311.875.526-15	27/02/2015 a 06/04/2015
Presidente Substituto	Leonardo Góes Silva	501.055.825-49	07/04/2015 a 31/12/2015
Substituto da Diretoria de Gestão Administrativa	Francisco José Nascimento	068.104.542-68	01/01/2015 a 31/12/2015
Substituto da Diretoria de Gestão Estratégica	Maria Jeigiane Portela da Silva	629.027.682-49	01/01/2015 a 07/12/2015
Substituto da Diretoria de Gestão Estratégica	Carlos Tadeu Assumpção de Pinho	183.483.431-72	08/12/2015 a 31/12/2015
Substituto da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	Sérgio Ricardo Rezende	112.589.388-55	01/01/2015 a 21/05/2015
Substituto da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	Antônio Wilson Vieira Bonfim	283.745.253-04	22/05/2015 a 31/12/2015
Substituto da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	Robson de Oliveira Fonzar	930.997.461-34	10/07/2015 a 31/12/2015
Substituto da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária	Evandro Carlos Miranda Cardoso	319.294.002-68	01/01/2015 a 01/01/2015
Substituto da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária	Patrícia da Silva	920.296.550-15	02/01/2015 a 09/07/2015
Substituto da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária	Cláudio Roberto Siqueira da Silva	772.603.410-68	10/07/2015 a 31/12/2015
Substituto do Diretor de Programas	Luz Marilda de Moraes Maciel	615.978.724-15	01/01/2015 a 22/05/2015
Substituto do Chefe de Gabinete	Maria Mota Pires	149.547.371-68	01/01/2015 a 11/11/2015
Substituto do Chefe de Gabinete	Fabíola Navajas Moreira	661.440.605-10	18/11/2015 a 31/12/2015
Substituto do Procurador-Chefe	Renata Silva Pires de Carvalho	691.594.831-72	01/01/2015 a 31/12/2015

## 2.2- Finalidade e competências institucionais

Quadro 3 – Missão, Visão de futuro e Valores

Missão	Visão de futuro	Valores
Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.	Ser referência internacional de soluções de inclusão social.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compromisso com o interesse público, a solidariedade, a ética e a transparência;</li> <li>- Gestão democrática com participação social;</li> <li>- Valorização e respeito às pessoas;</li> <li>- Redução das desigualdades regionais, de renda, de gênero, de raça, de etnia e de geração nas áreas rurais;</li> <li>- Valorização das diversidades do Brasil Rural;</li> <li>- Responsabilidade econômica, social e ambiental;</li> <li>- Integração com parceiros públicos e privados;</li> <li>- Valorização e qualificação dos recursos humanos e dos ambientes de trabalho da autarquia;</li> <li>- Busca permanente por eficiência e inovação.</li> </ul>

Quadro 4 – Normas da UJ

Normas da UJ	
Norma	Endereço para acesso
Constituição Federal	<a href="http://www.incra.gov.br/constituicao-federal">http://www.incra.gov.br/constituicao-federal</a>
Regimento interno	<a href="http://www.incra.gov.br/sites/default/files/regimento_interno_incra.pdf">http://www.incra.gov.br/sites/default/files/regimento_interno_incra.pdf</a>
Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D6812.htm">www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D6812.htm</a>
Outros documentos	Endereço para acesso
Mapa estratégico	Em desenvolvimento
Planejamento estratégico	Em desenvolvimento
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	<a href="http://www.incra.gov.br/indicadores">http://www.incra.gov.br/indicadores</a>
Organograma	<a href="http://www.incra.gov.br/images/SIC/organograma_do_INCRA.PDF">http://www.incra.gov.br/images/SIC/organograma_do_INCRA.PDF</a>
Macroprocessos finalísticos	Em desenvolvimento

## 2.3- Ambiente de atuação

### 2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

Executor da política da reforma agrária e do ordenamento fundiário nacional, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970 e atualmente compõe a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Os serviços que a autarquia oferece abrangem uma gama variada de público que vai desde o grande produtor rural até o pequeno agricultor familiar perpassando por realidades econômicas, sociais, culturais, demográficas, políticas e ecológicas diversas como, por exemplo, as comunidades quilombolas.

A integração de políticas de governo para o Programa de Reforma Agrária permitiu que as ações de governo como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos e Água para todos chegassem aos assentamentos.

Com relação ao ambiente interno, o INCRA possui a Sede em Brasília, 30 Superintendências Regionais, 41 Unidades Avançadas e 1 Unidade Avançada Especial (Altamira/PA), em sintonia com as necessidades relativas a implantação de grandes obras, nestes casos Usina Hidroelétrica de Belo Monte e Tapajós, além de outras unidades em funcionamento, como escritórios locais, e unidades ainda não totalmente desativadas. Além disso, há atendimento, conforme já citado, via as Salas da Cidadania, físicas e digitais e as Unidades Municipais de Cadastros - UMC, instaladas em mais de 2,3 mil Prefeituras Municipais.

As Superintendências Regionais são órgãos descentralizados, responsáveis pela coordenação e execução das ações do INCRA nos estados. Cabe a essas unidades coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas a planejamento, programação, orçamento, informática e modernização administrativa. Também devem garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

Como unidades administrativas ou centros de custo administrativo, a Autarquia possui 96 prédios próprios com necessidade de administração predial, e manutenção e reparos de todos os tipos, tais prédios perfazem uma área construída total de 152.862,02 m<sup>2</sup>.

O INCRA possui mais de 1000 veículos cadastrados em seu sistema de gestão patrimonial, entretanto, há carência de gestão sobre o uso efetivo dos veículos, instrumento fundamental para os trabalhos de campo. A renovação da frota está prevista para ser realizada anualmente, com acompanhamento dos gestores no momento da distribuição.

Em 2015, o INCRA contou com 5274 servidores (ativos permanentes, exercício descentralizado de carreira, anistiados CLT, sem vínculo e requisitados), incluindo-se afastados e cedidos. Deste contingente, 2.039 são cargos de nível superior, 2.588 de nível intermediário, 144 não possuem vínculo com o serviço público (aproximadamente 3% do total) e 283 estão cedidos ou afastados. Seu corpo dirigente contou com 38 servidores (Presidente, Diretores e Coordenadores).

A autarquia possui alguns aspectos relevantes em seu ambiente de atuação, dentre eles, promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento através do fornecimento de infraestrutura básica; oferta de créditos; estabelecimento de parcerias para a prestação de assessoria técnica e a capacitação de beneficiários e técnicos da reforma agrária; titulação e destinação de imóveis; apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias; bem como na promoção da cidadania e educação no campo, visando a equidade de gênero, raça e etnia.

No ano de 2015 o número de famílias acampadas existentes na área de jurisdição de cada Superintendência Regional era de cerca de 137.955, mantendo o destaque para as SR 05/BA, 03/PE e 08/SP.

Sobre o tema titulação, tem-se as alterações na lei 8.629/93, como resultado da Lei 13.001/2014, cuja regulamentação encontra-se em elaboração e representará segurança jurídica da propriedade da terra para as famílias que vivem em assentamentos estruturados da reforma agrária.

Titulação de áreas quilombolas: Até 23/02/2015 existiam 2.474 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP e, até dezembro de 2015, 1.536 processos abertos no INCRA para regularização fundiária. Até o momento foram expedidos 209 títulos sendo 194 pela autarquia e órgãos parceiros como a SPU e institutos de terras estaduais e 15 pela FCP, representando ao todo uma área 1.046.101,0433 ha. Existem atualmente 77 decretos de interesse social sendo que 5 (cinco) enfrentam problemas na justiça (suspensão das imissões). 36 territórios ainda têm demanda para desinversão (avaliação e ajuizamento), e nesses cerca de 927 imóveis (com registro e posses) a serem desapropriados.

No tocante à Certificação de Imóveis Rurais, esta é uma demanda que independe da vontade do INCRA. A contratação do serviço é de iniciativa do particular e é obrigatório somente nos casos em que o proprietário proceder alguma alteração de domínio e/ou registro do imóvel e ainda, quando esse imóvel tiver área acima de 250 ha, conforme determina o decreto 4449/02 alterado pelo decreto 5570/05.

Quanto à infraestrutura, a autarquia busca promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento e levar qualidade de vida às famílias assentadas através do fornecimento de infraestrutura básica como acesso à água, estradas e outras obras. O INCRA atua de forma direta, através de parcerias com governos estaduais e/ou municipais, além de fazer a articulação junto a outros entes visando o acesso à políticas públicas voltadas à infraestrutura como acesso à energia, saneamento, moradia, água, etc. O fornecimento desses serviços é um dos principais desafios da autarquia dada a enorme extensão territorial, e diversidade cultural, de climas, geografia e solos.

A Autarquia busca ampliar o acesso à Assistência Técnica, social e produtiva, visando qualificar as famílias ao enfrentamento das diversidades relacionadas à produção e comercialização. Procurou-se um serviço de ATER adaptado ao modo de vida das famílias que residem em áreas ambientalmente diferenciadas, contribuindo para estruturar a produção agrícola a partir de sistemas produtivos adequados às realidades socioambientais específicas e que ainda vise o fortalecimento da transformação da produção através de Agroindústria (Terra Sol e Terra Forte) e ampliação do acesso a mercados institucionais e a comercialização direta (PAA, PNAE, PNPB, feiras da agricultura familiar e da Reforma agrária).

No campo de serviços sociais, o INCRA busca garantir ações de educação, cidadania, lazer e cultura para os Projetos de Assentamentos por meio de articulação de políticas públicas, além de priorizar em seu atendimento, o público menos favorecido conforme qualificação do CadÚnico.

Além do INCRA, no processo de obtenção, atuam os institutos estaduais de terras para modalidades onerosas e não onerosas, o Ministério de Minas e Energia, da Justiça, do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Cultura, dos Transportes, o Conselho de Defesa Nacional, as prefeituras municipais em projetos de assentamento na modalidade casulo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da Procuradoria-Geral Federal – PGF ou a Procuradoria-Geral do Banco Central – PGBC na adjudicação e a sociedade civil organizada (representada pelos movimentos sociais e sindicatos afins).

A demanda por regularização fundiária é ampla, pois o reconhecimento e destinação das terras devolutas ou propriamente das questões como redimensionamento das propriedades rurais, com base no ordenamento jurídico e novas tecnologias de agrimensura, aliadas ao reconhecimento da propriedade como um direito, provocam inúmeras expectativas quanto a efetividade da ação pública para esse fim e na resolução de conflitos, principalmente no ambiente rural.

Neste aspecto, além da autarquia promover a arrecadação e destinação de terras públicas federais, também atua no apoio à regularização fundiária de terras estaduais, de forma indireta, por meio de instrumentos de cooperação com alguns Estados da Federação. Este é um passo para a reforma agrária, pois a regularização fundiária proporciona a segurança jurídica da posse aos agricultores familiares, sendo alvo sumário desta política a organização dos espaços

fundiários, em parceria com os governos estaduais e municipais, além da sociedade civil organizada e movimentos sociais, visando dar celeridade à governança descentralizada da terra, bem como sua democratização, enquanto ambiente de serviços e desenvolvimento deste país. O estreitamento de laços com parceiros estratégicos é uma das principais ações conduzidas pela direção do INCRA e permite aprimorar os instrumentos de governança fundiária desenvolvidos pelo Instituto e são realizados por meio de acordos de cooperação com outros entes governamentais, seja no âmbito federal, estadual e municipal.

Para o enfrentamento dessas e de outras demandas, o INCRA vem inovando na implementação dos seus serviços, agora prestados de forma mais moderna e próxima aos cidadãos. Exemplos disso são a Sala da Cidadania Digital, que beneficiou as famílias e proporcionou acesso a serviços inéditos, como a renegociação de dívidas do PRONAF, dispensando a necessidade de deslocamento dos beneficiários até as agências bancárias; o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, que já certificou milhares de hectares de terras públicas e privadas; as mudanças ocorridas na política de crédito possibilitando acesso mais ágil e transparente ao financiamento das famílias no Plano Safra 2014/2015 e a regularização ambiental, que proporcionará a elaboração do Cadastro Ambiental Rural para 100% dos assentamentos da reforma agrária.

A autarquia tem como princípios a gestão participativa e a elaboração e implementação das políticas públicas de forma relacional no sentido de priorizar o diálogo com o público beneficiário (trabalhadores rurais assentados da Reforma Agrária) e a articulação com outras Instituições (governos municipais e estaduais, legislativo, outros Ministérios e Autarquias, e Instituições de Ensino), tendo como parceiros o Banco do Brasil; MF – Ministério da Fazenda; MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; MI – Ministério da Integração Nacional; MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; MMA – Ministério do Meio Ambiente; MC – Ministério das Cidades; ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Municípios e Governos Estaduais; CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa Científica; MEC – Ministério da Educação; IPEA – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada; CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento e Universidades Federais, Estaduais, Secretarias Municipais e Estaduais de ensino, etc. Além disso, por meio dos seus servidores, O INCRA participou de diversos Grupos de Trabalho (GT), Comissões e Comitês Interministeriais, dentre eles, Comitê Gestor Nacional do Terra Forte; Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO; Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO; GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta e acompanhar a implantação de Projeto Piloto de Irrigação para Assentamentos da Reforma Agrária, vilas produtivas rurais e outros públicos da agricultura familiar; CPN – Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA; Comitê Nacional de ATER; CONDRAF; Grupo de Trabalho do MCMVR e ANATER e GTI de Governança Fundiária.

Através dessas e várias outras ações, procurou-se fazer frente às demandas apresentadas no ambiente interno e externo do INCRA.

## 2.3.2- Ambiente de negócios das Superintendências Regionais do Incra

### Quadro 5 – Ambiente de Negócios

#### Norte

##### Descrição geral

- Grande dimensão territorial e insuficiência das infraestruturas básicas necessárias, como estradas, energia e água, além de assistência técnica e educação, que dificultam o desenvolvimento rural da região;
- Existência de projetos de assentamentos em áreas longínquas e bastante dispersos no território;
- Alta incidência de conflitos sobre o domínio de terras especialmente nos estados do Amazonas e Pará;
- Grande número de registros indevidos, dificultando a obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária;
- Disputas pela posse da terra com cerceamento de acesso ao deslocamento e a recursos naturais, ocorrência de ameaças, agressões físicas/morais, mortes, etc.;
- Número considerável de comunidades quilombolas, reforçando a demanda por regularização fundiária desse público;
- Grande demanda social originária dos assentamentos criados, sobretudo no que se refere à implantação de infraestrutura e à prestação de assistência técnica;
- Quadro insuficiente de servidores do INCRA, principalmente, frente à redução do número de servidores causada por aposentadoria;
- Metas audaciosas de assentamento de famílias;
- Avanço da reforma agrária nas áreas de várzeas e de unidades de conservação;
- Presença da nova fronteira agrícola brasileira, com crescente desenvolvimento de projetos agrícolas e valorização das terras;
- Demanda de regularização fundiária de áreas estaduais e federais, esta última sob a responsabilidade do Programa Terral Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Grandes obras do governo federal, tais como: o asfaltamento da BR-163, sentido Cuiabá-Santarém, a futura implantação da hidrelétrica São Luiz do Tapajós, a construção de portos, no Território da BR-163, com destaque ao Município de Itaituba e às margens do rio Tapajós;
- Crescimento da cultura da soja na região vem causando forte impacto em razão da disputa por áreas inicialmente ocupadas por agricultores familiares.

##### Adversidades

- Dificuldades de deslocamento às regiões ribeirinhas e mais remotas: acomodação, transporte, água potável, comunicação entre as equipes, falta de infraestrutura das estradas vicinais;
- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros ao longo do exercício para recuperação das instalações físicas, recuperação e manutenção dos bens móveis diversos (máquinas e equipamentos), e cumprimento em tempo das obrigações assumidas através de contratos administrativos e convênios formalizados ou em execução no exercício;
- Instalações físicas inadequadas e recursos materiais insuficientes e antigos;
- Número de servidores inferior à necessidade da administração;
- Desmotivação ou pouca integração e baixa qualificação dos poucos servidores;
- Falta de capacitação de servidores;
- Plano de cargos e carreiras inadequado, com salários defasados, que resulta em insatisfação generalizada;
- Falta de EPIs para os Peritos Federais Agrários;
- Dificuldade em obter as certidões dos imóveis para obtenção solicitadas aos cartórios;
- Demora dos órgãos estaduais em informar sobre autenticidade, legitimidade e localização dos Títulos Definitivos apresentados como origem dos imóveis, que poderão ser obtidos para fins de reforma agrária;
- Cerceamento de acesso no deslocamento dentro dos imóveis quilombolas e a recursos naturais, além de ameaças de agressões físico-morais, mortes, etc.;
- Incidência de ocupação de lotes em áreas tanto de estudo para a criação de novos projetos, como em assentamentos já criados;
- Insuficiência de empresas prestadoras do serviço de Ater na região;
- Morosidade na regularização ambiental dos assentamentos;
- Base de dados cartográfica dos assentamentos encontra-se desatualizada, inclusive, divergindo das

informações identificadas em alguns cartórios de registro de imóveis.

#### **Riscos**

- Dificuldade de disponibilizar servidor habilitado para os serviços de campo, dada a falta de EPIs;
- Comprometimento da tempestividade na condução das ações e não cumprimento de metas dado o número insuficiente de servidores e a sobrecarga dos servidores que ainda se mantém propriamente na ativa;
- Não cumprimento de pagamentos de contratos visto a indisponibilidade de recursos orçamentários ou financeiros;
- Inviabilização da prestação de serviços, por insuficiência e também pela demora na liberação dos recursos para execução dos trabalhos;
- Comprometimento da fiscalização dos contratos e convênios firmados com a Autarquia, o que resulta em inúmeras demandas dos Órgãos de Controle;
- Possibilidade de paralisação das atividades em decorrência da inadequação dos recursos materiais e frente a desmotivação dos servidores;
- Acirramento dos conflitos agrários em virtude de dificuldades no processo de obtenção de terras para criação de assentamentos e no processo de regularização fundiária de comunidades quilombolas.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- Deslocamento de servidores treinados até as Comarcas para realizar o trabalho de elaboração das cadeias dominiais junto aos Cartórios, especialmente dos imóveis com processo tramitando de desapropriação e/ou aquisição;
- Solicitação de treinamento ao Serviço de Desenvolvimento Humano para realização da capacitação dos servidores;
- Realização de reuniões com comunidades, lideranças, autoridades, movimentos sociais nas SRs e em comunidades de forma a antecipar situações de tensão/conflito e agir com maior eficácia na resolução das situações, evitando seu agravamento;
- Organização de força-tarefa com vistas ao alcance das metas planejadas;
- Contratação de mão-de-obra terceirizada como forma de amenizar o problema de insuficiência de servidores efetivos;
- Definição de áreas prioritárias para fiscalização, visando a obtenção de terras com a participação dos movimentos sociais e a elaboração de cronograma de vistorias de imóveis rurais;
- Gestão junto aos municípios para implantar a Sala da Cidadania com a capacitação de agentes municipais;
- Ampliação das parcerias, especialmente com MPF, PF, Força Nacional, IBAMA, ICMBIO, SFB, Vara Agrária e afins, visando dar maior celeridade na condução das questões fundiárias da região.

#### **Mudanças ocorridas**

- Alinhamento político-institucional através do estabelecimento de parcerias (União, Estado e Municípios) com melhoria nas relações entre o INCRA e outros órgãos;
- Gestão junto ao Ministério do Planejamento por parte do INCRA/SEDE para autorização de concurso público;
- Implantação do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) ampliou e acelerou a certificação de imóveis rurais na região;
- Implantação da Sala da Cidadania Digital facilitou o acesso do público aos serviços do INCRA com a emissão online de documentos;
- Chamamentos públicos de Infraestrutura, Terra Sol e Pronera incentivaram a apresentação de propostas e participação de outros atores (municípios, instituições de ensino, cooperativas e associações de agricultores familiares) no planejamento e desenvolvimento de ações destinadas aos projetos de assentamentos;
- Realização de audiências públicas para tratar de conflitos agrários auxiliou no combate aos casos de violência e no enfrentamento de estratégias para solucionar os casos de disputa pela posse da terra.

## Nordeste

### Descrição geral

- Contexto fundiário caracterizado pela radical diminuição do estoque de terras com possibilidade de serem incorporadas à política de reforma agrária;
- Grande extensão territorial localizada na região semiárida, dificuldades de acesso à água e condições climáticas regionais desfavoráveis ao processo produtivo, particularmente daqueles que compõem o conjunto dos pequenos agricultores;
- Os projetos de assentamento ainda se encontram em condições de baixa sustentabilidade econômica, social e ambiental, requerendo a presença do Estado e políticas públicas concentradas para que se consolide a sua inserção nas cadeias e arranjos produtivos e proporcione às famílias os direitos de cidadania que permitam concretizar seus anseios de qualidade de vida, qualificação profissional e dignidade social e política, evitando assim, a evasão do meio rural, em busca de novas oportunidades nas cidades.

### Adversidades

- Insuficiência da força de trabalho;
- Desmotivação dos servidores em razão do salário e das responsabilidades institucionais;
- Ausência de equipamentos de proteção individual - EPI's;
- Falta de estrutura física para alocação de servidores, organização de processos administrativos e material e equipamentos diversos;
- Descompasso entre a execução orçamentária e a disponibilidade financeira;
- Pequeno estoque de terras com potencialidade para serem incorporadas à política de reforma agrária (determinado pelo aumento do preço por hectare e pela defasagem dos índices mínimos de produtividade e uso da terra determinados pela legislação);
- Pressões políticas provenientes dos latifundiários direcionadas às comunidades quilombolas, as quais dificultaram o avanço dos processos de reconhecimento dos seus territórios ancestrais, pois as comunidades estão sentindo receio de que o prosseguimento dos processos aumente às referidas pressões e coloque em risco sua segurança;
- Não utilização pelas prefeituras das máquinas doadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na melhoria da infraestrutura dos assentamentos;
- Dificuldade de órgão parceiros, como companhia de abastecimento de água, de energia elétrica, prefeituras, e outros, têm para implantar políticas públicas em parceria com o INCRA.

### Riscos

- Dificuldades financeiras para muitas entidades parceiras, limitando o andamento de convênios, acordos e parcerias;
- Criação de passivos em virtude da insuficiência da força de trabalho, em setores como a análise de prestação de convênios;
- Impossibilidade de ampliar a obtenção de terras frente a diminuição de estoques;
- Ampliação dos conflitos no campo;
- Inexecução da ação de infraestrutura nos projetos de assentamento devido a ausência suficiente de crédito orçamentário para celebração das avenças e atraso nas obras em andamento devido a morosidade do repasse de recursos financeiros;
- Paralisação dos serviços de vistoria e avaliação de imóveis rurais;
- Comprometimento da execução das ações e atingimento das metas;
- Desconfiança dos parceiros (prefeituras) e contratados pelo não atendimento dos prazos de repasses e atraso no pagamento das faturas.

### Estratégia de enfrentamento

- Utilização de Equipes de Articulação Territorial - EAT que atualizam sistematicamente as demandas de organização e infraestrutura dos diversos assentamentos;
- Intensificação de parcerias com os governos estaduais e com outros ministérios, como forma de buscar a ampliação das ações de acesso à energia e água nos assentamentos;
- Priorização do saneamento de passivos importantes que implicavam no engessamento da gestão, a exemplo da análise de convênios e pagamento de recursos de restos a pagar, com intensas articulações com outras superintendências e com a Sede do INCRA, no sentido de viabilizar técnicos para a consecução

dos trabalhos;

- Especial atenção foi dedicada ao relacionamento com os órgãos de controle, no sentido de priorizar o atendimento às demandas dos mesmos, não obstante as dificuldades operacionais, notadamente aquelas relacionadas ao grande número de ações desenvolvidas pela Superintendência Regional, sem as respectivas condições necessárias e suficientes de infraestrutura, força de trabalho e aporte financeiro;
- Implantação do Sistema de Atendimento ao Público onde o público é atendido pela Sala da Cidadania;
- Priorização da capacitação de servidores envolvidos com a obtenção de terras e racionalizar seu processo de trabalho, buscando aproveitar ao máximo o pequeno estoque de terras passíveis de vistoria para fins de reforma agrária.

#### **Mudanças ocorridas**

- A atitude cooperativa dos movimentos sociais no contexto da execução dos contratos de ATER;
- Parceria bem-sucedida com algumas prefeituras na efetivação de atividades do INCRA em ações conjuntas com a Delegacia Federal do MDA;
- Retomada das atividades de ATER;
- Saneamento de alguns processos, notadamente na área de análise de convênios, com abertura de TCE;
- Na questão da regularização ambiental, estudos e peças técnicas foram modificados para atender as exigências do órgão ambiental estadual.

### **Centro-oeste**

#### **Descrição geral**

- Grande quantidade de assentamentos e extensão territorial o que dificulta a presença do INCRA nos assentamentos;
- Alto índice de imóveis de grande extensão e baixo índice de povoamento nas zonas rurais e muitos latifúndios;
- Vastas áreas de grande interesse ambiental.

#### **Adversidades**

- Grande extensão territorial faz com que haja grande distância entre alguns PAs e as sedes das SRs;
- Falta de estrutura física adequada e número de reduzido de servidores, agravado pelo grande número de aposentadorias recentes sem a correspondente contratação de novos servidores;
- Valorização imobiliária inviabilizando a obtenção de terras;
- Indisponibilidade de recursos orçamentários.

#### **Riscos**

- Comprometimento do atingimento das metas;
- Abandono e comercialização das parcelas, e dificuldade em fixar os filhos dos beneficiários nas parcelas, dada a falta de estruturação das mesmas;
- Êxodo dos beneficiários para as cidades, o que acaba por estimular a compra e venda, ou mesmo a permuta de parcelas;
- Aumento da tensão no campo.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- Estabelecimento de parcerias com municípios e a Sociedade Civil Organizada, bem como parceria com os órgãos de controle e Judiciário;
- Articulação da equipe de Engenharia junto aos Municípios e entidades organizadas para auxiliar o acesso aos recursos de Infraestrutura e PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural);
- Gestão junto ao INCRA Sede sobre a atual situação da força de trabalho, solicitando apoio e subsidiando o planejamento de contratação de novos servidores, de forma a suprir a demanda, assim como tratativas com o governo estadual e prefeituras para cooperações técnicas de apoio aos trabalhos;
- Discussão com as instâncias superiores sobre as limitações impostas para aquisição de terras, assim como a atuação dentro de um Plano Estratégico focado na região prioritária, determinada após estudo em prospecção por sensoriamento remoto e integrado ao planejamento de desenvolvimento do Governo Estadual, sendo priorizadas áreas de grande extensão com fortes indícios de improdutividade em áreas com boa capacidade de geração de renda;
- Foram feitas campanhas de conscientização tanto dos servidores efetivos quanto dos colaboradores para a

racionalização e diminuição dos gastos administrativos.

#### **Mudanças ocorridas**

- Estabelecimento de parcerias com as prefeituras e com governo do estado nas atividades fundiárias;
- As vistorias de terras na região prioritária identificaram um considerável número de imóveis improdutivos com excelentes condições para implantação de assentamentos;
- As pressões e conflitos agrários têm sido mitigados pela percepção de eficiência na busca por recursos fundiários, mas ainda há expectativas de mobilizações frequentes para o próximo período;
- Assinatura de alguns convênios com prefeituras para construção de sistemas de água, construção de pontes e recuperação de estradas;
- No aspecto ambiental, houve avanços significativos na concessão de licenças ambientais por parte dos órgãos licenciadores estaduais.

## **Sudeste**

#### **Descrição geral**

- Região estruturada em seus setores produtivos;
- Ocorrência de imóveis valorizados;
- Existência de conflitos fundiários importantes.

#### **Adversidades**

- Licenciamento ambiental extremamente difícil;
- Quadro de servidores insuficiente, quadro agravado com diversas aposentadorias ocorridas no último ano;
- Constantes demandas que surgem fora do planejamento e das metas institucionais, como demandas do Ministério Público Federal, Procedimentos administrativos, Inquéritos Cíveis Públicos, Ações Cíveis Públicas, decisões judiciais, parlamentares ou demandas do próprio movimento social atrapalham a execução daquilo que foi planejado;
- Indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros;
- Falta de capacitação dos técnicos.

#### **Riscos**

- Investimento elevado na busca por imóveis improdutivos e dúvidas na sua obtenção judicial;
- Interrupção das programações de campo e da fluidez dos trabalhos, ou mesmo suspensão de serviços contratados devido à descontinuidade no recebimento de recursos financeiros;
- Impossibilidade de atender as demandas por engessamento da Administração da Superintendência, pela escassez de servidores;
- Suspensão ou atraso em trabalhos já planejados em decorrência do atendimento a demandas externas como Ministério Público, parlamentares ou movimento social.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- Aprimoramento dos mecanismos de eleição dos imóveis a serem fiscalizados;
- Intensificação da articulação institucional com as Prefeituras e com o Governo do Estado visando a parcerias para a gestão da malha fundiária;
- Intensificação da articulação junto aos cartórios dos municípios e com a SPU para acesso aos documentos necessários no processo de regularização das áreas;
- Capacitação dos servidores de forma a qualificar o corpo técnico da casa;
- Maior persistência na busca ao atendimento das metas de redução do custeio e otimização do planejamento para minorar o impacto da descontinuidade financeira.

#### **Mudanças ocorridas**

- Aumento da eficiência fiscalizatória em encontrar imóveis passíveis de desapropriação;
- Imissão na posse dos imóveis em menor tempo;
- Manutenção de elevado número de famílias assentadas por ano;
- Estabelecimento de parcerias com prefeituras para obtenção de mão-de-obra.

## Sul

### Descrição geral

- Região com agricultura altamente desenvolvida e com grande valorização fundiária;
- Presença significativa de imóveis com menos de 50 hectares, de caráter minifundiário;
- Região passa por um processo de “modernização agrícola” intenso nas últimas décadas;
- Ocupação de imóveis rurais para reivindicá-los ao programa de reforma agrária.

### Adversidades

- Grande número de famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas e dificuldade de obtenção de terras;
- Grande demanda por infraestruturas, créditos, supervisão nos assentamentos e falta de servidores, agravada pelo crescente número de servidores em processo de aposentadoria, de orçamento/financeiro, em especial de custeio (diárias, etc.) o que dificulta a maximização dos resultados com os servidores disponíveis;
- Dificuldade em localizar áreas aptas para a intervenção fundiária com fins de reforma agrária, uma vez que a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade está praticamente descartada, devido aos atuais índices de produtividade da região;
- Instrumento da compra, regido pelo Decreto 433/92, não acompanhou a evolução do mercado de terras;
- O preço da terra se elevou a patamares muito acima de qualquer investimento;
- Impossibilidade de vistoriar áreas para fins de desapropriação com a previsão dada pela Lei nº 8.629/93.

### Riscos

- Conflitos nos acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra;
- Intensificação da pressão dos movimentos sociais;
- Inviabilização de execução de determinados serviços;
- Não cumprimento de prazos e atingimento de metas;
- Aumento da insatisfação dos servidores;
- Falta de recursos financeiros.

### Estratégia de enfrentamento

- Promoção de entendimento com órgãos estaduais e federais, bem como, os movimentos sociais e representação dos proprietários rurais, visando distensionar os conflitos, quer seja evitando reintegrações com uso de força policial e buscar entendimentos para obtenção de áreas para assentamento de famílias;
- Redistribuição de tarefas, acompanhada de redefinições de organização e métodos da alçada da Superintendência para enfrentar o problema da falta de servidores, além de forte gestão visando novos concursos;
- Trabalho intensivo de busca de novas áreas para criar assentamentos, pela fiscalização do cumprimento da função social, arrecadação de terras griladas, adjudicação pela Fazenda Nacional por dívidas junto a União e de forma complementar a compra de áreas produtivas;
- Consolidação dos projetos de assentamentos, com o atendimento das infraestruturas e créditos necessários, através de parcerias com a Caixa Econômica Federal (contratos de repasses), Governo de Estado e Prefeituras;
- Diálogo e a articulação institucional para dirimir conflitos com potencial de risco ou consequências mais sérias.

### Mudanças ocorridas

- Diminuição dos conflitos em razão das articulações de mediação;
- Estruturação da rede de ATER;
- Manutenção do nível de atendimento ao público, mesmo com quadro de servidores reduzidos.

## 3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

### 3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

**3.1.1- Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.**

#### i. Descrição

##### Descrição geral

Para atingir este objetivo estratégico, a Diretoria de Desenvolvimento atua na implementação da infraestrutura (água, saneamento, estradas); financiamento de créditos (nas suas diversas modalidades); estabelecimento de parcerias para a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária - ATER e a capacitação de beneficiários e técnicos da reforma agrária; apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias; bem como na promoção da cidadania e educação no campo, observando a equidade de gênero, raça e etnia.

##### Responsável

César Fernando Schiavon Aldrighi, CPF: 425.920.200-63, Diretor da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD).

#### ii. Análise

**ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.**

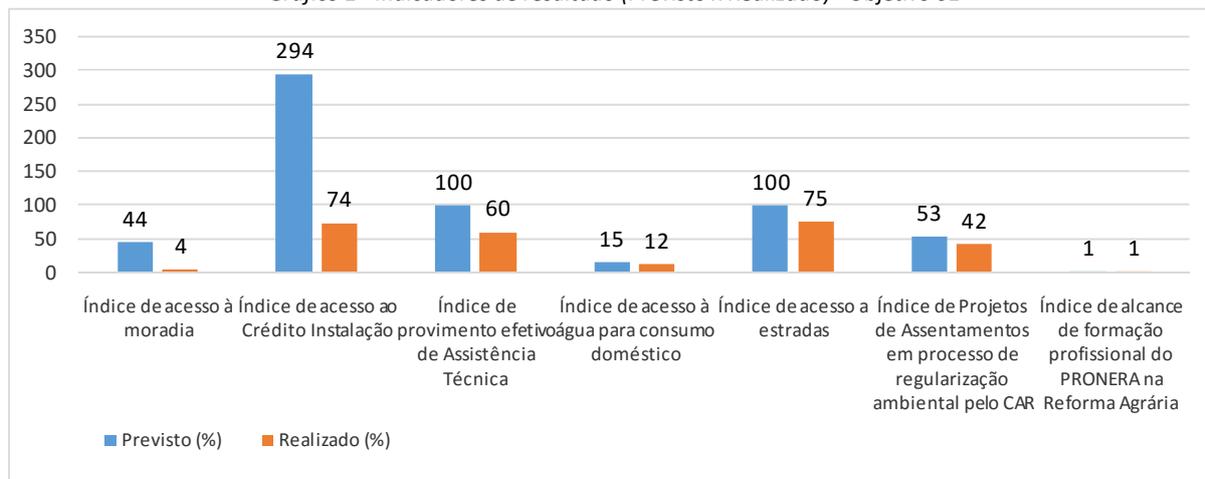
Na infraestrutura foi realizado aprimoramento dos normativos e estabelecida sistemática de levantamento de informações. Na ATES houve aumento de 19,15% de famílias atendidas, mesmo com contingenciamento de orçamento. No PRONERA foi realizado I Congresso de Residência Agrária e lançada a II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Nas ações de Concessão, Supervisão e Fiscalização de Crédito Instalação foi estabelecido fluxo operacional; elaborado controles para a evolução do SNCCI e realizadas oficinas para operacionalização do novo Crédito. O Terra Sol com articulações institucionais foi ampliado orçamento em R\$ 20 milhões, possibilitando fomentar a comercialização direta. Na Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais a meta foi superada em 30%.

**ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do Incra em 2013 e os avanços alcançados no exercício de 2015.**

Em 2015 foram beneficiadas 24.155 famílias com implantação e recuperação de infraestrutura em PA, obras concluídas de abastecimento de água, estradas e outras. No indicador de formação profissional do PRONERA a meta estipulada foi alcançada. Houve aumento considerável (362%) de profissionais formados em 2015 na modalidade de especialização. O Programa Terra Sol permitiu avançar no apoio a empreendimentos agroindustriais e em centrais de comercialização promovendo a inserção dos beneficiários nos mercados institucionais e privados. A atuação integrada da Diretoria de Desenvolvimento e Obtenção (Crédito, ATES, Titulação) foi estratégica para o cumprimento da legislação do Programa de Crédito Instalação.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Gráfico 1 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 01



Descrição e memória de cálculo de cada indicador descritas no Item 9.2.1

Tabela 1 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 01

Análise indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	80.461	7.036	88.200	19.718	210.742
Número de famílias atendidas com assistência técnica	324.478	332.941	398.739	363.947	336.071
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	17.099	10.135	2.940	3.714	7.536
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	19.935	27.694	11.610	24.155	0
Número de créditos instalação supervisionados	11.329	38.168	7.778	32.608	28.721
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	245	673	248	359	199
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	61	41	67	55	51
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	4.000	140	3.860	2.412	134
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	1.143	1.562	3.073	3.152	1.527
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	3.387	4.001	3.523	3.861	2.752
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	13.720	12.506	11.857	10.703	9.870
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Fontes dos dados e observações descritas no Item 9.2.2

O número de famílias atendidas com o novo Crédito Instalação foi abaixo do previsto devido aos seguintes fatores: Adoção do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação - SNCCI para operacionalização do novo Crédito Instalação, sistema que continua em desenvolvimento. Os controles de mudanças construídos pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento foram implantados no sistema e aptos ao uso somente a partir de agosto; Capacitação dos servidores e parceiros para o uso do sistema de agosto a dezembro. Além disso, a necessidade de qualificação das famílias aptas a acessarem o crédito em conformidade com as condicionantes do Decreto 8.256/2014, tornou sua aplicação complexa e dificultou o cumprimento da meta prevista. Ressalta-se que, como o índice é composto pela soma de todas as modalidades de crédito, a não concessão da modalidade Fomento impactou negativamente nos resultados, sendo que a não concessão é decorrente da falta de informação quanto aos assentados que já tiveram acesso ao PRONAF grupo "A", ou outra operação de crédito rural com risco bancário firmado a partir de 2010, dado este sob responsabilidade do Banco Central.

O número de famílias atendidas com ATES descrita na tabela acima de 363.947 famílias representa 91,27% do indicador. Neste número não estão incluídas as famílias atendidas com ATES especificamente na temática de agroindústria do programa Terra Forte, que foram mais 32.748 famílias, atingindo 99,49% do previsto em 2015. Não foi possível atingir o que estava planejado em função do contingenciamento do orçamento aprovado na LOA, assim a dotação que era de R\$ 352.867.085,00 diminuiu para R\$ 234.394.578,11, restando apenas 66,43% do previsto originalmente. Caso não tivesse sido contingenciado haveriam mais contratos de ATES, em função das chamadas lançadas ou elaboradas em 2014, nas SR 15/AM (5.310 famílias), 21/AP (5.310 famílias), 26/TO (15.065 famílias), 07/RJ (2.282 famílias) e 28/DFE (418 famílias), superando a meta.

Em relação ao Terra Sol, houve uma complementação orçamentária da ordem de R\$ 23 milhões, que contribuiu para a superação da meta prevista de 2940 famílias para 3.714. Deve-se considerar que o custo unitário atual da ação é de aproximadamente R\$ 4.000/família enquanto no PPA está previsto custo médio de R\$ 400/família.

Em relação à implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em assentamentos beneficiou-se 24.155 famílias. Apesar do corte de orçamento tiveram bom resultado para o exercício. Ressalta-se que o provimento de água e estrada às famílias assentadas, é compartilhado com outras políticas públicas para esta finalidade, como o Água e Luz para Todos, articuladas com outros Ministérios. Ressalta-se ainda a estratégia de apoio técnico da Sede do INCRA por meio de forças tarefas formadas para atuar de em algumas Superintendências que apresentavam os maiores passivos na execução das obras.

Com relação ao acesso à moradia, houve significativa diminuição do indicador a partir da inclusão dos agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária - PNRA entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR integrante do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, conforme Portaria Interministerial nº 78/2013. Em que pese a emissão pelo INCRA de Relação de Beneficiários aptos com 1.802 famílias em 2015, não recebemos, até o momento dessa análise, informações do Ministério das Cidades sobre as obras efetivadas. Segundo dados disponíveis até o momento, somente 100 casas foram construídas desde o início do programa, tendo sido emitidas Relação de Beneficiários aptos com 45.451 pelo INCRA. Mesmo não estando as moradias sob total governança do INCRA, com os recursos restabelecidos do antigo crédito instalação, foram concluídas 1.119 casas em 2015.

Sobre o Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR - Com a Lei nº12.65/2012 e a Instrução Normativa 02/2014 (MMA) o CAR, que é um registro público eletrônico, passou a integrar o processo de regularização ambiental rural de propriedades e posses rurais, incluindo os projetos de assentamento de reforma agrária. A Instrução Normativa 02/MMA/2014, que dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, regulamentou o cadastramento dos assentamentos de reforma agrária, possibilitando, inicialmente, o registro do perímetro e posteriormente, quando couber, dos lotes. A tarefa do INCRA traduziu-se na inscrição de

aproximadamente 7500 projetos de assentamento. Em novembro de 2014 foi firmado Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Lavras - UFLA, para cumprimento da meta de CAR dos perímetros dos assentamentos. Em 2015 foi cumprido aproximadamente 63 % da meta total. Para 2015 estava previsto a meta de inclusão de novos 3860 perímetros de assentamentos com cadastramento ambiental rural, mas só foi realizado 63% do programado. Alguns problemas internos e externos resultaram no descumprimento parcial do cadastramento programado para esse ano: atrasos na liberação dos recursos financeiros previstos para execução do TED; envio incompleto, pelas Superintendências Regionais, das informações necessárias para o cadastramento; problemas com o SICAR e também com a integração dos sistemas estaduais de cadastramento. Com a liberação do recurso financeiro em 2016 pretende-se cadastrar aproximadamente 3500 assentamentos. Cabe ressaltar que o número de 3500 é a soma dos 134 previstos no Caderno de metas de 2016 mais o passivo de cadastramento do TED com a UFLA. Para realização dos cadastramentos que estamos chamando de passivo já foram descentralizados os recursos orçamentários e parte do financeiro.

Em relação ao Número de assentamentos com licença ambiental protocolada, a Resolução nº 458 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, publicada em 16 de julho de 2013, estabeleceu nova metodologia para a concessão de licenças ambientais. Em vários Estados a regularização ambiental de assentamentos atualmente é composta do Cadastramento Ambiental Rural – CAR e do licenciamento ambiental de atividades. Nos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Norte e do Distrito Federal a regularização ambiental é composta de CAR, licenciamento de assentamento (licença prévia, licença de instalação e licença de operação) e licenciamento de atividades. Em 2015 foram protocoladas 41 Licenças Ambientais de assentamento. As alterações nas legislações ambientais (federal e estadual) impactaram diretamente na execução dessa meta, ou seja, no protocolo de licença ambiental para projetos de assentamento. No Ceará estava previsto para 2015 o protocolo de 24 licenças, que representavam 36% da meta da Autarquia, no entanto foi publicada legislação dispensando o licenciamento ambiental de projetos de assentamento, o que frustrou o alcance da meta nacional quanto a esse produto.

A respeito do Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental - Quanto ao monitoramento realizado pela ação de gestão ambiental, devem-se destacar as atividades de vistoria ambiental, realizadas por equipes das SR de várias jurisdições do INCRA diretamente em assentamentos, decorrentes tanto de denúncias encaminhadas ao Instituto quanto por identificações de degradações via análise de imagens satélites. Além destas atividades, as ações de valorização ambiental, como o manejo de fauna silvestre no Estado do Amazonas e a recuperação ambiental com geração de renda no Estado do Maranhão, constituem-se em importantes iniciativas da ação de gestão ambiental que devem ter continuidade em 2016. A meta para o ano de 2016 foi estipulada com base no recurso orçamentário previsto e disponível para o período.

Quanto ao indicador de formação profissional do PRONERA, a meta foi alcançada e o percentual realizado atingiu o previsto. O número de profissionais formados na modalidade de especialização teve aumento considerável em relação a 2014 (362%). Os destaques foram nas SR 08/SP, 13/MT e 29/MSF que iniciaram turmas dessa modalidade nesse período. Quanto à tabela de indicadores, nota-se que o número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em ATES e o número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária tiveram metas alcançadas em 2014 e 2015. Em relação ao número de trabalhadores rurais atendidos nas ações do EJA houve aproximação da meta, não alcançada em função do calendário de liberação do orçamento e do financeiro ter comprometido a melhor execução, pois não foram disponibilizados no momento programado, o que pode aumentar a taxa de evasão dos alunos. As ações de Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em assistência Técnica e a de Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária tiveram as metas físicas superadas.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 2 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 01

Análise orçamentária	Orçamento					Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Crédito Indisponível	Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP*	Exercício	Exercício	RAP**	Exercício	RAP <sup>1</sup>	Exercício	RAP	
Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	946.000.000,00	266.000.000,00	0,00	0,00	36.328.125,00	88.200	-	0	19.718	Família Atendida
Ação 210S PO 02, 03, 04 - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária ***	352.867.085,00	146.642.166,89	118.472.506,89	115.481.492,04	179.119.896,71	398.739	-	363.947	0	Família Assistida
Ação 210S PO 01 – Formação de agentes de ATER	2.500.000,00	11.091,59	2.305.323,62	175.957,72	615.575,98	1.700	-	393	0	Agente Capacitado
Ação 211A PO 03 - Fomento à Agro industrialização e à Comercialização - Terra Sol	31.600.000,00	26.127.480,87	0,00	5.731.066,85	8.895.532,00	2.940	-	2.144	1.570	Família Beneficiada
Ação 211A PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	161.300.000,00	79.258.576,63	73.468.456,52	11.658.965,43	48.164.542,58	11.610	-	394	23.761	Família Atendida
Ação 211A PO 01 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	3.500.000,00	223.730,98	332.324,94	2.834.596,00	143.054,24	7.778	-	32.608	0	Crédito Supervisionado
Ação 211A PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	6.534.307,00	3.830.012,90	1.428.527,08	1.329.035,64	2.569.290,30	248	-	197	162	Assentamento Beneficiado
Ação 211A - PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	4.965.693,00	1.241.025,14	2.245.182,91	1.483.919,73	2.170.468,19	67	-	2.467	0	Regularização Ambiental Requerida

Ação 210T PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	10.000.000,00	2.692.224,71	1.800,941,64	5.256.897,73	2.161.161,39	11.857	-	10.703	-	Trabalhador Rural Escolarizado
Ação 210T PO 02 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	6.200.000,00	5.134.739,33	116.733,60	1.673.810,59	3.193.452,49	3.073	-	3.152	-	Profissional Capacitado
Ação 210T PO 03 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	13.000.000,00	5.790.831,25	949.782,70	6.803.933,97	4.781.430,15	3.523	-	3.861	-	Profissional Formado

\*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

\*\*Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

\*\*\* Considerada a soma dos PO 02, 03 e 04 pois ambos tem o mesmo objeto de prestação de atendimento de ATER. Toda a execução física foi contabilizada no exercício atual pois muitos dos contratos se encerram ao longo do exercício e são renovados, onerando portanto o orçamento do exercício.

<sup>1</sup> Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

Na Ação 0427 foi utilizado apenas o RAP para o pagamento do crédito instalação, devida a baixa execução física. O orçamento de 2015 foi contingenciado e ficou disponível R\$ 266 milhões, inscritos em RAP. Na Ação 211A PO 01 os valores foram gastos com realização de oficinas nacionais, ações das SR para atender a portaria 352/2013, restabelecimento de recursos das operações firmadas do Decreto 8.256/2014 e qualificação das famílias para acesso ao novo Crédito Instalação. Quanto às metas físicas, consideramos que as mesmas satisfatórias. Na Ação 210S PO 02, 03, 04 (ATER) o orçamento inicial era de R\$ 352 milhões, no entanto chegou apenas a R\$ 234 milhões, ou seja, 66% da LOA. Os dados acima mostram que foi executada 91% da meta prevista, mas não estão incluídas 31.748 famílias atendidas com ATER na temática de agroindústria do programa Terra Forte, o que atingiria 99,50% do previsto. Quanto à formação e capacitação de Agentes de ATER, foi empenhado quase 100% do orçamento disponível. Vale ressaltar que o Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Instituto Federal Goiano - IFGoiano não se efetivou devido a problemas na renovação do registro da FUNAPE no MEC. Neste contexto capacitamos 393 agentes de ATER. A Dotação orçamentária foi de R\$ 2.500.000,00 dos quais foram empenhados R\$ 791.533,70. No entanto, mais de 80% do total empenhado em 2015 foi inscrito em RAP (R\$ 615.575,98), em razão da disponibilização do orçamento no final do exercício. Em relação à Ação 211A PO 08 as metas físicas foram cumpridas de forma satisfatória e a meta foi superada, previsão inicial de 19.935 famílias e atendidas 24.155 famílias com obras contratadas.

Principais dificuldades enfrentadas no exercício e as medidas mitigatórias para o próximo: o contingenciamento dos recursos orçamentários das ações ambientais e o atraso no repasse do recurso financeiro foram alguns dos principais problemas enfrentados. Em relação ao CAR, outro problema enfrentado foi com o SICAR e a integração dos sistemas estaduais com o federal. Esse sistema está passando por processos de atualizações, acredita-se que em 2016 o cadastramento ambiental rural dos assentamentos será mais ágil.

## ii.e- Principais desafios para 2016.

Na Infraestrutura pretende-se acompanhar e monitorar a execução dos convênios, implementar o Sistema Gerencial de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e estimular parcerias para diagnóstico de infraestrutura. Na ação de Crédito Instalação os desafios são: Integrar as áreas de Créditos, ATER, SIPRA, CCU-Titulação; implementar as evoluções do SNCCI; e elaborar Norma de Execução. Na Ação de ATES o desafio é dar continuidade aos contratos vigentes e realizar pagamentos regulares. Outro desafio é o de avançar no processo de articulação das políticas públicas do INCRA, além do crédito, a agroindústria e comercialização. No TERRA SOL os desafios são: garantir a implementação dos projetos; retomar as relações interinstitucionais visando ampliar o acesso aos Programas de Compras Institucionais; e ampliar os Canais de comercialização e Feiras da Reforma Agrária.

Regularização ambiental: Para 2016 está prevista a continuação do CAR Perímetro pela UFLA e também do CAR dos Lotes pelo INCRA. No entanto, a execução desse trabalho depende da liberação do recurso financeiro, que foi uma das maiores dificuldades enfrentadas em 2015.

Gestão Ambiental: Em 2016, a continuidade das iniciativas em curso, particularmente, o atendimento das atividades de vistorias ambientais em áreas degradadas em assentamentos e, também, o cumprimento do que foi objeto do planejamento, no final de 2015, relacionado com o Programa Assentamentos Verdes – PAV dependerão quase que exclusivamente da disponibilidade e liberação do recurso previsto para estas ações. Registra-se que essa ação, relativamente recente no INCRA, nunca possuiu limites orçamentários muito amplos, mas, com o decorrer dos anos, gradualmente houve um aumento das demandas com elas correlacionadas e, por isso, em razão do contingenciamento de seus recursos ocorrido em 2015, muitas ações outrora planejadas foram canceladas ou reprogramadas para 2016. Assim, o principal desafio para 2016 será assegurar o limite previsto para essa ação, de forma a atender minimamente as atividades correlacionadas com seus resultados.

## iii. Conclusão

### iii.a- Avaliação do resultado

Na Ação de Infraestrutura o resultado foi positivo mesmo considerando os recursos insuficientes para atendimento da demanda apresentada. No Crédito Instalação houve construção e consolidação do novo fluxo operacional da concessão do crédito, com agilidade e transparência na concessão via SNCCI. Na ação de ATES houve aumento de famílias atendidas em relação a 2014, além do avanço na participação e execução do PLANAPO. No Terra Sol a suplementação orçamentária em 2015 permitiu avançar no apoio a empreendimentos agroindustriais, centrais de comercialização e fortaleceu a organização das famílias. E finalmente, como resultado da Lei 13.001/2014, tem-se as alterações na Lei 8629/93, que trata sobre o tema titulação em assentamentos da reforma agrária.

Regularização ambiental: Embora os resultados do número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR e do número de assentamentos com licença ambiental protocolada estejam “desconforme”, é importante entender que a legislação ambiental federal, que trata do licenciamento de assentamentos sofreu alterações e que ainda estão causando impacto na legislação Estadual, e por isso não foram solicitadas todas as licenças previstas. Em relação ao CAR, o resultado desconforme se justifica pelos problemas enfrentados em 2015 com os recursos e também com o Sistema de Cadastramento (Federal e Estadual).

Gestão ambiental: No ano de 2015 foram promovidas ações de gestão ambiental em 359 projetos de assentamentos, com destaque para as Superintendências Regionais da Amazônia Legal onde se tem concentrado esforços para o combate e a prevenção do desmatamento ilegal nos assentamentos. No entanto, as demais Superintendências Regionais do País também promoveram

---

ações de gestão de forma a buscar tanto a valorização ambiental dos bens naturais como o combate a ilícitos ambientais.

### iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Concluir e implantar o sistema de acompanhamento e fiscalização de obras de Infraestrutura. Continuar o desenvolvimento do SNCCI, a capacitação dos servidores das SR e estimular a integração entre as áreas do INCRA de Créditos, ATER, SIPRA, CCU-Titulação visando qualificar as demandas de novos Créditos. No PRONERA fortalecer as parcerias celebradas para realização de cursos de EJA, Nível Médio, Superior e Especialização com o propósito da elevação da escolarização dos beneficiários da II PNRA. Analisar as restrições do marco legal do Terra Sol, implementar a política de agroecologia e investir na capacidade operacional nas Superintendências Regionais.

Regularização ambiental: Entendemos que parte dos problemas que causaram o descumprimento da meta estão ligados a fatores externos, dos quais não temos gestão.

Gestão ambiental: O Programa Assentamentos Verdes – PAV, constitui-se em política pública que planeja, agrega e potencializa as diversas atividades eventualmente implementadas em áreas de assentamentos na Amazônia legal. Assim, inserida em seu contexto, a ação de gestão ambiental foi, em especial, direcionada para subsidiar o planejamento e a execução das atividades dos diversos setores do INCRA e de instituições parceiras na região, e, também, propiciar à Sociedade Civil a transparência necessária para participação e controle desse planejamento e de sua execução.

Por meio da PORTARIA/INCRA/P/Nº 712, de 21/12/2015, restou determinado, dentre outros comandos, em seu art. 2º, que a programação física, orçamentária e financeira das 12 Superintendências Regionais na Amazônia legal deverão observar estritamente o Plano de Ação 2016 do PAV. Dessa forma, a melhoria de desempenho na utilização dos recursos e na obtenção dos resultados com ele correlacionados, da ação de gestão ambiental e de todas as demais ações dos diversos setores do INCRA implicados no PAV, dependem, muito especialmente, das capacidades gerenciais e na obediência aos comandos institucionais para a execução dessa política pública.

### **3.1.2- Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.**

#### *i. Descrição*

##### **Descrição geral**

A regularização fundiária é ação precípua do INCRA. A gestão da terra é necessária e se consolida mediante a proposição de instrumentos legais, fomento a pesquisas e a implementação de tecnologias, elaboração de metodologias e critérios para destinação de recursos públicos, pesquisas e procedimentos técnicos com vista ao ordenamento fundiário, sob o aspecto da arrecadação, discriminação, destinação, ratificação e titulação em terras devolutas e públicas federais. Além disso, trata-se de provocar estrategicamente a segurança jurídica e defesa do território nacional, gerando governabilidade e permitindo assistência à setores marginalizados das áreas rurais.

<b>Responsável</b>	Richard Martins Torsiano, CPF 824.775.740-00, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).
--------------------	---

#### *ii. Análise*

##### **ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.**

Verifica-se que o principal avanço obtido no exercício de 2015, foi a implementação da nova versão do SNCR, modernizado, com uma nova interface que possibilita a integração com a base gráfica dos imóveis georreferenciados e certificados pelo INCRA. A nova versão do SNCR criou a DCR – Declaração para Cadastro Rural, em que o próprio interessado solicita alterações cadastrais e emissão de CCIR pela Internet.

Ao tempo da modernização do SNCR, a partir do segundo semestre, foi estabelecida a vinculação das bases de dados do INCRA com a Receita Federal. A obrigatoriedade determinada por meio de notificação pela Receita Federal vem permitindo a atualização da base de dados do SNCR, por meio de um recadastramento geral dos imóveis rurais com área superior a 50 hectares.

O novo SNCR, produzido em parceria com o Serpro, possibilitou:

- a) aumento da segurança e fidedignidade das informações cadastrais;
- b) melhorou o acesso do cidadão ao seu documento cadastral de posse ou propriedade
- c) saneamento da base de dados do Incra e Receita Federal, por meio da vinculação SNCR/Nirf;
- d) agilização do processo de análise e validação dos dados cadastrais pela Rede Incra de atendimento;

Além das atividades acima descritas, a Coordenação Geral de Cadastro Rural - DFC executa ações de fiscalização de cadastro de propriedades rurais em território brasileiro, mediante requerimento dos órgãos de controle, decisão judicial, denúncias ou de ofício quando a autoridade competente assim determina.

Ainda sob sua responsabilidade está o controle de aquisição ou arrendamento de terras rurais por estrangeiros no Brasil e a manutenção do módulo SISNATE – Sistema Nacional de Aquisição de Terras por Estrangeiros, e expedição de atos administrativos de autorização para tais aquisições.

A Coordenação Geral de Regularização Fundiária - DFR executa ações de gestão de terras públicas, compreendendo a incorporação de terras devolutas, por meio da arrecadação, e sua destinação, por meio da regularização fundiária. Desta forma, a DFR promove o diagnóstico de terras

devolutas para a arrecadação em nome da União, mediante ato da presidente do INCRA, a regularização fundiária das unidades de conservação, por meio de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU de terras públicas federais ao ICMBIO, a regularização fundiária de posseiros, por meio da titulação de ocupações com área de até 100 hectares, incluindo o georreferenciamento e o cadastro no SNCR. As ações de regularização fundiária dessas áreas são executadas de modo direto ou por meio de instrumentos de parceria, como convênios e acordos de cooperação, firmados entre o INCRA e os estados. Além disso, a DFR promove a ratificação de títulos e concessões estaduais na faixa de fronteira.

Dentre os principais avanços ocorridos no exercício, destacam-se: a construção do Grupo de Trabalho interinstitucional (INCRA e ICMBIO), efetivado pela Portaria Conjunta nº 1, de 29 de janeiro de 2016, para discutir propostas e apresentar soluções para a regularização fundiária de unidades de conservação; a revisão de normativos internos, ainda pendentes de análise jurídica, que definem os procedimentos de regularização fundiária das ocupações em imóveis federais; a contratação de empresa especializada para a recuperação, catalogação e digitalização do acervo documental da Fazenda Nacional de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro, visando a regularização fundiária de áreas urbanas e rurais de mais de 80.000 hectares, abrangendo 08 (oito) municípios fluminenses; a publicação e vigência da nova lei de ratificação de títulos e concessões estaduais na faixa de fronteira, Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015; a assinatura de novos convênios para a regularização fundiária de posseiros em terras devolutas estaduais.

A coordenação Geral de Cartografia é responsável pela fiscalização dos serviços topográficos executados em interesse do INCRA. Manutenção do funcionamento da Rede Geodésica Ativa – Rede INCRA de Bases Comunitárias do GNSS-RIBAC, indispensável aos serviços de georreferenciamento e certificação dos imóveis rurais.

A certificação de imóveis rurais, responsabilidade exclusiva do INCRA conforme Lei 10.267/2001 e Decreto 4.449/2002, tem evoluído sobremaneira desde a implantação do Sistema de Gestão Fundiária. No ano de 2015 foram certificadas mais de 152 mil parcelas, 17% superior ao ano de 2014, com esse resultado foi possível alcançar a marca de 245 milhões de hectares, distribuídos em mais de 224 mil imóveis/parcelas.

Ainda no tema da certificação, foi iniciado no ano de 2015 o Programa de Auditoria da Certificação. O programa, que foi idealizado e planejado no segundo semestre de 2015, visa identificar eventuais inconsistências nas informações prestadas pelos Responsáveis Técnicos Credenciados junto ao INCRA nas parcelas certificadas via SIGEF no ano de 2014.

A manutenção e evolução do Acervo Fundiário Digital têm permitido a publicização, gestão e controle da malha fundiária nacional georreferenciada, através da utilização de ferramentas de geoprocessamento. A manutenção e evolução do Acervo disponibilizaram para download mais de 541 milhões de hectares entre assentamentos de reforma agrária, territórios quilombolas, parcelas de regularização fundiária, terras indígenas, unidades de conservação e imóveis rurais com seu respectivo georreferenciamento certificado.

#### ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do Incra em 2013 e os avanços alcançados no exercício de 2015.

O INCRA diagnosticou no Plano Estratégico em 2013, a necessidade de intensificar as ações de fiscalização cadastral em todo o país. Com tal objetivo, a DFC reconheceu, no último exercício, a necessidade de reformulação dos normativos a fim de possibilitar maior abrangência aos procedimentos fiscalizatórios, bem como, simplificar os procedimentos, tornando-os mais céleres.

Convém observar que as ações fiscalizatórias, nos termos do Regimento Interno da autarquia, trata-se de ações finalísticas executadas, precipuamente, pelas Superintendências Regionais.

Quanto às ações de controle de aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros, nos termos do Regimento Interno do INCRA, tem função revisora dos processos autuados e instruídos pelas regionais do INCRA.

O grande avanço registrado ocorreu com o progresso no desenvolvimento do Cadastro Nacional de Imóveis Rural - CNIR, de gestão compartilhada entre o INCRA e a Receita Federal. Em 2015, os entendimentos avançaram na concretização do CNIR, como cadastro técnico multifinalitário, cadastro territorial, que abrange as informações geoespaciais produzidas pela Cartografia, bem como os dados dos cadastros temáticos fundiário do INCRA e fiscal da Receita, prevendo a integração futura com o CAR – Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Também foi diagnosticada a necessidade de intensificar as ações de regularização fundiária em todo o país. Visando isto, em 2015, foram celebradas parcerias com o município de Caruaru, Estado de Pernambuco, e com o Estado de Sergipe, para a regularização fundiária de posseiros, bem como construiu o GTI INCRA-ICMBIO para a regularização fundiária de unidades de conservação federais. No plano das terras federais, o INCRA iniciou a revisão de normativos internos para massificar a regularização fundiária das ocupações de suas terras e as da União. Quanto à arrecadação de terras devolutas, em que pese a desconformidade do indicador de diagnóstico de terras a serem arrecadadas, destaca-se inúmeros procedimentos em andamento que resultarão em grande quantitativo de novas áreas arrecadadas, principalmente nas fronteiras do Acre e do Amazonas. Para o Estado do Amazonas, está prevista a arrecadação de 1.870.000,980 hectares de terras devolutas.

As ações de controle de aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros no Brasil tem se intensificado, em que pese o fato que de a DFC, nos termos do Regimento Interno do INCRA, tem função revisora dos processos autuados e instruídos pelas regionais do INCRA.

Grande avanço ocorreu, como se disse, foi na operacionalização do SNCR, quando, em 2015, fora implantada nova plataforma que de sistema gerencial de informações cadastrais.

Dentre as ações de responsabilidade da Coordenação Geral de Cartografia (DFG) destacamos o georreferenciamento de imóveis rurais, a certificação de georreferenciamento de imóveis rurais, a manutenção do acervo fundiário digital e a ampliação da Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e GNSS. Os avanços obtidos no exercício foram bastante significativos em especial na certificação a partir da utilização do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) que permitiu ao INCRA agilizar e qualificar os trabalhos de fiscalização do georreferenciamento realizado pelas Superintendências Regionais.

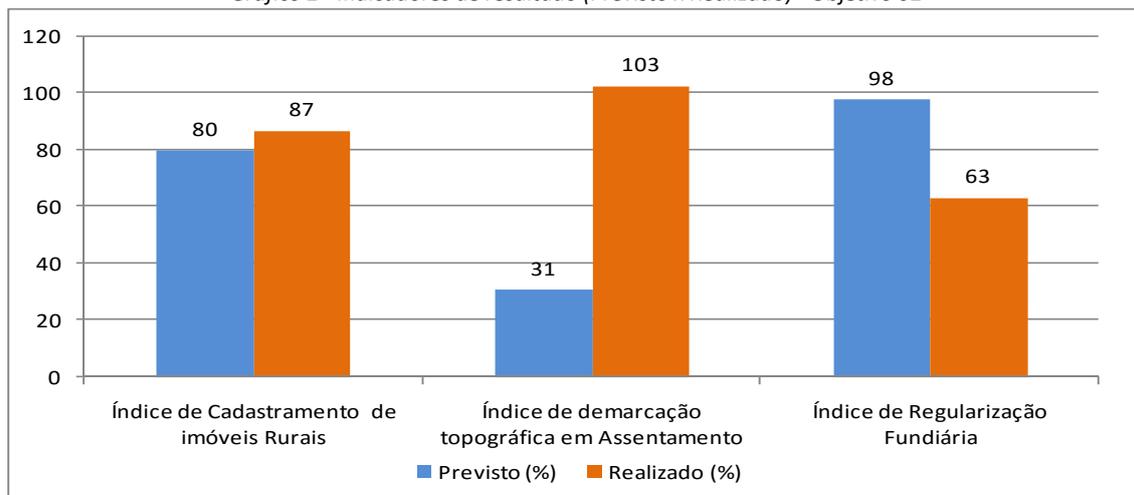
Com a automatização da certificação de georreferenciamento, em 2015 foram certificados 80.657 imóveis perfazendo 32.479.226 ha.

A demora para finalizar as requisições de certificação é praticamente inexistente e a média de área certificada cresceu cerca de 242% em relação a 2013, quando da elaboração do plano.

O Acervo Fundiário Digital, também mantido pela Coordenação, conta hoje com mais de 1.000.000 de informações georreferenciados (imóveis e outros entes cartográficos). Além disso, por intermédio da plataforma I3Geo também publicamos dados de outras instituições como FUNAI, MMA e MDA.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Gráfico 2 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 02



Descrição e memória de cálculo de cada indicador descritas no Item 9.2.1

Tabela 3 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 02

Análise indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	316.666	327.693	312.608	601.692	321.608
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	-	296	-	126	-
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	1	1	2	2	2
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	1.703.846	27.847	1.530.038	1.249	1.520.000
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	2.637.329,11	0,00	1.158,70	0,00	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	18.492	16.824	12.468	13.897	8.613
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	11.500	10.545	11.667	11.969	6.086
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	32.727	23.347	18.974	24.941	18.778
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	1.020	199	726	353	539
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	15.595	261	10.278	8.202	15.413
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Fontes dos dados e observações descritas no Item 9.2.2

O índice de regularização fundiária encontra-se abaixo do previsto, em vista da amplitude territorial e da dinâmica continua das ações que demandam mais de um exercício orçamentário para serem concluídas. Como exemplo, cite-se o índice de regularização fundiária

alcançado em 2014, que superou o previsto, reflexos de títulos referentes a ações empreendidas em exercícios anteriores.

O indicador que apresenta a desconformidade no quantitativo de hectares de terras devolutas diagnosticadas para arrecadação é justificado pela ausência de diagnóstico de uma área devoluta no Estado do Amazonas, correspondente a 1.500.000,00 hectares, que representa a quase totalidade da meta. O diagnóstico se completa após o cumprimento de todas as etapas previstas no processo, o que neste caso não foi concluído devido ao curto período de tempo para dar prosseguimento a todas as atividades previstas e também em razão do atraso no repasse de recursos, devido aos contingenciamentos.

O indicador que apresenta desconformidade no quantitativo de hectares diagnosticados para a concessão de direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO é justificado em razão de diversos fatores, como: a identificação de sobreposição das UCs com assentamentos federais, o que impede a concessão, de sobreposição com territórios quilombolas e indígenas, que demandam procedimentos de conciliação e áreas ainda não matriculadas em nome do INCRA (somente ato de imissão na posse).

O indicador que apresenta desconformidade no quantitativo de imóveis rurais regularizados via direta, incluindo legitimação de posses até 100 hectares nos estados do RS, SC, PR e MS é justificado pela paralisação parcial das titulações, em virtude da necessidade de revisão de normativos internos.

O indicador que apresenta desconformidade no quantitativo de imóveis rurais regularizados via indireta é justificado em razão das dificuldades encontradas pelos estados na execução dos convênios, como por exemplo, desistência das empresas contratadas, entraves burocráticos, mudanças na estrutura político-administrativa no estado, como ocorrido na Bahia, alterações no SNCR, que implicaram em novas demandas de trabalho de campo, peças técnicas que ainda encontram-se em análise e número escasso de servidores. Destaca-se que os convênios ainda estão vigentes.

Em relação à Demarcação Topográfica foi realizado mais de 100% da meta prevista apesar de ainda existir um grande passivo para ser atendido com a ação de demarcação de lotes de Reforma Agrária, devido a restrições orçamentárias. Quanto a titulação, no exercício de 2014, o não atingimento da meta ocorreu devido ao contingenciamento de recursos e a suspensão da emissão de título de domínio para beneficiários da reforma agrária, conforme orienta o Mem 067/2014-DD. Em 2015, a meta foi atingida em função da otimização dos recursos objetivando a emissão do Contrato de Concessão de Uso - CCU. Em relação à meta para 2016, o seu atingimento depende da disponibilidade dos recursos aprovados na LOA.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 4 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 02

Análise orçamentária	Orçamento					Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Crédito Indisponível	Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP*	Exercício	Exercício	RAP**	Exercício	RAP <sup>1</sup>	Exercício	RAP	
Ação 2105 PO 01 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	2.000.000,00	169.909,80	250.315,02	1.425.894,00	226.408,18	312.608,00	-	601.692,00	0,00	Imóvel Gerenciado
Ação 2105 PO 02 – Regularização Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	1.600.000,00	9.701,58	1.447.062,64	115.919,02	3.815,66	327.803,71	-	10.402.978,46	0,00	Área Fiscalizada
Ação 210U PO 0C - Estruturação, implantação e manutenção dos sistemas cadastrais e cartográficos	13.000.000,00	3.733.339,64	3.000.000,00	8.714.205,46	2.708.762,70	2	-	2	0	Sistema Mantido
Ação 210U PO 0B - Gestão de Terras Públicas	900.000,00	900,00	755.134,00	75.571,20	290.812,50	1.531.197,00	-	1.248,71	0,00	Área Diagnosticada
Ação 210U PO 0A - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	4.000.000,00	1.348.396,70	1.644.630,64	1.379.556,97	2.165.526,43	12.468	-	13.444	453	Imóvel Georreferenciado
Ação 211A PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	5.000.000,00	2.122.936,14	605.049,90	2.867.775,47	1.573.953,04	11.667	-	4.386	7.583	Família Atendida
Ação 211A PO 04 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	1.800.000,00	154.721,22	409.373,68	1.138.718,74	136.414,46	18.974	-	24.941	0	Documento de Titulação Expedido
Ação 210U PO 09 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	8.500.000,00	1.706.695,39	5.693.026,02	1.078.711,03	162.908,52	11.004	-	353	8.202	Imóvel Regularizado

\*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

\*\*Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

<sup>1</sup> Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

Como pode ser observado no quadro acima, a regularização fundiária de imóveis rurais, com orçamento previsto nas Ações 210U PO 0B e 210U PO 09 (grifados), sofreu contingenciamento de recursos na ordem de R\$ 6.448.160, 02, impactando de maneira significativa a execução do objetivo estratégico. Ante uma previsão inicial de R\$ 9.400.000,00, houve recursos disponíveis de apenas R\$ 2.951.839,98, o que corresponde a apenas 31, 40% dos recursos inicialmente previstos na LOA. Além disso, verifica-se que os trabalhos de regularização fundiária demandam mais de um exercício para que sejam concluídos.

Ainda poder ser observado que as ações tiveram execução compatível com os recursos financeiros e humanos para a área de Cadastro Rural de Imóveis.

Na Ação 211A – PO 09 a execução orçamentária e financeira seguiu o mesmo padrão de anos anteriores, ficando o pagamento das despesas por volta dos 50% dos valores empenhados. A meta executada (24.941) da Ação 211A PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento - é composta pela publicação dos seguintes documentos: 23.160 Contrato de Concessão de Uso - CCU, 41 Título de Domínio - TD, 1.481 Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU e 80 Documentos de Destinação de Bens Remanescentes. A expedição de TD no exercício foi fundamentada em decisão judicial nos estados de RN (11 TD) e MS (30 TD), visto que permanece a suspensão da expedição desse documento em função da MP 636, de 26/12/2013, que altera os procedimentos para definição do valor da alienação da parcela rural destinada ao beneficiário do programa de assentamento. Tal MP resultou na Lei 13.001, de 20/06/2014, que aguarda regulamentação. Quanto ao orçamento para a ação foram gastos, aproximadamente, 71% (setenta e um por cento) do orçamento previsto na LOA levando em consideração os restos a pagar processados. A meta prevista na LOA foi alcançada em função da otimização dos recursos e desenvolvimento de atividades compartilhadas com outras ações afins.

#### ii.e- Principais desafios para 2016.

Implementar a segunda versão do SNCR, em processo de desenvolvimento junto ao Serpro, sobretudo, no que diz respeito à elaboração de Relatórios Gerenciais e Consultas, além de melhorias, visando estabelecer adaptações necessárias para atender ao CNIR.

Promover a revisão de normativos internos concernentes às ações de fiscalização cadastral e aquisição de terras por estrangeiro;

Elaborar projeto de capacitação aos servidores do INCRA lotados nas Superintendências Regionais da área de cadastro rural.

Estimular a disseminação de novas Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, a fim de promover a capilarização de postos da Rede INCRA de Atendimento.

Concluir a revisão de normativos internos para a regularização fundiária, instituir mecanismos que possibilitem a regularização fundiária de unidades de conservação sobrepostas a áreas do INCRA, ampliar as ações de diagnóstico e arrecadação de terras devolutas, dar celeridade na conclusão dos processos de regularização fundiária, pela via indireta, das terras devolutas estaduais, abrindo novas frentes de regularização fundiária em estados do sul e sudeste e focando em estado do nordeste integrante da região de MATOPIBA, definir procedimentos para a ratificação de títulos e concessões estaduais na faixa de fronteira com os serviços notariais (cartórios), visando a aplicação da Lei nº 13.178/2015, concluir a recuperação, catalogação e digitalização do acervo fundiário da Fazenda Nacional de Santa Cruz e definir procedimentos/critérios para a regularização fundiária de sua área. Outro desafio é o desenvolvimento e a implantação do Sistema Nacional de Titulação- SNT.

Para o ano de 2016 a Cartografia espera ampliar os estudos de inteligência territorial a partir de estudos a partir de suas bases cadastrais e uso de ferramentas de sensoriamento remoto como imagens de satélite de alta resolução associada as imagens dos Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT), em processo de aquisição pela Autarquia. Neste sentido está previsto para o ano de 2016 a capacitação para pilotagem, e processamento das imagens aéreas colhidas pelos VANTs, pela UNB. O treinamento vai capacitar 15 servidores da Cartografia do INCRA e terá duração de 1 ano.

Na Ação Topografia o grande desafio será aumentar os recursos orçamentários necessários para atender o passivo. As principais estratégias a serem adotadas na Ação 211A PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de imóveis Rurais em Projetos de Assentamento em 2016 serão: regulamentação da Lei 13.001/2014; revisões dos atos normativos internos; implementar melhorias no processo de emissão de documentos; e atuação conjunta com a ATES, visando otimizar recursos e a capacidade técnica e gerencial do órgão.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Em face do que foi apresentado, podemos afirmar que o resultado da DFC foi bastante satisfatório, conseguiu atingir metas institucionais, principalmente se levarmos em consideração as dificuldades enfrentadas relativas aos recursos pessoais escassos e à redução orçamentária.

Embora alguns indicadores de desempenho tenham demonstrado desconformidade, avalia-se positivamente o objetivo estratégico de efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais, haja vista que, embora não tenha havido entrega satisfatória de produtos, foram empreendidas ações estruturantes que possibilitarão melhor desempenho da política de regularização fundiária nos exercícios futuros.

O SIGEF e a certificação automatizada deram celeridade e confiança ao processo de certificação.

A RIBaC também contribui para a melhoria do conhecimento da malha fundiária, considerando que os trabalhos em campo precisam ser apoiados em sistema de coordenadas conhecidas, para efetuar a correção das distorções características de sinais recebidos de satélite.

Como resultado da Lei 13.001/2014, tem-se as alterações na Lei 8629/93, que trata sobre o tema titulação em assentamentos da reforma agrária. O novo regulamento encontra-se em elaboração e representará segurança jurídica da propriedade da terra para as famílias que vivem em assentamentos estruturados da reforma agrária, uma vez que o INCRA está autorizado a conferir CDRU ou título de domínio nos assentamentos com data de criação anterior ao período de 10 anos contados retroativamente a partir de 27 de dezembro de 2013. Em 2015 foram emitidos 9.370 de forma conjunta. Importante informar que esse número sofre alterações constantes em função da alteração na composição da unidade familiar e outros motivos, resultando em cancelamento e emissão de novos documentos.

#### iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Ações para aumentar o número de servidores para a área que executa a política; substituição de equipamentos para suportar gerenciamento de grandes volumes de informações estratégicas, como as de cadastro de imóveis; treinamento de servidores para operar sistemas; capacitação de servidores para análise de processos administrativos muitas vezes de alto grau de complexidade.

No que se refere à Ação 211A PO 09 (Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento) é importante para a melhoria de desempenho uma maior integração entre o setor de cartografia e do desenvolvimento nas Superintendências Regionais do INCRA. Na Ação 211A PO 04, planejar e executar ações conjuntas envolvendo as equipes de supervisão de créditos e vistorias para titulação e destinação de bens em projetos de assentamento. Necessidade de incorporação no processo de titulação de equipamentos e/ou tecnologia moderna para vistorias das áreas destinadas para reforma agrária, que resulte na melhoria da capacidade técnica e geral da Autarquia.

### **3.1.3- Promover a democratização do acesso à terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.**

#### *i. Descrição*

##### **Descrição geral**

O Objetivo é assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais. Ela pode ser por forma onerosa e não onerosa. A primeira é composta pela desapropriação (Lei 8.629/93 que regula que grande propriedade improdutivo ou média improdutivo se detentor de mais de um imóvel são passíveis de obtenção), compra e venda (Decreto 433/2014 que regula a obtenção de grande e média propriedade insusceptível de desapropriação) e adjudicação (Portaria AGU 514/2011 e AGU-MDA 12/2014, que regula que terras decorrentes do confisco, mas também de uma decisão judicial condenatória, proferida em execução não paga o débito pelo devedor). A segunda é por arrecadação, doação, confisco e reconhecimento, que podem ser respectivamente e resumidamente descritas: terras devolutas incorporadas ao patrimônio da união ou estado por arrecadação sumária, discriminatória administrativa ou judicial; proprietários rurais devedores da união, com destinação para reforma agrária; propriedades com plantio de plantas psicotrópicas, processamento de drogas ilícitas ou de apoio ao narcotráfico; e terras destinadas pelos estados, municípios e Ibama (RESEX), para criação de projetos de assentamento de trabalhadores rurais.

##### **Responsável**

Marcelo Afonso Silva, CPF: 311.875.526-15, Diretor da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT).

#### *ii. Análise*

##### **ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.**

As atividades de promover a democratização do acesso à terra é rotina de trabalho da Coordenação de Implantação de Projetos de Assentamentos, da Coordenação de Obtenção de Terras – DTO e das 30 Divisões de Obtenção de Terras – SR(00)Ts espalhadas no Brasil. O Regimento Interno do Incra – Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, e na Instrução Normativa do Incra nº 83, de 7 julho de 2015. Em síntese, as atividades da DTO são coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos voltados à obtenção de terras, além de análise de processos, de orientações as Superintendências Regionais - SRs, de gestão de pessoas. A DTI compete coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos voltados ao desenvolvimento das atividades de cadastramento e seleção das famílias e de criação e reconhecimento de projetos de reforma agrária; e gerenciar e manter atualizadas informações sobre os beneficiários e projetos de reforma agrária. Às SRs compete coordenar e supervisionar a execução das atividades de obtenção – proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária – e acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica.

Ao fim de 2015, não foi possível a publicação decretos de imóveis para fins de reforma agrária. Entretanto com decretos anteriores, imóveis comprados e obtenção de áreas não onerosas foi possível destinar 206.542 hectares ao programa de reforma agrária. Foram criados 81 projetos de assentamentos (PA), sendo 50 de forma onerosa (8 compra e venda – 14.300 hectares – e 42 por desapropriação – 76.311 hectares – em áreas decretadas em outros exercícios). Os PAs criados possuem capacidade para assentar 5.480 famílias. Ressalta-se que os projetos criados em 2015 de forma onerosa foram obtidos com recurso orçamento e financeiros deste exercício e de outros, isso é devido ao processo judicial inerente à desapropriação, que possibilita a criação do PA somente após o ato de imissão na posse expedido pela justiça.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do Incra em 2013 e os avanços alcançados no exercício de 2015.

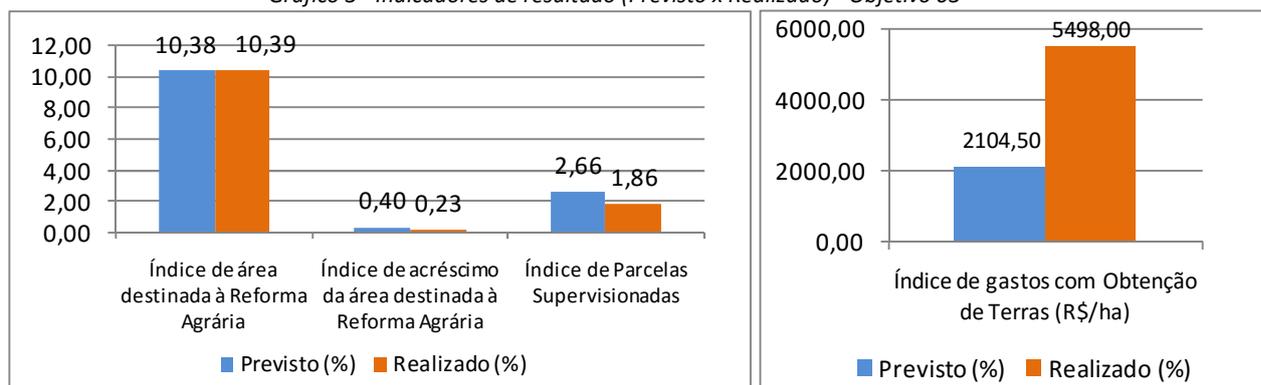
Ao fim de 2015, os resultados alcançados não foram satisfatórios, pois não foram observados em 2013 as dificuldades orçamentárias e financeira que vivenciamos em 2015. Tais impreviões impactaram no resultado físico (ii.d). O crédito orçamentário disponível foi de R\$ R\$ 310.056.059,68, ou seja, 55,4% do previsto na LOA. Ainda contribui com isso a falta de financeiro para liquidar o empenhado. Neste indicativo o INCRA aplicou apenas 30% do previsto na LOA, sendo 7,6 % (R\$ 42.4901.245,97) liquidado com orçamento de 2015 e 22,4 (R\$ 125753952,56) em RAP. Por conseguinte, a meta do número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial ficou abaixo do esperado.

Outros pontos, assim como a restrição orçamentária não planejada, que devem ser considerados são as alterações nas normas de obtenção de terras (Portarias MDA nº 243, de 8 de julho de 2015, e Instrução Normativa do Incra nº 83, de 30 de julho de 2015). Tais normativos necessitaram que um tempo de aprendizado e assimilação, por consequência os processos de obtenção não foram finalizados no tempo previsto.

Pelo exposto, a análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do INCRA em 2013 e os avanços alcançados no exercício de 2015 ficaram prejudicados.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Gráfico 3 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 03



Descrição e memória de cálculo de cada indicador descritas no Item 9.2.1

Tabela 5 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 03

Análise indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Área total de imóveis vistoriados	750.000,00	933.174,00	689.394,77	352.404,09	672.857
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	221	133	270	249	264
Número de famílias assentadas	30.000	32.277	30.000	26.670	30.000
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	118.591,41	104.081,67	101.035,20	26.631,96	177.369

Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	75.000,00	310.066,58	43.369,46	40.943,11	28.775
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	21.345	17.535	16.000	15.996	17.951
Legenda	<span style="color: green;">■</span> Conforme planejado	<span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção	<span style="color: red;">■</span> Desconforme		

Fontes dos dados e observações descritas no Item 9.2.2

Devemos destacar que o índice de gasto com obtenção de terras ficou acima do previsto. Entretanto destacamos que o índice não se presta para monitorar ou avaliar o desempenho de ação, sendo uma ferramenta útil no planejamento interno do INCRA para fins de acompanhamento do mercado de terras. Assim, o índice informa que o INCRA desapropriou ou comprou imóveis com valores por hectare acima da média do ano anterior, porém, por ser diretamente influenciado pela dinâmica da flutuação do preço de terras no mercado, essa elevação no valor não deve ser analisada como uma ineficiência na gestão da política.

Ainda sobre o item acima, alerta-se que a variação do custo da terra sofre oscilações devido a fatores intrínsecos ao mercado agropecuário e outros, que é perfeitamente normal considerando a elevação de preço de terras nos últimos cinco anos. Outro fator que tem influência no custo de obtenção é a localização da demanda, visto a variação regional no preço da terra.

A meta do índice de área destinada à reforma agrária superou levemente o estimado. O índice é calculado da seguinte forma: a área (ha) total dos Projetos de Assentamento (88.446.514,73 hectares – fonte: Sipra) dividido pela respectiva Superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA (851.487.659,90 – Relatório de Gestão do INCRA de 2013) multiplicado por 100. A meta (o previsto) foi estimada pela média dos índices dos anos de 2012 a 2014. Assim, os 206.542 hectares destinados ao programa de reforma agrária superaram a meta prevista, mesmo com as restrições orçamentárias. Isso se explica por dois motivos: 115.931 hectares foram incorporados pela forma não onerosa, ou seja, sem gasto de recurso orçamentário e financeiro de investimentos em terras; 76.311 hectares pela forma onerosa desapropriação, que na sua maioria foram pagos com recurso orçamento e financeiros de investimento de exercícios anteriores. Destaca-se neste caso, que o processo judicial de desapropriação é moroso. Assim, a criação do PA somente ocorre após o ato de imissão na posse expedido pela justiça, o que pode durar anos ou décadas.

O índice de acréscimo de área destinada a reforma agrária não foi alcançado, ficando bem abaixo da meta. A forma de cálculo leva em conta a área (ha) total dos Projetos de Assentamento criados em 2015 (206.542 hectares – fonte: Sipra) dividido pela respectiva Área total de Projetos de Assentamento existente, na jurisdição da SR ou Sede (88.518.428,89 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100. O previsto foi estimado pela média dos índices dos anos de 2012, 2013 e 2014. Nestes anos foram incorporados, respectivamente: 328.747; 319.897; e 415.446 hectares. Logo, não foi possível atingir a meta por dois motivos: devido a metodologia de cálculo que não levou em conta a restrição orçamentária e financeira do ano de 2015, que impactou de forma direta a realização de compra de imóveis; e que a forma não onerosa teve queda significativa na contribuição do acesso à terra quando comprada com o ano de 2014, que segundo o Relatório de Gestão de 2014, foram de 268.440 hectares.

A tabela comparativa de indicadores em três exercícios mostra que o INCRA não conseguiu atingir as metas pactuadas. Passemos a discorrer sobre cada indicador:

1. Área total de imóveis vistoriados: no ano de 2015 a Diretoria de Obtenção e Implantação de Assentamento alterou a metodologia para contabilização da meta física realizada neste plano orçamentário, assim conta-se para a meta o imóvel vistoriado que teve o laudo finalizado no exercício (e trabalho de campo também finalizado em 2015) e não apenas o trabalho de campo realizado. Este ajuste metodológico foi uma das causas para que o número de hectares vistoriados fossem tão baixo, pois os imóveis com laudos entregues em 2015, referentes a vistorias realizadas em 2014 ou anteriores, não foram contabilizados, visto que na conclusão da etapa do

trabalho de campo já haviam participado do cômputo da meta em exercícios anteriores. Aliado a isso, destacamos que a restrição de recurso financeiro, mesmo sem restrição orçamentária, provocou dificuldades em executar as viagens para trabalho a campo, pois não havia como liquidar as diárias, passagens, combustíveis etc. como o necessário.

2. Número de imóveis com estudo de cadeia dominial: a meta quase foi cumprida, das 270 previstas 249 foram realizadas. Assim, 92,2% é um bom resultado, pois devemos considerar as restrições orçamentárias e financeiras de 2015.

3. Número de famílias assentadas: com o não atingimento de metas do acréscimo de área destinada a reforma agrária este indicador é prejudicado. Aliado a isso, destacamos que a restrição de recurso financeiro, mesmo sem restrição orçamentária, provocou dificuldades em executar as viagens para cadastro e seleção de famílias, pois não havia como liquidar as diárias, passagens, combustíveis etc. como necessário.

Das 26.670 famílias assentadas no ano de 2015, 19.907 foram assentadas em PAs criados anteriormente ao ano de 2013, fruto do trabalho de supervisão ocupacional, o que não onera diretamente esse Plano Orçamentário (PO) e 6.428 em PAs criados recentemente – entre 2013 e 2015. No ano de 2015 foram criados 81 PAs (70 terras públicas e 11 onerosas), que gerou uma oferta de 206.542 ha (190.849 Terras públicas e 15.693 onerosas) e 5.480 novas vagas para o assentamento de famílias (4.226 em Terra Pública e 1.254 em áreas onerosas); destas somente 2.621 foram preenchidas até o final do exercício de 2015. Alguns processos externos interferiram diretamente no alcance das metas de homologação de famílias, como os casos da Ação Civil Pública da SR 08/SP, que determinou o recadastramento total de candidatos ao PNRA na sua jurisdição; a mudança dos gestores na SR 30 enquanto consequência da operação Madeira Limpa (PF); e a ação judicial sobre a SR 04, determinando o estancamento do processo de revisão ocupacional. Estas três superintendências, caso atingissem suas metas, acresceriam cerca 2.600 novas famílias assentadas ao quadro geral.

4. Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária: o índice não foi alcançado devido o contingenciamento de recurso orçamentário conforme mostrado no item “ii. d.”. Aliado a isso, houve restrição de financeiro que restringiu também o pagamento de RAP.

5. Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária: o índice não foi alcançado pelas mesmas razões citadas no item anterior.

Em relação ao número de parcelas supervisionadas, no exercício de 2014, o não atingimento da meta ocorreu devido ao contingenciamento de recursos e a suspensão parcial da ação, conforme orienta o Mem 158/2014-DD, limitando a ação para atender decisão da justiça com prazo e penalidades para o gestor, resolução de conflitos e retomadas de lotes ou parcelas. Em 2015, a meta foi atingida em função da otimização dos recursos. Em relação a meta para 2016, o seu atingimento dependa da disponibilidade dos recursos aprovados na LOA.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 6 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 03

Análise orçamentária	Orçamento					Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Crédito Indisponível	Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP*	Exercício	Exercício	RAP**	Exercício	RAP <sup>1</sup>	Exercício	RAP	
Ação 211A PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	10.000.000,00	1.208.384,13	1.376.766,10	7.300.846,87	802.141,82	689.394,77	-	352.404,09	0,00	Área Vistoriada
Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	4.500.000,00	518.207,09	484.400,48	3.372.780,18	300.433,24	30.000	-	26.670	0	Família Assentada
Ação 211B PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	560.000.000,00	219.395.315,09	249.943.940,32	42.490.245,97	125.753.952,56	101.035,20	-	6.079,19	20.552,77	Área Obtida
Ação 211B PO 01 - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	140.000.000,00	69.811.606,55	45.008.961,56	25.179.264,33	0,00	43.369,46	-	40.943,11	0,00	Área Indenizada
Ação 211A PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	4.000.000,00	249.752,94	448.658,88	3.074.277,94	228.944,41	16.000	-	15.996	0	Parcela Supervisionada

\*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

\*\*Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

<sup>1</sup> Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

Na Ação 211A PO 07 - Vistoria e Avaliação para obtenção de imóveis rurais - foram vistoriados a campo e finalizados laudos para 352.404 hectares de imóveis. Foram utilizados recursos na ordem de R\$ 8.102.988,69 (orçamento de 2015 e RAP) para custeio de várias atividades, as quais envolvem: (i) vistorias para fins de fiscalização e avaliação de imóveis (contabilizada na meta da LOA), (ii) levantamento de dados para elaboração de PPR e Diagnósticos Regionais, (iii) buscas cartoriais e levantamento dominial, (iv) publicação de editais, (v) realização de audiências públicas e de conciliação, (VI) vistorias de recebimento das benfeitorias (nos atos de imissão na posse) e outros. Ressalta-se que a execução física e financeira da Ação 211A PO 07 foi menor que o previsto, devido, principalmente, a restrição dos recursos financeiros, fato já comentado.

Na Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - foram homologadas durante o ano 26.670 famílias. Esse número corresponde a cerca de 89% da meta prevista para o período. O orçamento realizado foi de 75% do orçamento previsto (desconsiderando o valor de RAP que projetou cerca de 11% da meta prevista), que se refere a ação de cadastro, atividades relativas ao fomento da inserção dos candidatos no CadÚnico e apoio a supervisão ocupacional em área que demandam cadastro e seleção de famílias.

Na Ação 211B PO 02 - Pagamento de Indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária - foram liquidados R\$ 168.244.198,53. A execução física e financeira ficou abaixo do esperado devido o contingenciamento orçamentário e a restrição financeira imposta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Fazenda. Entretanto, foi possível empenhar cerca de 310 milhões de reais.

Na Ação 211B PO 01 - Pagamento de Indenizações complementares nos processos de desapropriação de imóveis rurais para a reforma agrária - foram indenizados R\$ 25.179.264,33. A execução física, mesmo tendo força judicial, foi prejudicada pelo citado na ação 221B PO 02.

Na Ação 211A PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento - No exercício de 2015, as atividades rotineiras de supervisão ocupacional estavam suspensas em função da edição da MP 636/2013 que resultou na publicação da Lei 13.001/2014 e, posteriormente, foi limitada para atender decisão da justiça com prazo e penalidades para o gestor, resolução de conflitos graves e ações de retomadas de lotes ou parcelas, conforme orientação constante do Mem. 158/2014-DD. A execução física é a entrega do relatório circunstanciado à autoridade competente, sendo que no exercício foram retomados 10.073 lotes da reforma agrária, que foram destinados ao assentamento de novas famílias. As motivações prioritárias citadas acima, por si só, já comprometem a totalidade do orçamento disponível neste PO, que se verifica insuficiente para atendê-las na sua integralidade.

No exercício de 2015 o quantitativo de parcelas supervisionadas foi de 15.996, o que corresponde a 100% da meta física prevista na LOA, apresentando uma execução orçamentária de 83%. Tal execução demonstra que os resultados foram maximizados com relação à utilização dos recursos. A contabilização da meta é certificada com a entrega de laudo (relatório circunstanciado) para autoridade competente na SR.

## ii.e- Principais desafios para 2016.

Os desafios continuam os mesmos de 2014, que são: promover uma estratégia nacional e local para a prospecção de terras públicas e privadas para a reforma agrária consiste na elaboração de diagnósticos regionais partindo de dados e informações de diversas fontes (pesquisas e Censos do IBGE, cartas temáticas diversas, dados SNCR e outras), permitindo identificar regiões e áreas potenciais e viáveis para a implantação de projetos de assentamento, direcionando e concentrando as ações de obtenção de terras e otimizando os escassos recursos financeiros, logísticos e humanos da autarquia; diversificar as formas de obtenção e buscar maior interação da autarquia com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, a Procuradoria-Geral Federal – PGF ou a

Procuradoria-Geral do Banco Central – PGBC, com o objetivo de verificar a existência de imóveis rurais penhorados em ações judiciais visando a adjudicação destes.

Aliado aos desafios citados, o INCRA necessitará para 2016 recompor seu orçamento que foi contingenciado, além dos acréscimos legais permitidos. Da mesma forma, a autarquia deverá conseguir financeiro para honrar todos os RAP e o orçamento de 2016.

O processo de seleção de famílias demanda que as informações declaradas pelos candidatos sejam confirmadas junto à base de dados governamentais tais como o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) vinculado ao Ministério de Previdência Social e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além das bases da Receita Federal do Brasil. Estas informações auxiliarão na identificação de declarações falsas, em particular quanto aos critérios eliminatórios, por parte dos candidatos. Ressalte-se que a utilização do critério de priorização de famílias inscritas no CadÚnico deverá ser ampliado, pois qualifica o processo. Assim, o desafio é o aumento das ações de busca ativa para fomentar a inclusão das famílias acampadas neste cadastro. Ainda, faz-se necessário a depuração dos dados presentes no Sistema de Informações de Projetos de Assentamento (Sipra) do módulo candidato, para obter uma base fidedigna e atualizada das demandas por assentamento, inclusive com a classificação por prioridades conforme os critérios estabelecidos em lei e normas internas. A DTI, durante o ano de 2015, enfrentou, enquanto importante desafio que se prolongará para os anos de 2016 e 2017, o tratamento às constatações do relatório da CGU nº2014408383. Tais questões são concernentes ao aperfeiçoamento dos instrumentos para seleção e homologação de famílias, mais especificamente discutir o SIPRA e a sua modernização no sentido do diálogo com outras bases governamentais.

As principais estratégias a serem adotadas na Ação 211A PO 0A – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento em 2015 serão: regulamentação da Lei 13.001/14; revisão dos normativos internos e implementação de medidas objetivando aperfeiçoar a ação de supervisão ocupacional, integrando-a a outras ações e programas, inicialmente com a supervisão de créditos, titulação, ATEs e PRONERA.

### *iii. Conclusão*

#### *iii.a- Avaliação do resultado*

Os resultados não foram satisfatórios, pois de modo geral as metas não foram alcançadas.

Em relação à Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamentos, foi elaborada e publicada a Lei 13.001/14, que necessita de regulamentação para sua execução, mesmo assim, os resultados em 2015 foram positivos, considerando a limitação do memorando nº 158/2014-DD e capacidade operacional das Unidades Gestoras da Autarquia. O processo de regularização de ocupações irregulares em projeto de assentamento é bastante complexo e, no caso de retomadas, é lento e burocrático, considerando a necessidade de atendimento do princípio da ampla defesa.

#### *iii.b- Ações para melhoria de desempenho*

Definir áreas potenciais e viáveis para a implantação de projetos de assentamento, diversificar as formas de obtenção, aumentando a participação das modalidades de compra e venda e adjudicação no processo de obtenção.

Quanto à homologação ao assentamento de famílias: qualificar o processo de seleção de famílias, focando melhoria do Sipra, além da depuração do módulo candidato; buscar cooperações para trocas de informações com MTE, MPS, Receita Federal e outros órgãos afins; intensificar a busca ativa de famílias acampadas para fomentar sua inclusão no CadÚnico. Ao passo que se concretiza os acordos de cooperação, o INCRA elaborou a NE 116/2016 para evidenciar a obrigatoriedade da

---

apresentação de documentos com foto e o Extrato CNIS pelos candidatos. Este controle vem sendo exitoso, principalmente, a partir do controle e gestão dos candidatos inscritos no CadÚnico. O número de famílias de trabalhadores rurais acampadas (com CadÚnico e sem CadÚnico), conforme informações prestadas pelas Superintendências Regionais INCRA é de 137.945 famílias. Após o cruzamento desses dados com o CadÚnico, em meados de agosto de 2015, foram encontradas 89.446 famílias não inscritas neste cadastro.

Regulamentação da Lei 13.001/14 e Revisão dos normativos internos. Aperfeiçoamento da combinação de outras ferramentas internas do INCRA com a supervisão ocupacional, como a sala da cidadania e a execução dos contratos de ATER, bem como a integração com outras ações tais como a supervisão de créditos, titulação e PRONERA. Há necessidade de incorporação no processo de supervisão de novos conceitos, ferramentas, equipamentos e/ou tecnologia moderna de monitoramento e vistorias das áreas destinadas para reforma agrária, que resulte na melhoria da capacidade técnica e da eficiência operacional da Autarquia.

### **3.1.4- Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.**

#### *i. Descrição*

##### **Descrição geral**

Desde a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, diversas têm sido as medidas tomadas para o enfrentamento das desigualdades de gênero no meio rural. Muitos avanços foram conseguidos no sentido de as mulheres agricultoras conseguirem sair da invisibilidade a que estavam historicamente submetidas. Dentre as principais conquistas citam-se a regulamentação que institui o acesso à terra pela mulher rural, a criação de linhas de crédito específicas para as mulheres assentadas, o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural e a nova lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. Neste sentido, A Diretoria de Desenvolvimento busca a promoção da autonomia das mulheres adequando normas, procedimentos e realizando ações efetivas e em conjunto com o MDA no intuito de propiciar a equidade de gênero entre o público do PNRA.

##### **Responsável**

César Fernando Schiavon Aldrighi, CPF: 425.920.200-63, Diretor da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD)

#### *ii. Análise*

##### **ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.**

As principais atividades realizadas em 2015 foram a qualificação da demanda das mulheres assentadas aptas a receberem o Crédito Instalação – Fomento Mulher, processo que em função do amparo legal foi necessária a articulação entre os setores do INCRA de Crédito, ATES, Titulação e atualização da RB (relação de beneficiários no SIPRA), além da elaboração dos projetos pelos técnicos das entidades de ATES contratadas pelo INCRA para viabilizar o acesso das mulheres ao Fomento Mulher. Outro destaque foi a ampliação do número de mulheres atendidas por assistência técnica em relação ao ano de 2014, o que representa a importância da evolução das chamadas públicas e dos contratos de prestação de serviços de ATES, qualificando a organização das mulheres e o reconhecimento de sua atuação pela família.

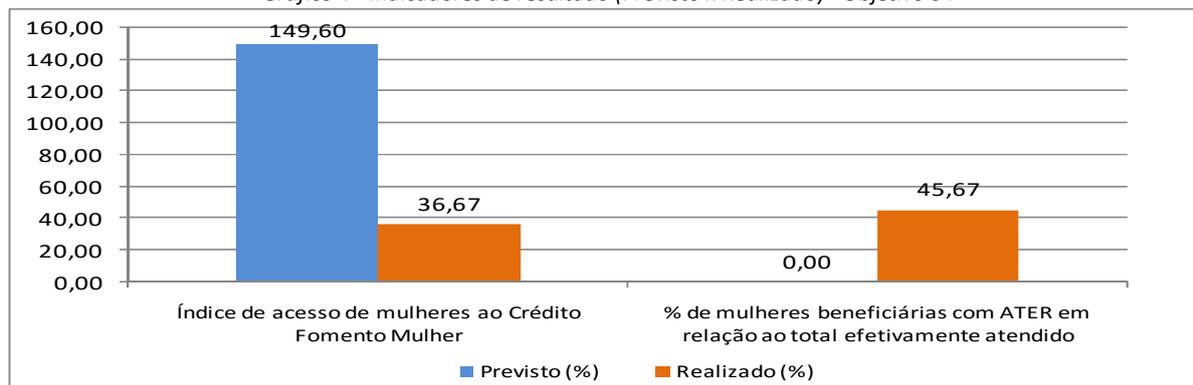
##### **ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do INCRA em 2013 e os avanços alcançados no exercício de 2015.**

O número de mulheres atendidas pelo novo Crédito Instalação na modalidade Fomento Mulher será ampliado em 2016 em função de toda a evolução construída ao longo de 2015. No exercício foram realizadas oficinas de capacitação, nas quais foram gerados e emitidos de 23.647 cartões, sendo que 16.699 mil serão pagos no início de 2016.

A evolução do número de mulheres atendidas com ATES se relaciona ao processo de articulação entre o INCRA e o MDA, de forma que as reivindicações dos movimentos das mulheres podem ser traduzidas em um conjunto de ações realizadas pela equipe de ATES no próprio contrato.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Gráfico 4 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 04



Descrição e memória de cálculo de cada indicador descritas no Item 9.2.1

Tabela 7 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 04

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de mulheres atendidas pelo Crédito fomento mulher	14.346	0	28.344	6.948	109.184
Número de mulheres beneficiárias com ATER	44.786	79.955	-	100.018	-
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Fontes dos dados e observações descritas no Item 9.2.2

A análise do número de mulheres atendidas pelo novo Crédito Instalação através da modalidade Fomento Mulher é a mesma descrita na análise do Crédito Instalação já comentada neste relatório de gestão. Como produto do processo de realização das Oficinas foram gerados a emissão de 23.647 cartões, sendo que 16.699 mil serão pagos no início de 2016. Considerando o fluxo operacional para a concessão do Crédito Instalação verifica-se que a emissão dos 23.647 cartões torna apto o pagamento imediato dos créditos às famílias, em quantidade próxima a meta prevista.

O número de mulheres atendidas com ATERs está relacionada também ao Crédito Instalação – modalidade fomento mulher, uma vez que é preciso elaborar projeto pela equipe contratada de assistência técnica, esta atividade de elaboração do projeto tem que ser aprovada no SIATER pela equipe do INCRA, para então ser efetivado o pagamento do crédito às mulheres. As demais atividades de ATERs com a participação estratégica das mulheres foram o Fomento do Brasil sem Miséria (BSM), linha de apoio a produção sob a responsabilidade do MDS, com o protagonismo das mulheres.

Além das citadas, outras ações em temáticas diversas também foram desenvolvidas, sempre tendo as mulheres como protagonistas do trabalho efetivado, podendo ser destacado o levantamento da realidade dos assentamentos, atividades como a discussão das formas de produção, como por exemplo, os chamados “quintais produtivos” (galinha, horta, frutíferas etc.), assim como atividades não agrícolas, como artesanato e turismo rural.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 8 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 04

Análise orçamentária	Orçamento					Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Crédito Indisponível	Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP*	Exercício	Exercício	RAP**	Exercício	RAP <sup>1</sup>	Exercício	RAP	
Ação 210S PO 02, 03 e 04 - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária ***	352.867.085,00	146.642.166,89	118.472.506,89	115.481.492,04	179.119.896,71	398.739	-	363.947	0	Família Assistida
Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	946.000.000,00	266.000.000,00	0,00	0,00	36.328.125,00	88.200	-	0	19.718	Família Atendida

\*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

\*\*Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

\*\*\* Considerada a soma dos PO 02, 03 e 04 pois ambos tem o mesmo objeto de prestação de atendimento de ATER. Toda a execução física foi contabilizada no exercício atual pois muitos dos contratos se encerram ao longo do exercício e são renovados, onerando portanto o orçamento do exercício.

<sup>1</sup> Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

Na Ação 210S PO 02, 03, 04 (ATER) o número de famílias atendidas com ATER descrita na tabela acima de 363.947 famílias representa 91,27% do indicador previsto. Neste número não está incluído o número de famílias atendidas com ATER especificamente na temática de agroindústria do programa Terra Forte, que foram mais 32.748 famílias. Atingindo 99,49% do previsto em 2015. Não foi possível atingir o que estava planejado, em função do contingenciamento do orçamento aprovado na LOA. Assim a dotação de R\$ 352.867.085,00 diminuiu para R\$ 234.394.578,11, ficando apenas 66,43%. Caso o orçamento não fosse contingenciado teria sido contratado ATER, em função das chamadas lançadas ou elaboradas em 2014, nas Superintendências Regionais do Amazonas (5.310 famílias), Amapá (5.310 famílias), Tocantins (15.065 famílias), Rio de Janeiro (2.282 famílias) e Distrito Federal e Entorno (418 famílias), superando a meta estabelecida. Na Ação de concessão de créditos aos assentados foram contingenciados através do Decreto 8.456/15, R\$ 680.000.000,00, ficando disponível R\$ 266.000.000,00. Devido a baixa execução da meta física utilizamos para os referidos pagamentos recursos em RAP do exercício 2014.

## ii.e- Principais desafios para 2016.

Manter a proporção de mulheres assentadas atendidas com ATES, não sendo possível ampliar em função da restrição orçamentária da LOA e os dois contingenciamentos já ocorridos. A atividade que se destaca se refere elaboração e qualificação dos projetos do Crédito Instalação – Fomento Mulher - a serem elaborados pela equipe de ATES. Além do envolvimento da equipe de ATES do INCRA com a discussão e implementação do Terra Sol para as mulheres. E finalmente o INCRA participar das Conferências Temáticas de ATER, das Conferências Estaduais e da Conferência Nacional de ATER. No que se refere ao crédito o desafio é atender 30% das famílias atendidas por ATES com o crédito Fomento Mulher e 100% das famílias ingressadas no PNRA com o crédito apoio inicial.

## iii. Conclusão

### iii.a- Avaliação do resultado

Houve aumento significativo do número de mulheres atendidas com ATES de 2014 (79.955 mulheres) para o ano de 2015 (100.018 mulheres), o que representa a evolução da efetiva participação das mulheres nas diversas atividades de ATES, seja no âmbito de produção, ambiental ou social. Este avanço foi efetivado em função desde a definição nas chamadas do número mínimo de mulheres que teriam que ser atendidas nas atividades a serem realizadas, assim como a evolução das políticas públicas para as mulheres, como o Crédito Instalação – Fomento Mulher. Em relação a Ação 0427, concluímos como positivo os resultados alcançados, pois tendo em vista que a conclusão da evolução do SNCCI previstas para 2015 e das oficinas de capacitação dada aos Servidores e colaboradores ocorrerem já no final do exercício, os números sistematizados foram resultados dos trabalhos já no fim do exercício e que gerou um grande estoque de créditos aptos a serem pagos em 2016.

### iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Avanço na articulação entre o MDA e o INCRA para implementação de políticas públicas para as mulheres (como o Fomento Mulher). Na Autarquia busca-se uma maior integração na execução das ações relacionadas principalmente ao Crédito Instalação e ao Terra Sol Mulher, visando potencializar o acesso das mulheres a estas políticas públicas que podem representar melhoria na qualidade de vida, ampliando e qualificando o acesso a estas ações. Com relação ao Crédito Instalação ressalta-se a integração constante, não só com a ATER, mas também com as demais áreas do INCRA como o setor de homologação de famílias e o de Titulação (CCU ou CCDRU).

### **3.1.5- Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.**

#### *i. Descrição*

<b>Descrição geral</b>	
O INCRA, através da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ, é responsável pela regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades quilombolas, identificando, reconhecendo, delimitando, demarcando e titulando os territórios quilombolas, conforme regulamentado pelo Decreto 4.887/2003.	
<b>Responsável</b>	Richard Martins Torsiano, CPF 82477574000, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).

#### *ii. Análise*

##### **ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.**

A principal atividade empreendida no exercício de 2015 para aprimoramento da gestão da regularização fundiária de Territórios Quilombolas foi a realização de três reuniões da Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, uma importante iniciativa para a melhoria do desempenho institucional na execução da política de regularização de territórios quilombolas. Destaca-se também o lançamento da coleção Terras de Quilombos, uma parceria entre INCRA, MDA e UFMG para sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. A coleção constitui-se de livretos que reúnem um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

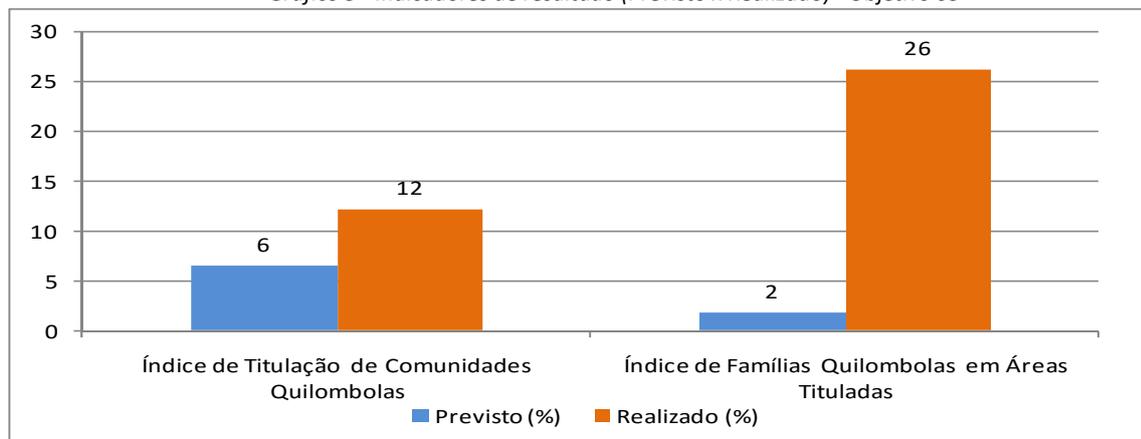
Dentre todos os resultados alcançados pelo INCRA no programa 2034, ação 210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas, destaca-se o incremento considerável de finalização de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, o mais importante e abrangente trabalho técnico realizado pelo INCRA no processo de titulação de Territórios Quilombolas, que envolve o maior dispêndio de recursos orçamentários e maior mobilização da equipe técnica.

##### **ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do INCRA em 2013 e os avanços alcançados no exercício de 2015.**

Considerando-se o diagnóstico feito em 2013 de que o INCRA precisava qualificar a elaboração, análise e acompanhamento dos processos de decretação de Territórios Quilombolas, houve, no exercício de 2015, o importante esforço realizado pela autarquia de compilação, síntese e qualificação das informações sobre os territórios identificados e portariados. Este trabalho permitiu o melhor gerenciamento e antecipação de ações preventivas por parte da Presidência, Diretoria e instâncias decisórias superiores da autarquia, sobretudo nos casos dos territórios quilombolas com processos mais complexos, com maior potencial de conflitos agrários e entraves institucionais.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Gráfico 5 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 05



Descrição e memória de cálculo de cada indicador descritas no Item 9.2.1

Tabela 9 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 05

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	64.010,25	45.747,72	19.637,44	21.824,70	50.096
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	108	59	17	42	-
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	50	13	48	32	58
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	18	9	63	11	-
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	23	25	35	16	-
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	31.250,00	8.965,03	3.636,53	2.866,76	-
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Fontes dos dados e observações descritas no Item 9.2.2

A regularização fundiária dos territórios quilombolas envolve as etapas de elaboração e publicação de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, emissão de Portaria de Reconhecimento do Território, decretação do território como de Interesse Social, a desintrusão (retirada) dos ocupantes não-quilombolas e titulação do território. No que diz respeito aos Relatórios Antropológicos, parte integrante do RTID e etapa fundamental em que se inicia todo o procedimento de regularização e titulação, foram publicados 42. Em 2015, foram publicados 32 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID, beneficiando 2.917 famílias quilombolas e identificando 63.412 hectares. O resultado, embora aquém da meta estabelecida, apresenta avanço significativo se considerados os exercícios anteriores. Foi quatro vezes maior do que 2014. O RTID é a etapa que concentra a maior parte do trabalho técnico e o maior dispêndio de recursos orçamentários. A aparente contradição entre uma queda no montante de recursos correntes disponibilizados para a

ação em 2015 e o aumento considerável na execução física se explica pelo fato de que o RTID é resultado da maturação de trabalhos técnicos executados em exercícios anteriores. Além disso, foram publicadas 12 portarias, reconhecendo 21.824 ha, contemplando 1.225 famílias. A meta de área reconhecida foi atingida. As variações entre a execução física de área reconhecida no decorrer dos anos se devem a heterogeneidade de situações territoriais das comunidades quilombolas. Quanto aos decretos de interesse social, foram editados 14 decretos, totalizando a área de 31.273 ha, e beneficiando um conjunto de 2.481 famílias.

Em 2015 foram vistoriados e avaliados 13.095 hectares e indenizados 2.867 hectares, não tendo, portanto, alcançado a meta para o exercício. Um dos problemas que impactaram a indenização foi o contingenciamento de recursos, que em 2015 chegou a 42,5% do inicialmente previsto na LOA.

Por fim, em 2015 foram expedidos 16 títulos parciais em nome das comunidades quilombolas. A titulação parcial é o repasse das áreas (partes do território) que estão aptas, judicialmente para tal, para o nome da associação quilombola em forma de título definitivo. Os títulos beneficiaram 7 territórios quilombolas, totalizando 7.418 ha repassado às comunidades, em prol de 1.984 famílias. As comunidades beneficiadas com títulos definitivos foram: Marambaia/RJ, Castainho/PE, Jatobá/RN, Conceição das Criolas/PE, Kalunga/GO, Lagoa dos Campinhos/SE e Serra da Guia/SE. Cabe agora aguardar as demais sentenças homologatórias para que o INCRA possa titular o restante desses territórios. Além dos títulos parciais, em 2015 foram concedidos 11 Contratos de Concessão Direito Real de Uso – CCDRU – instrumentos através dos quais o INCRA, após ser emitido na posse de imóvel em processo de desapropriação, transfere o direito de uso para a comunidade quilombola. Isso permite que a comunidade quilombola já usufrua do território antes da homologação da sentença judicial de desapropriação e da titulação definitiva.

A titulação é um procedimento que depende de várias etapas que não estão sob completa governabilidade do INCRA, das quais destacamos: o levantamento da cadeia dominial dos imóveis circunscritos no Território Quilombola e que possuem algum título. Este processo é extremamente complexo, depende de análise de dados cartoriais, que nem sempre são conexos, e muitas vezes dependem também da ação discriminatória por parte dos estados da federação, ação que também está fora da governança do INCRA; o ajuizamento da ação desapropriatória, que deve ser homologada pelo Poder Judiciário, cujos ritos e ritmos estão fora da governança do INCRA.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 10 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 05

Análise orçamentária	Orçamento					Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Crédito Indisponível	Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP*		Exercício	Exercício	RAP**	Exercício	RAP <sup>1</sup>	Exercício	
Ação 210Z - PO 04 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	25.000.000,00	11.118.489,84	10.617.762,30	3.823.638,65	476.982,94	19.637,44	-	21.824,70	0,00	Área Reconhecida
Ação 210Z - PO 03 - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	4.500.000,00	998.432,67	328.698,59	3.052.562,29	8.559.127,94	3.636,53	-	2.866,76	0,00	Área Indenizada

\*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

\*\*Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

<sup>1</sup> Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

Os procedimentos de regularização fundiária de um território quilombola têm ciclos de execução longos, que, em geral, são iniciados e finalizados em exercícios orçamentários diferentes. Desta forma, na ação 2034-210Z os resultados físicos obtidos (área identificada, área titulada, área indenizada) decorrem de gastos financeiro-orçamentários executados, em grande parte, em exercícios anteriores, não havendo, portanto, uma relação direta e necessária entre ambos. Igualmente importante destacar que os gastos efetuados no programa 2034 - ação 210Z contemplam uma grande quantidade de atividades, como os recursos para a execução dos trabalhos de campo (diárias, passagens, etc) do RTID; recursos para publicações; recursos para a realização de vistorias de avaliação dos imóveis, e para a contratação dos Relatórios Antropológicos.

Além de todo o trabalho técnico necessário, o que inclui a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintrusão e a titulação do território, há também o tempo necessário para que contestações e recursos sejam apresentados por pessoas afetadas pela proposta de delimitação de Território e mais um tempo de resposta e julgamento pelas duas esferas decisórias mais importantes na autarquia, o Conselho Diretor Regional das Superintendências Regionais e Conselho Diretor na Sede. As contestações têm efeito suspensivo no processo administrativo.

Em 2015, na ação 2034-210Z foram liquidados aproximadamente R\$ 3 milhões de recursos correntes empenhados no exercício em análise (PO 04). Verifica-se, portanto, quantias bastante satisfatórias de recursos liquidados em relação ao valor disponibilizado. Quanto aos recursos de capital, utilizados na indenização de áreas desintrusadas, foram liquidados aproximadamente R\$ 3,8 milhões de recursos empenhados no exercício em análise. Destaca-se o grande contingenciamento dos recursos de capital, de ordem de 42% do previsto na Lei Orçamentária Anual e o grande volume de pagamento de RAP verificado no exercício. A diferença entre os montantes empenhados e liquidados no exercício se deve à não finalização dos procedimentos necessários para ajuizamento da ação desapropriatória, em conformidade com a NE CONJUNTA DF/DT N.03/2010. A desintrusão dos ocupantes não quilombolas do território começa a partir da declaração como de interesse social. Após a publicação do decreto, o INCRA está autorizado a iniciar a avaliação dos imóveis e o levantamento da cadeia dominial. O levantamento é uma das mais complexas etapas da desintrusão. Nela é preciso levantar todos os registros e suas modificações até o momento que o imóvel foi destacado do patrimônio público, o que nem sempre é possível, dada as dificuldades de estrutura dos cartórios brasileiros. Quando não há nos cartórios o registro originário do imóvel, o INCRA é obrigado a formalizar questionamento à unidade federativa de localidade do imóvel a respeito da dominialidade da área, o que pode retardar o processo de regularização do território. Já a vistoria e avaliação do imóvel é o passo que determina o valor da terra nua e das benfeitorias, portanto, o valor total a ser pago ao interessado. Para determinar esse valor, é feito um estudo do mercado de imóveis rurais da região e o levantamento de todas as benfeitorias do imóvel e seu estado de conservação, assim como avaliação do solo e relevo, bem como os danos ambientais, se houver, no sentido de promover as medidas legais. O produto da avaliação e a cadeia dominial são as principais peças necessárias ao ajuizamento das ações desapropriatórias. Finalizadas as peças acima citadas, e somadas a elas todos os demais documentos exigidos pelos normativos, os processos estão prontos para ajuizamento. Como regra para propor a ação o primeiro passo é empenhar o recurso orçamentário, sendo que a nota de empenho compõe a juntada de documentos e sem essa o ajuizamento não é aceito.

#### ii.e- Principais desafios para 2016.

São vários os desafios na condução da política de regularização fundiária de territórios quilombolas, dentre os quais destaca-se: 1) Finalizar os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID - referentes à quantidade considerável de relatórios antropológicos finalizados, o que vai exigir aumento da capacidade operacional dos setores quilombolas na consecução do restante das peças. 2) Reduzir o tempo processual entre a expedição do decreto desapropriatório e o ajuizamento das ações dos imóveis a serem desintrusados, reduzindo o passivo de imóveis a serem avaliados. 3) a necessidade de se avançar nas negociações com o ICMBio/MMA nos casos de Territórios Quilombolas com sobreposição com Unidades de Conservação.

#### iii. Conclusão

##### iii.a- Avaliação do resultado

Embora alguns indicadores não tenham atingido os valores previstos nas metas, os resultados foram bastante satisfatórios, se considerados o orçamento e a capacidade operacional do INCRA neste importante trabalho de titulação de Territórios Quilombolas.

---

### iii.b- Ações para melhoria de desempenho

No exercício de 2015 houve continuidade da Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, instituída através da Portaria N° 397 de julho de 2014, como uma importante iniciativa para a melhoria do desempenho institucional na execução da política de regularização de territórios quilombolas. Trata-se de reuniões periódicas nas quais o INCRA convoca a sociedade civil, através das representações dos movimentos sociais e organizações quilombolas, e demais entes públicos envolvidos com a política de regularização de territórios quilombolas, para então prestar contas das políticas desenvolvidas pela autarquia e articular a ação do governo federal. Esta importante ferramenta de interlocução entre os entes públicos e os movimentos sociais permite o aprofundamento do controle social das ações de regularização fundiária quilombola e maior articulação do executivo federal no desempenho de suas ações, sobretudo nos casos mais complexos de titulação. Mesas Estaduais em 20 Superintendências Regionais do INCRA, facilitando a interlocução entre as comunidades quilombolas e as instâncias decisórias superiores das Superintendências Regionais do INCRA e facilitando também a interlocução dos quilombolas com outros entes públicos estaduais.

### 3.1.6- Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.

#### i. Descrição

##### Descrição geral

A Portaria MDA nº 06/2013 determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos.

##### Responsável

Marcelo Afonso Silva, CPF: 311.875.526-15, Diretor da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT).

#### ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

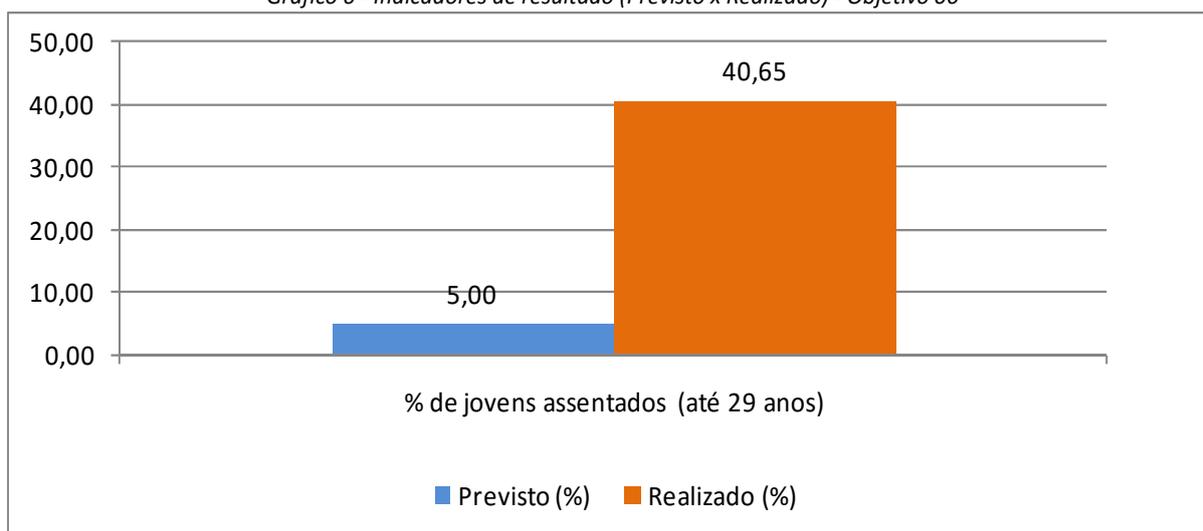
Este indicador, garantido através de portaria, tem demonstrado pouco impacto sobre o desafio de assentamento de jovens. O INCRA, nos últimos 3 anos, tem mantido uma meta próxima a 35% de assentamento de jovens em projetos de Assentamento. Percebe-se então que esta dinâmica já foi incorporada ao processo de assentamento de famílias no Brasil.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico do INCRA em 2013 e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Este ano atingimos a taxa de 40,65% de jovens assentados, demonstrando um acréscimo considerável sobre os números alcançados nos anos de 2013 e 2014, que eram de cerca 32% e 39%.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Gráfico 6 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) - Objetivo 06



Descrição e memória de cálculo de cada indicador descritas no Item 9.2.1

Tabela 11 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios - Objetivo 06

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de jovens assentados (até 29 anos)	-	12.502	-	10.841	-
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Fontes dos dados e observações descritas no Item 9.2.2

Os dados superaram o planejado, pois não é possível prever, antecipadamente o número de jovens que desejam ser assentados. Como atenção o INCRA deve busca a reestruturação do módulo Sipra candidato para realizar um mapeamento das demandas deste público.

O órgão vem cumprindo esta meta com excelência, contribuindo assim para a fixação de novas gerações no campo brasileiro.

#### ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 12 – Execução Orçamentária e Física - Objetivo 06

Análise orçamentária	Orçamento					Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Crédito Indisponível	Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP*	Exercício	Exercício	RAP**	Exercício	RAP <sup>1</sup>	Exercício	RAP	
Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	4.500.000,00	518.207,09	484.400,48	3.372.780,18	300.433,24	30.000	-	26.670	0	Família

\*Considerado RP Inscrito processado + RP inscrito e reinscrito não processado.

\*\*Considerado RP Processado Pago + RP não processado pago

<sup>1</sup> Não há meta prevista com o orçamento inscrito em RAP, visto que o marco utilizado para execução física de RAP é a publicação do contrato ou contratação do serviço e não apenas o exercício do orçamento utilizado.

O orçamento é o mesmo da ação 211A PO 06, por isso os números na ordem acima.

Assim, repete-se a descrição dos resultados físicos e financeiros previstos da ação: “Foram homologadas durante o ano 26.670 famílias. Esse número corresponde a cerca de 89% da meta prevista para o período. O orçamento realizado foi de 75% do orçamento previsto (desconsiderando o valor de RAP que projetou cerca de 11% da meta prevista), que se refere a ação de cadastro, atividades relativas à inserção no CadÚnico e apoio a supervisão ocupacional em área que demandam cadastro e seleção de famílias.

#### ii.e- Principais desafios para 2016.

Instituir um planejamento para cadastramento de famílias jovens, incluindo um mapeamento das demandas deste público.

---

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Acreditamos que o resultado foi positivo como requisito básico para autonomia e a emancipação da juventude rural, mas ainda é necessária uma reestruturação dos sistemas internos com o objetivo de melhor qualificar a demanda e controlar outras necessidades da juventude.

#### iii.b- Ações para melhoria de desempenho

A Dinâmica das famílias no meio rural é diferente dos centros urbanos, há de se considerar que as famílias rurais são formadas num patamar etário inferior. Aos jovens do campo se faz necessário não só o assentamento, que já vem atingindo metas satisfatórias, mas o enfrentamento do tema da sucessão rural e ampliação do crédito aos jovens, desvinculado do lastro bancário das dívidas dos pais.

Como atenção o INCRA deve busca a reestruturação do módulo Sipra candidato para realizar um mapeamento das demandas deste público.

## 3.2- Informações sobre a gestão

### 3.2.1- Fomentar a produção, difusão e gestão dos conhecimentos técnico científicos, com vistas a qualificar e divulgar as ações referentes ao desenvolvimento rural sustentável e solidário.

#### i. Descrição

##### Descrição geral

A produção, difusão e gestão dos conhecimentos técnico científicos, sobre as temáticas de reforma agrária, agricultura familiar, transgênicos, juventude rural, mulheres rurais e demais aspectos sociais, políticos e econômicos ligados ao desenvolvimento rural sustentável é coordenado no âmbito do MDA pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). O INCRA é parceiro da execução das ações que envolvem a Reforma Agrária.

##### Responsável

Richard Martins Torsiano, CPF 82477574000, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).

#### ii. Análise

##### ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Com referência ao Projeto Biblioteca Virtual Quilombola, atualmente, está na fase da elaboração de livretos que narram a trajetória das comunidades quilombolas. Os insumos para a realização deste trabalho são os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) elaborados pelo INCRA. Em 2014 foi celebrado um termo de cooperação (no valor de R\$ 2 milhões), com Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para a elaboração de 190 fascículos denominados Coleção Terra de Quilombos. Destes, 16 (quadro abaixo) estão concluídos em formato digital no site do INCRA ([http://www.INCRA.gov.br/memoria\\_quilombola](http://www.INCRA.gov.br/memoria_quilombola)) e impressos. No INCRA, a responsabilidade deste trabalho é da Coordenação Geral de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas (DFQ).

Quadro 6 – Coleção Terra de Quilombos

Nº	Comunidade	Município	Estado
1	Amaros	Paracatu	MG
2	Brotas	Itatiba	SP
3	Cafundó	Salto de Pirapora	SP
4	Família Magalhães	Nova Roma	GO
5	Família Thomas	Treze de Maio	SC
6	Gurutuba	Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Janaúba, Gameleiras, Catuti e Monte Azul	MG
7	Jamary dos Pretos	Turiaçu	MA
8	Lagoa Grande	Jenipapo de Mintas	MG
9	Luízes	Belo Horizonte	MG
10	Mandira	Cananéia	SP
11	Mangueiras	Belo Horizonte	MG
12	Maroba	Almenara	MG
13	Mesquita	Cidade Ocidental	GO
14	Morro Seco	Iguape	SP
15	Mumbuca	Jequitinhonha	MG

16	Sacopã	Rio de Janeiro	RJ
----	--------	----------------	----

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por escravizados para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente.

Essa Coleção é fruto da parceria entre INCRA, MDA e UFMG para sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), em muitos casos ignorados pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs.

#### ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Tabela 13 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Item 3.2.1

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Núcleo de Estudos Fundiários - NEF instalado no INCRA	1	1	-	-	-
Número de Bibliotecas Quilombolas implantadas	1	0	1	1	-
Número de Estudos realizados	1	1	-	-	-
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Fontes dos dados e observações descritas no Item 9.2.2

Considerando o estágio de implantação de ações que visam fomentar a produção, difusão e gestão dos conhecimentos técnico científicos, com vistas a qualificar e divulgar as ações referentes ao desenvolvimento rural sustentável e solidário é algo recente como meta institucional planejada ainda não foi estabelecido indicador de processo para tal objetivo. Cabe destacar que essa é uma ação coordenada diretamente pela sede da Autarquia, não tendo participação direta das SR para os resultados obtidos.

#### iii. Conclusão

##### iii.a- Avaliação do resultado

Considera-se que o Objetivo foi parcialmente concluído, tendo em vista a divulgação inicial da Coleção Terras de Quilombos no site do INCRA dando cumprimento ao Projeto Biblioteca Virtual Quilombola. Conforme dados da Assessoria de Comunicação do INCRA, desde a publicação já houve mais de 2 mil acessos à página onde constam os fascículos.

##### iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Para a melhoria do desempenho devem ser finalizados e publicados os fascículos restantes da Coleção, completando assim o número previsto no Termo de Cooperação.

### 3.2.2- Desenvolver ações para aumentar o comprometimento, a capacitação e a satisfação das equipes colaboradoras.

#### i. Descrição

##### Descrição geral

Esse objetivo visa o desenvolvimento de competências dos servidores, integrando ações de capacitação, treinamento e qualidade de vida com o planejamento estratégico da instituição, a fim de, através da promoção de uma aprendizagem organizacional e continuada propiciar um crescimento pessoal e laboral dos servidores e também na busca constante de melhor desempenho na consecução da missão institucional do INCRA.

##### Responsável

Cleide Antonia de Souza, CPF: 372.898.021-87, Diretora da Diretoria de Gestão Administrativa (DA).

#### ii. Análise

##### ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

No ano de 2015 o INCRA procurou manter o foco nas ações de treinamento promovidas internamente. Nesse sentido, no decorrer do período de 2015 a autarquia continuou sendo o principal indutor das capacitações com 47%. Somando-se a essas, as capacitações promovidas por Escolas de Governo e instituições públicas – outros órgãos, verifica-se que 80 % do total foram realizadas por instituições públicas, conforme prioriza o estabelecido no Decreto 5.707/2006. As ações se concentraram no desenvolvimento de capacidades gerenciais, estratégicas e operacionais, sendo esta a de maior expressão 80%.

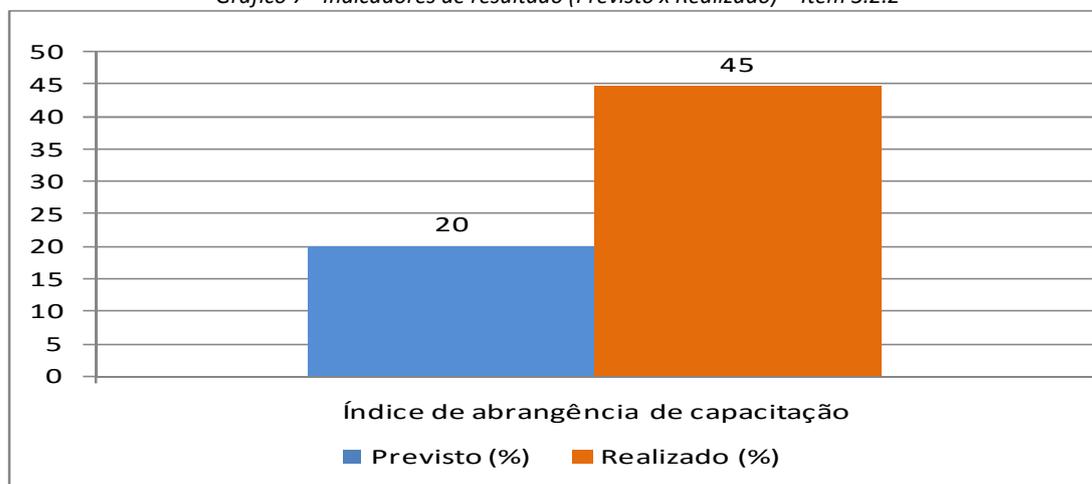
Conforme anos anteriores procurou-se priorizar as capacitações nos locais de trabalho dos servidores, evitando-se gastos com diárias e passagens. Além disso, no ano de 2015 foram firmadas parcerias, por meio de acordos de cooperação/contratos com Universidades Federais onde foram disponibilizados aos servidores da autarquia oportunidades de capacitação no nível de Pós-graduação. Dentre elas destaca-se: Contrato com a Universidade Federal do Pará - UFPA para uma turma fechada para 15 servidores do INCRA em Mestrado Profissional na área de Ciências e meio Ambiente, já em execução. Outra parceria foi com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN onde foram disponibilizadas vagas para servidores no Mestrado profissional em Gestão Pública, com início previsto para 2016. Já com o Instituto Federal do Pará – IFPA fora disponibilizado curso fechado de Especialização em Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas com 16 vagas para servidores do INCRA, além de ofertadas 10 vagas no curso de Extensão em Manejo Florestal, com início também previsto para 2016. Já no fim de 2015 fora firmado com a Universidade Federal de Lavras – UFLA Termo de Execução Descentralizada no qual um dos eixos é capacitar, por meio do curso a distância no Sistema do Cadastro Ambiental Rural – SICAR para os módulos de cadastro dos Projetos de Assentamento do INCRA, com previsão de mil vagas previstas para 2016.

Foram negociados com outros órgãos públicos, a exemplo, o Tribunal de Contas da União – TCU e a Escola de Administração Fazendária – ESAF, Termos de Execução Descentralizada para treinamento de servidores da autarquia. No entanto, por decisão do próprio Tribunal não fora possível fechar o acordo. Já com a ESAF o TED fora firmado, no entanto, em virtude das indefinições orçamentárias e financeiras no segundo semestre não foi possível a realização do total programado. Em tempo, outra parceria realizada e executada em 2015 se deu com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, na qual foram capacitados, em turma fechada, 37 servidores do INCRA no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUNET/SIAFI para atendimento no estabelecido na

Portaria Conjunta STN/SPU/Nº 703/14 e acórdãos TCU Nº 557/04 e 2461/15. Para 2016 estão previstas novas turmas em SPIUNET/SIAFI.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada secretaria/entidade externa e Superintendências Regionais para os resultados obtidos.

Gráfico 7 - Indicadores de resultado (Previsto x Realizado) – Item 3.2.2



Descrição e memória de cálculo de cada indicador descritas no Item 9.2.1

Tabela 14 - Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – Item 3.2.2

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de servidores capacitados	1.200	3.021	921	2.063	1.004
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

Fontes dos dados e observações descritas no Item 9.2.2

Ao se analisar os valores constantes na tabela comparativa de indicadores relativos aos anos de 2014 e 2015 pode-se notar uma tendência de manutenção dos números, tanto relativo às metas estabelecidas quanto aos valores realizados, com um leve decréscimo em 2015. Nesse sentido, pode-se inferir que há também uma manutenção no índice em 45%. Por outro lado, merece destaque que a meta de oportunidades de capacitação para o ano de 2015 sofreu uma revisão no segundo semestre, passando de 1.200 originalmente para 921. Portanto, a diferença do previsto para o executado ficou em 111%. Diferença está menor do que se comparado com anos anteriores, não sendo isso decorrente de algum problema relacionado à confiabilidade dos dados ou algum sistêmico. Outro ponto que pode ter corroborado para a diferença deve-se ao fato da melhora significativa de registro, acompanhamento e monitoramento desses treinamentos.

ii.c- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Tabela 15 – Execução Orçamentária e Física – Item 3.2.1

Análise orçamentária	Orçamento					Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Crédito Indisponível	Realizado <sup>1</sup> (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP*	Exercício	Exercício	RAP**	Exercício	RAP <sup>1</sup>	Exercício	RAP	
Ação 2000 PO 01 - Capacitação de servidores públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	2.500.000,00	404.291,37	714.825,10	1.366.658,16	221.047,61	921	-	2.036	-	Servidor capacitado

Da análise da planilha acima destaca-se primeiramente que do valor previsto em lei para o INCRA 28% desse crédito ficou indisponibilizado na Ação de Capacitação, o que não deixa de ser um corte expressivo. Do montante disponível, os números demonstram que a autarquia executou no período 77% (empenho liquidado) do orçamento disponível. Ainda, ao se analisar os números de execução física pode-se dizer que a autarquia foi eficiente, dado o montante disponível, o número de oportunidades de capacitação realizadas atreladas à melhoria no registro e acompanhamento da ação.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Em termos de avaliação do resultado com base no planejado e o executado para o ano de 2015, destaca-se: Que a autarquia continua sendo o principal indutor das capacitações internas. Que permanece um compromisso e esforço de promoção de treinamentos nos quais não haja necessidade de deslocamento de servidores do local de lotação. Em relação à meta prevista observa-se que a execução superou em 100% o planejado, mesmo tendo a previsão orçamentária em lei diminuída em 28%. Cabe também ressaltar, o esforço da instituição no que diz respeito à busca por parcerias externas, em especial às instituições públicas, órgãos, Escolas de Governo e Universidades, conforme descrito no item 1. Outro ponto que merece destaque e que contribuiu sobremaneira relaciona-se com a constante busca na melhora contínua nos mecanismos de controle e monitoramento das atividades de capacitação, conscientização dos servidores e gestores, dado à capilaridade do órgão. Nesse sentido, pode-se dizer que embora o cenário orçamentário e financeiro tenha demonstrado instabilidades e incertezas no período de 2015, o INCRA com o disponível na ação de Capacitação conseguiu ser não só eficiente bem como eficaz.

#### iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Projeta-se para o exercício de 2016 primeiramente a manutenção do foco nas capacitações e treinamentos voltados para as atividades internas e estratégicas da instituição. Ademais, como estratégia de ampliação o INCRA está buscando fomentar parcerias com outros

---

órgãos, Escolas de Governo, Universidades e instituições públicas no sentido de implantar ações conjuntas de capacitação por meio de Acordos de Cooperação Técnica e mecanismos similares. Ainda, intensificar o registro por meio da necessidade de formalização das demandas, acompanhamento e monitoramento das ações de capacitação por meio do Módulo de Monitoramento e planilhas da DAH-3. Por fim, realizar o levantamento via Web das Necessidades de Capacitação tanto da Sede bem como das Superintendências, com objetivo de subsidiar a elaboração do Plano anual de capacitação para o biênio 2016/2017.

### 3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

#### Apresentação

Em 2013, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em conjunto com o INCRA, elaborou o Plano Estratégico do MDA (2013-2014). Esse processo teve o mérito não apenas de resgatar a preocupação com o planejamento e uma cultura de monitoramento e prestação de contas, mas, principalmente, por ter sido feito, pela primeira vez, em conjunto entre as duas instituições. O plano foi estruturado em doze objetivos estratégicos e para a sua gestão foram constituídos quatro grupos de trabalho de Monitoramento e Gestão Integrada do MDA/INCRA.

No ano de 2015 iniciou-se um processo de revisão do plano, que culminou na publicação, em dezembro de 2015, do Plano Estratégico do MDA (2015-2018). Embora a vigência do plano inclua o exercício de 2015, a elaboração do mesmo só foi concluída no final do ano, o que implica que sua real execução se iniciará no ano de 2016. Para fins de elaboração deste relatório, consideraram-se os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico do MDA (2013-2014).

Concomitantemente ao Plano Estratégico do MDA, o INCRA seguiu realizando seu planejamento operacional anual, que consistiu no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do INCRA (2015), no qual constaram a distribuição de metas físicas e orçamento para as superintendências regionais, por Plano Orçamentário.

#### 3.3.1 Estágio de Desenvolvimento

O ano de 2015 foi marcado pela necessidade da elaboração de um novo plano estratégico que abrangesse o período de 2015 a 2018. A partir da experiência adquirida com a elaboração do Plano Estratégico do MDA (2013-2014), foi possível estabelecer uma nova metodologia de planejamento, de base participativa, com foco no aprimoramento da gestão e na melhoria dos serviços prestados.

Espera-se que o acompanhamento e o monitoramento do novo plano gerem efetivos insumos que sirvam como subsídios para a tomada de decisão, visando o aperfeiçoamento das ações empreendidas.

#### 3.3.2 Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

Conforme citado anteriormente, 2015 foi um ano no qual se realizou a revisão do Plano Estratégico do MDA (2013-2014), a partir da experiência adquirida no ciclo de planejamento anterior. A revisão definiu nova metodologia, que buscou aprimorar a metodologia anteriormente aplicada.

Como resultado, foi elaborado o Plano Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015-2018), que contém os seguintes itens: orientações estratégicas; ideias-força; eixos do planejamento estratégico; diretrizes do MDA; desafios do MDA; mapa estratégico; objetivos estratégicos; indicadores e metas; gestão estratégica do plano.

O conteúdo do plano consiste na definição dos principais marcos estratégicos organizacionais para o horizonte temporal de 2015 a 2018, organizados em quatro eixos: fundiário, agrícola, cidadania e qualidade de vida no campo e melhoria da gestão.

A dinâmica do planejamento consistiu em uma série de cinco oficinas ocorridas entre abril e setembro de 2015. Os eventos foram promovidos pelo MDA em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), e reuniu colaboradores de todas as áreas do Ministério e servidores do INCRA em ações que incluíram palestras institucionais, discussões, pesquisas

documentais, exposição de questões para apreciação do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF) e exposição dos resultados parciais para os funcionários do Ministério, dentre outras iniciativas.

A construção do mapa estratégico, do painel de indicadores e das metas estratégicas e seus referenciais estratégicos se inserem no contexto das atuais prioridades institucionais de aprimoramento da gestão e traça os vetores de atuação para os próximos anos. Também visa o fortalecimento institucional a partir da construção de uma agenda estratégica, capaz de alinhar e integrar o Ministério em torno de resultados esperados, com foco na melhoria dos serviços prestados à diversidade de públicos das políticas de desenvolvimento agrário.

O trabalho, assim, objetivou contribuir, de forma participativa, para a definição das diretrizes e orientações estratégicas na perspectiva de uma posterior implantação de uma gestão estratégica devidamente sistematizada, a fim de dar visibilidade aos resultados e entregas do Ministério à medida que suas políticas e programas são executadas ao longo do tempo. Os indicadores formulados são a base para a gestão estratégica, permitindo traçar metas quantitativas e qualitativas com foco nos resultados organizacionais, ou seja, traduzir a estratégia em elementos e fatores mensuráveis.

Importante destacar que o Plano, além de apresentar os resultados do trabalho do Planejamento Estratégico, traz conceitos e ideias frutos de um longo acúmulo e práticas na temática da questão fundiária e da agricultura familiar. Estes conceitos refletem os interesses, inquietudes e necessidades dos participantes e, principalmente, as demandas da sociedade que o MDA e o INCRA tem a obrigação de atender, consideradas fundamentais para orientar o trabalho.

### 3.3.3 Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

O Plano Estratégico do MDA 2013-2014 possui objetivos estratégicos, indicadores e metas que estão relacionados aos objetivos, iniciativas e metas do PPA 2012-2015, bem como às ações e planos orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual. A compatibilidade entre o Plano Plurianual, a Lei Orçamentária Anual e o Plano Estratégico é necessária para a execução das atividades e alcance das metas e objetivos previstos tanto no PPA, quanto no plano. A compatibilização está configurada no quadro constante do Anexo 9.2.3 deste Relatório.

### 3.3.4 Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

O Plano Estratégico do MDA (2013-2014) não possui indicadores que meçam o desempenho da gestão estratégica, o que impede que seja elaborada avaliação sobre este tema. No entanto, a partir do exercício de 2016 serão monitorados indicadores que remetem à gestão estratégica do MDA e do INCRA, conforme publicado no Plano Estratégico do MDA (2015-2018):

Quadro 7 - Objetivo Estratégico: Implantar a gestão estratégica participativa do MDA e INCRA

INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	Linha de Base			Metas			
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Índice de Metas Alcançadas	(Número de metas do PE alcançadas / Número de metas do PE) x 100	--	--	--	0	85%	90%	95%

Índice de implementação do PNRSS	$AD = (DA/DT) \times 100$							
	AD = percentual de atendimento das demandas do PNRSS				Coletar dado	60%	70%	80%
	DA = demandas ou metas do PNRSS atendidas	--	--	--				
	DT = total demandas PNRSS							

Além dos indicadores citados, o plano prevê uma gestão estratégica eficaz que subsidie de maneira abrangente os gestores com informações tão diversas quanto o público-alvo, resultados de desempenho e eficiência de processos. Assim, a implantação da gestão estratégica permitirá aos gestores acompanhar os indicadores de maneira estruturada, identificar oportunidades de mudanças e produzir uma retroalimentação positiva para as políticas de acordo com as condições conhecidas e os resultados esperados para o público das políticas.

O Painel de Indicadores do MDA funcionará inicialmente em uma sala de informações estratégicas e suprirá uma lacuna de informação mais agregadas na temática agrária. Será estruturada a partir das informações do MDA e do INCRA, com recortes diversos e dados de outros órgãos como IBGE e IPEA. As informações serão voltadas para todos os usuários internos e no futuro poderão ser organizadas em publicações.

### 3.3.5 Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

O planejamento estratégico do MDA/INCRA passou por uma grande revisão em 2015, na qual foi definida nova metodologia e foram revistos os objetivos, metas e indicadores estratégicos. Este novo plano passará por balanços anuais, realizados sempre no primeiro semestre de cada ano, dos quais resultará a atualização dos objetivos, indicadores e metas, de acordo com as necessidades de adaptação aos contextos interno e externo.

### 3.3.6 Envolvimento da alta direção (Diretores e Superintendentes)

As oficinas realizadas entre abril e setembro de 2015 contaram com a presença da alta gestão do INCRA, na figura de seus diretores. Houve participação também de alguns coordenadores e servidores da autarquia, que contribuíram para a revisão do plano estratégico. Embora a metodologia do plano seja participativa, ressalta-se a necessidade de melhoria dos mecanismos de participação, tendo em vista que o processo não contou com a participação direta dos superintendentes regionais do INCRA.

### 3.3.7 Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico

A partir dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico foram definidas as metas operacionais para as Diretorias e Superintendências Regionais do INCRA nos Estados, que compõem o Caderno de Metas publicado a partir da aprovação pelo Conselho Diretor. A partir dessa publicação foi realizado um monitoramento intensivo do grau de alcance dessas metas, que refletem os resultados institucionais da Autarquia nas suas diferentes áreas de atuação.

Do resultado desse monitoramento, identificou-se o grau de contribuição de cada unidade (SR ou Diretoria Finalística) com base na participação da atividade em relação à meta global

e em relação à execução global. Dos resultados de cada atividade, calculou-se a média geométrica. Essa é a medida de tendência central que normaliza os valores que podem ser alcançados, fazendo com que nenhum alcance domine os pesos.

A partir do resultado da execução em relação à meta, classificou-se como “verde”, as unidades que atingiram 100%, como “vermelha” os que não atingiram os 100% e como “amarela” as que atingiram as metas, porém com possível subestimação das mesmas. Das quatorze Superintendências Regionais que não atingiram os resultados esperados, destacam-se as SR-15/AM, SR 28/DFE e SR-10/SC.

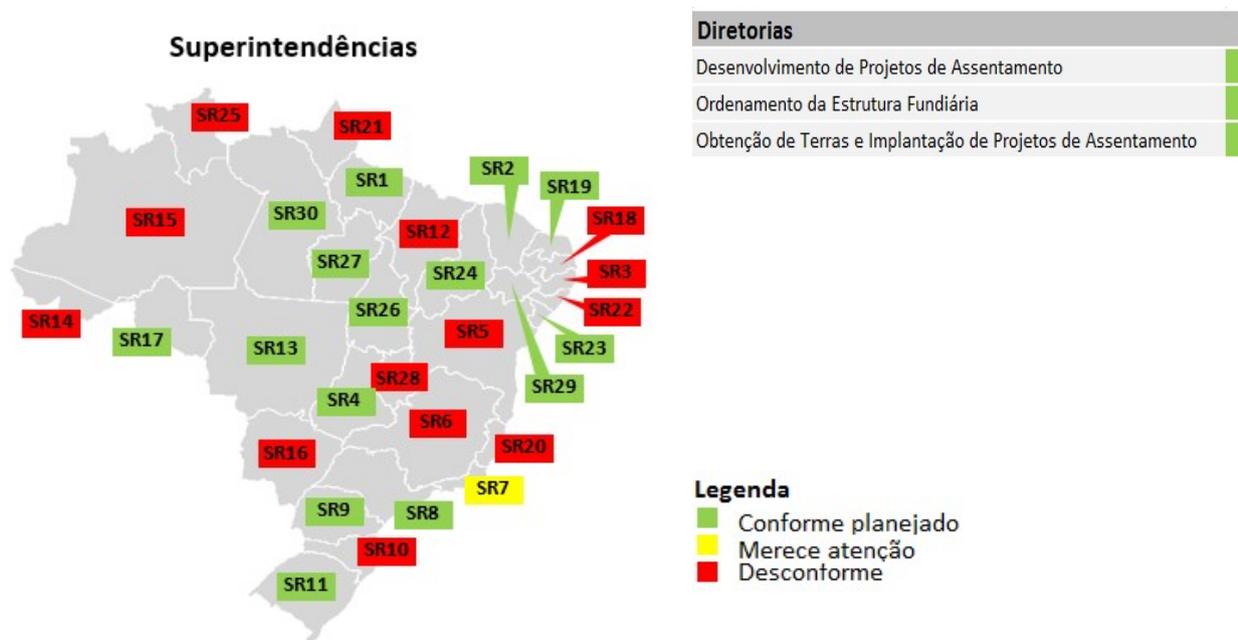


Figura 1 – Alinhamento das Unidades ao Planejamento Estratégico

Com relação à SR 15/AC, destaca-se que dentre os objetivos estratégicos para os quais contribuiu, o único que não foi alcançado foi o objetivo estratégico 01, especificamente em relação ao indicador/atividade “Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados”, porém a contribuição esperada da SR em relação à meta global (soma de todas as metas de todas as SRs e Sede) era de 98,04%, mas não houve execução. Como consequência, a execução global dessa meta foi pequena (0,082%). Para SR 28/DFE destaca-se também o objetivo estratégico 01, porém o indicador/atividade “Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO” teve o pior desempenho, destacando-se que a meta da SR representa 100% da meta global. Quanto a SR 10/SC, o único objetivo estratégico que não teve resposta como esperado foi o objetivo 4, em especial o indicador/atividade “Área total de imóveis vistoriados” que diz respeito à vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombola.

A SR 07/RJ foi assinalada como “merece atenção” por ter obtido resultados muito superiores às metas pactuadas, em especial aos objetivos estratégicos 3 e 4, destacando-se os indicadores/atividades “Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado”, cuja execução representou 74,22% da execução da meta global enquanto a meta da SR representou 0,74% dessa meta e “Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos” cuja execução representou 33,33% da execução da meta global, sem que, contudo, houvesse meta para aquela Superintendência Regional.

Esses resultados denotam que, além de possíveis dificuldades na execução das atividades finalísticas, podem ter ocorrido falhas de comunicação durante o processo de planejamento, em especial o de pactuação das metas, o que se espera mitigar conforme metodologia citada no item 3.3.2.

### 3.3.8 Principais dificuldade e mudanças previstas

As mudanças de gestão acontecidas no INCRA em 2015, bem como os cenários que se apresentam predominantemente adversos, tanto internos quanto externos, com destaque para as restrições de recursos humanos, materiais, orçamentários, financeiros e tecnológicos, induziram o INCRA a iniciar um processo de revisão das suas estratégias, o que significa um novo olhar sobre o papel da autarquia e do seu desenvolvimento no médio e longo prazos. Constatou-se assim que o planejamento em vigor no ano de 2014 encontrava-se desatualizado e pouco efetivo, o que induz a atual gestão a rever as prioridades diante dos atuais e novos desafios que se apresentam para a reforma agrária e para a governança fundiária. Neste contexto, apresenta-se essencial e premente iniciar um novo ciclo de Planejamento Estratégico Institucional - PEI de longo prazo, a fim de explicitar qual será o foco e as estratégias de atuação para os próximos anos.

A partir do novo plano do MDA, finalizado em dezembro de 2015, tornar-se-á possível iniciar um novo ciclo de Planejamento Estratégico para o INCRA, considerando que os objetivos estratégicos que nortearão projetos e atividades desta Autarquia devem, obrigatoriamente, estar alinhados e se constituírem, em grande parte, de objetivos de contribuição aos estabelecidos no planejamento setorial do MDA.

Neste contexto, pretende-se, no primeiro semestre de 2016, iniciar o desenvolvimento e a implantação do planejamento e da gestão estratégica desta Autarquia, tendo como ponto de partida a definição das grandes diretrizes pela alta administração.

Assim, para o ano de 2016, pretende-se iniciar um ciclo de planejamento estratégico específico para o INCRA. A metodologia deverá seguir as seguintes etapas: 1) análise da situação atual e de cenários interno e externo (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças); 2) análise e eventual revisão dos direcionadores estratégicos (Missão, Visão e Valores); 3) aplicação do método Balanced Scorecard para definição da estratégia, que passa inicialmente pela formulação dos objetivos estratégicos e de contribuição aos objetivos do MDA; 4) agrupamento destes objetivos em perspectivas (ou áreas de prioridade) e consequente desenho do mapa estratégico do INCRA; 5) definição dos indicadores vinculados aos objetivos estratégicos que expressão os resultados esperados; 6) desdobramento dessa estratégia em planos de ação (metas, projetos e atividades), em boa parte já expressos no caderno de metas e nos anexos dos acordos de gestão celebrados em fevereiro e março com as Superintendências Regionais; e 7) elaboração e execução de planos auxiliares de comunicação e de gestão de riscos.

Uma vez desenvolvido o Plano Estratégico contemplando todos os artefatos resultados nas fases acima descritas, inicia-se a fase de monitoramento trimestral de metas, avaliação anual de resultados por meio dos indicadores e eventual revisão do Plano no meio do ciclo. Ainda não foi estabelecido o período de abrangência do Plano Estratégico do INCRA, mas deverá contemplar, no mínimo, os períodos do Plano Estratégico do MDA e do PPA, ou seja, 2016-2019.

A exemplo do Plano Estratégico do MDA, o PPA 2016-2019 será um importante insumo para a formulação do Plano Estratégico do INCRA. Pretende-se assim realizar um mapeamento dos objetivos, metas, iniciativas e indicadores do PPA, de forma a estabelecer uma correlação destes elementos com os equivalentes no Plano Estratégico do INCRA. Espera-se, desta forma, não apenas

---

que o plano esteja refletido no PPA, como não haja retrabalho nas rotinas de monitoramento e avaliação de ambos os instrumentos de planejamento governamental e institucional.

Conforme descrito na etapa 5 da metodologia de elaboração do PEI-INCRA, uma vez aprovado no mapa estratégico serão estabelecidos indicadores de desempenho institucional. Dependendo do tipo de perspectiva do mapa estratégico – de sustentação, intraorganização ou de resultados – os indicadores que expressarão o grau de alcance dos objetivos estratégicos inseridos nessas perspectivas poderão ser de resultado e de esforço, ou apenas de resultados. Tais medidas de desempenho servirão para o processo de monitoramento e, principalmente, para o de avaliação periódica no decorrer da gestão estratégica.

Para o PEI-INCRA a ser desenhado em 2016 estima-se a realização de revisões a cada dois anos, de forma a manter o plano estratégico atualizado e aderente às mudanças naturais nas realidades interna e externa, mas, ao mesmo tempo, não gerar instabilidade nos instrumentos de planejamento que leve a não conclusão das iniciativas estratégicas.

A construção do PEI-INCRA para os próximos quatro anos, no mínimo, demandará um alto grau de envolvimento da alta direção do INCRA, tanto Diretores quanto Superintendentes Regionais, a exemplo do demonstrado por ocasião da celebração dos acordos de gestão no primeiro trimestre de 2016, que prevê, além de cláusulas de responsabilidades mútuas, o estabelecimento de metas operacionais e planos de ação que se conectarão, em grande parte, aos objetivos estratégicos de resultado.

Mais uma vez os acordos de gestão celebrados no início de 2016 demonstram a firme intenção do INCRA em estabelecer um modelo de gestão baseado em resultados e no monitoramento intensivo, bem como no alinhamento de diretrizes a partir do PPA e do Plano Estratégico do MDA, de forma a orientar ações e planos das unidades avançadas.

## 4- Governança

### 4.1- Descrição das Estruturas de governança

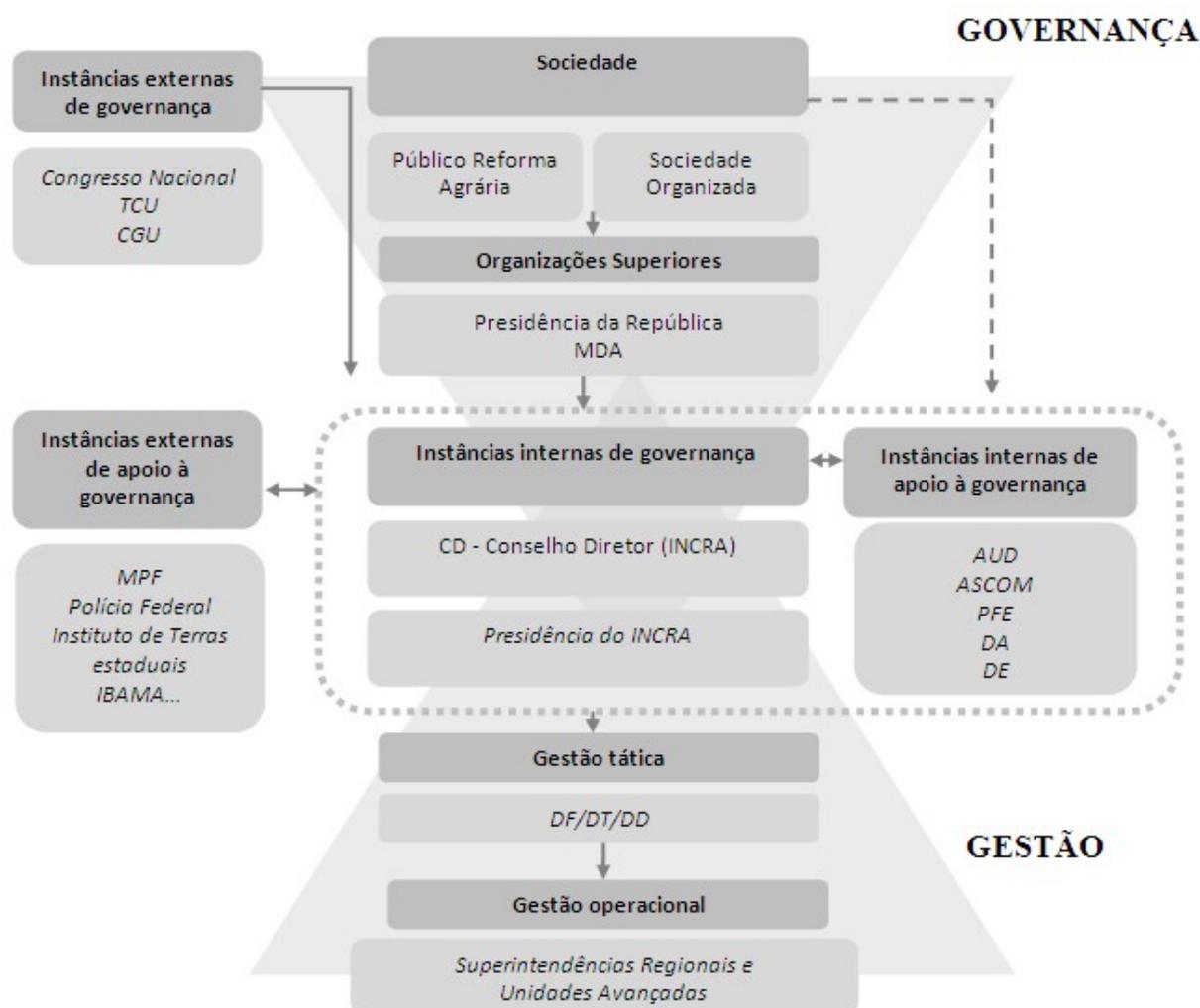


Figura 2 – Estruturas de Governança

Quadro 8 – Estruturas de Governança da Unidade

<p><b>Sociedade</b></p> <p>Esta instância reserva o mais alto nível da estrutura de governança, constituem todos os agentes da sociedade que, direta ou indiretamente, se beneficia da Política de Ordenamento Fundiário e da Reforma Agrária, orientados ao cumprimento da função social da propriedade - missão institucional. (Art. 184. Constituição Federal/(/LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964 – Estatuto da Terra).</p>
<p><b>Órgãos superiores</b></p> <p>Esta instância reserva a dimensão política, a qual orienta a execução do Programa de Reforma Agrária - (DECRETO Nº 7.255, DE 4 DE AGOSTO DE 2010: dispõe sobre Estrutura Regimental do MDA). O INCRA, apesar de ser uma autarquia federal, está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário</p>
<p><b>Instâncias internas de governança</b></p> <p>Esta instância reserva a alta direção da autarquia. DECRETO Nº 6.812, DE 3 DE ABRIL DE 2009; dispõe sobre a Estrutura Regimental do INCRA; e lhe reserva a atribuição pela execução da Reforma Agrária. Ao Conselho Diretor compete: Deliberar sobre as propostas dos Planos Nacional e Regionais, proposta orçamentária, programação operacional, aprovar normas, etc. Ao presidente compete: Representar o INCRA, dirigir, coordenar, estabelecer normas, funcionamento geral do INCRA.</p>

### **Instâncias internas de apoio à governança**

Esta instância reserva os setores que apoiam diretamente a alta direção da autarquia. Aqui, são representados pela Procuradoria Federal Especializada, a qual compete representar judicial e extrajudicialmente o INCRA, exercer atividade de consultoria e assessoramento jurídico ao INCRA; a Auditoria Interna a qual compete assessorar a alta direção para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistema de gestão; a Diretoria de Gestão Estratégica compete definir diretrizes, objetivos e estratégias de atuação do INCRA, atuar na pesquisa e disseminar métodos organizacionais que proporcionem melhorias contínuas, analisar cenários, monitorar e avaliar as informações do INCRA, é importante ressaltar que nesta diretoria está situado o serviço de Tecnologia da Informação (software e hardware); a Diretoria de Gestão Administrativa compete coordenar, supervisionar as atividades relacionadas com os sistemas federais de administração financeira, contabilidade, patrimônio, recursos humanos e serviços gerais, além de coordenar as atividades e procedimentos relativos à modernização administrativa; ressaltamos que nesta diretoria está situado serviço de Recursos Humanos; por fim, a Assessoria de Comunicação a quem compete o serviço de comunicação interna e externa do INCRA.

### **Instâncias externas de governança**

Esta instância reserva a relação da atuação dos órgãos de controle, interno e externo, sobre o INCRA. A Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina, entre outros itens, o Controle Interno do Poder Executivo Federal, a cargo da Controladoria Geral da União. Já o Controle Externo compete Congresso Nacional, através da atuação do Tribunal de Contas da União, em conformidade à Constituição Federal, em seus artigos 70º, 71º, 72º, 73º, 74º e 75º, que disciplina o controle externo no Poder Executivo Federal.

### **Instâncias externas de apoio à governança**

Aqui, se reservam as atuações dos órgãos cujas missões institucionais reservam alguma afinidade com a Reforma Agrária e Ordenamento Fundiário, quais sejam: O IBAMA, FUNAI, os Institutos Estaduais de Terras, as Secretarias de Meio Ambientes Estaduais, a Receita Federal, o Ministério Público, etc. A atuação desses órgãos, em conjunto com o INCRA, conota um ambiente fortalecido e favorável a execução da sua missão institucional, qual seja: a Reforma Agrária.

### **Gestão tática**

Esta instância diz respeito à dimensão tática; a execução propriamente dita, ou seja, desde a promoção dos estudos, métodos, planos, planejamento, até a operacionalização das ações dessa política. Está dividida em três eixos de atuação, quais sejam: a Obtenção de Terras, o Ordenamento Fundiário, e o Desenvolvimento de Projetos de Assentamento. A Obtenção de Terras está disciplinada pela Constituição Federal, bem como o Estatuto da Terra. (Art. 184. Constituição Federal/ (LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964 – Estatuto da Terra).

O Ordenamento Fundiário é disciplinado por um conjunto de leis e decretos que dispõem sobre a matéria, os quais aqui destacamos: Lei nº 8.935 - 18/11/1994; Lei nº 601 - 18/09/1850; Lei nº 6.739 - 05/12/1979; Lei nº 6.634 - 02/05/1979; Lei nº 6.431 - 11/07/1977 Lei nº 6.015 - 31/12/1973 Lei nº 5.972 - 11/12/1973; Lei nº 5.868 - 12/12/1972; Lei nº 5.709 - 07/10/1971; entre outras, com destaque à Política de Regularização Quilombolas.

A dimensão do Desenvolvimento de Projetos implica na provisão de infraestrutura e assistência técnica aos projetos de assentamento do INCRA. Para o cumprimento desta dimensão, pode-se destacar aqui os seguintes marcos legais: Lei nº 4.829 - 05/11/1965, que dispõe sobre o Crédito Rural; Lei nº 12.188 - 11/01/2010, que dispõe sobre a Assistência Técnica; e a Lei nº 10.186 - 12/02/2001, que dispõe sobre o PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

### **Gestão operacional**

Esta instância consiste na “ponta” da cadeia produtiva da Reforma Agrária e do Ordenamento Fundiário. Aqui, estamos falando das Superintendências Regionais e das Unidades Avançadas, situadas em todos os estados brasileiros. Esta instância consiste na execução de campo, desde as vistorias do cumprimento da função social das propriedades, à titulação definitiva da parcela; passando pela avaliação de imóvel com vista à desapropriação; a concessão de crédito instalação aos beneficiários da Reforma Agrária; a contratação de empresas de engenharia para implantação e reforma de estradas vicinais, pontes, unidades de abastecimento de água, etc. nos projetos de assentamentos; contratação e acompanhamento dos serviços de assistência técnica; contratação de serviço de alfabetização do público da Reforma Agrária, etc. (PRONERA), etc.

---

## 4.2- Gestão de riscos e controles internos

### 4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

Ambiente de controle:

Entende-se que existe no ambiente da Autarquia a percepção de que os mecanismos de controle interno contribuem para o atingimento dos objetivos institucionais e são essenciais na prevenção da ocorrência de impropriedades e irregularidades.

Frequentemente o INCRA publica regras tais como normas de execução e manuais, a fim de normatizar e instrumentalizar os procedimentos operacionais. A importância da formalização é reconhecida dentro do órgão não só por garantir que os produtos estejam de acordo com os padrões estabelecidos, mas também por permitir dirigir esforços no desenvolvimento de novos processos. Além disso, no próprio processo de elaboração das normas é dada a oportunidade a funcionários e dirigentes de se envolverem em discussões que ajudam a orientar e, por vezes, reavaliar, as linhas de ação do INCRA.

A participação dos servidores nos processos de elaboração normativa é assegurada por meio da constituição de fóruns coletivos de discussão, notadamente grupos de trabalho e comissões, além de reuniões de trabalho.

Ainda, considerando a edição das normas de execução, há a percepção de que as competências, definição de funções e de responsabilidades está, na maior parte das vezes, definida de forma clara e objetiva. Ademais, é mecanismo recorrente a formalização de ações, demandas, procedimentos e instruções procedimentais em meios oficiais de comunicação institucional, a fim de garantir um grau de segurança adequado.

Por fim, no que tange ao ambiente de controle, pode-se afirmar que não há dúvida por parte dos gestores do INCRA de que os controles internos contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Autarquia.

Avaliação de risco:

Considerando que Gestão de Riscos é a área de conhecimento que visa a identificar e gerenciar eventos que constituem oportunidades ou ameaças aos objetivos do INCRA, em 2015 foi constituído um grupo de trabalho para a elaboração de uma Política de Gestão de Riscos, conforme Portaria INCRA nº 203 de 13 de maio de 2015, com objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para a Gestão de Riscos, bem como orientar os processos de identificação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos, incorporando a prática de gerenciamento de riscos à tomada de decisões. Tal política foi finalizada com a participação de todas as Diretorias da Autarquia e aprovada pelo Conselho Diretor em dezembro de 2015, estando prevista para 2016 a sua aplicação conforme plano de implantação a ser oportunamente elaborado.

Atividades de controle:

Em que pese ainda não ter sido aplicada a política de gestão de riscos, a autarquia possui procedimentos básicos de controle que visam mitigar eventuais ocorrências que possam impactar negativamente no alcance de seus objetivos institucionais.

Via de regra, todos os procedimentos realizados pelo órgão seguem a legislação vigente bem como atos internos (normas de execução, notas técnicas, instruções normativas, etc.) que definem os atores, competências, etc. e abrangem todos os níveis e funções da autarquia.

Os objetivos e metas do INCRA estão devidamente formalizados e seu atingimento é objeto de constante monitoramento e avaliação no âmbito do Sistema de Informações Rurais - SIR. As ações de monitoramento, por sua vez, registram os resultados alcançados e passam por análises críticas que visam assegurar a fidedignidade dos registros. Atividades de verificação são realizadas quando se verificam inconsistências e também à critério da Auditoria Interna da autarquia. Constantemente o desempenho é verificado e comparado aos valores esperados.

Destacam-se entre as principais atividades de controle, aquelas relacionadas aos sistemas de informação.

Em 2015 aconteceram customizações na ferramenta de Gestão Estratégica Geplanes, no intuito de adaptá-la ao modelo de gestão vigente à época. A sua implantação, prevista para o segundo semestre de 2015, foi adiada considerando a necessidade de se conhecer os resultados da revisão do Planejamento Estratégico Institucional – PEI do MDA, publicado em dezembro, uma vez que o PEI-MDA orientará a formulação do PEI-IN CRA nos primeiros meses de 2016 quando então se pretende utilizar o Geplanes, caso atenda aos requisitos essenciais do modelo de planejamento e governança corporativa baseado em resultados tanto das Diretorias, quanto dos Acordos de Gestão celebrados entre a Sede e as Superintendências Regionais.

Os sistemas de informação utilizados na autarquia possuem acesso restrito e controlado através de senhas pessoais e intransferíveis, conforme definido na Política de Controle de Acesso – PCA, conforme Portaria INCRA nº 587 de 18 de outubro de 2013. Por sua vez, para assegurar a continuidade dos sistemas de informação estratégicos (SIPRA, SIGEF, SNCCI e Sala da Cidadania) e manter as bases de dados corporativos, o INCRA conta com uma sala-cofre implantada na própria sede e também utiliza a infraestrutura do Serpro para o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. Para destinar segurança à organização são disponibilizados aos usuários serviços de firewall, antivírus, sistema de detecção de intrusos e sistema de autenticação e autorização. Por fim, as bases de dados corporativas são armazenadas em equipamentos apropriados como *storages* e servidores de rede.

Sobre os sistemas de informação, ainda são necessários controles mais eficazes, em especial aqueles ligados à necessidade de cruzamento de dados com outras entidades visando a verificação de atendimento de requisitos de acesso à política de reforma agrária. Tratativas estão em andamento para estreitar a troca de informações com outros órgãos bem como na modernização tecnológica do INCRA e espera-se, em 2016, grandes avanços na área.

No que tange à ocorrência de desvios ou fraudes, é prática desta autarquia instaurar sindicâncias e/ou inquéritos disciplinares de responsabilidades, embora ainda seja possível aperfeiçoar os mecanismos de execução e controle das atividades de correição. Para tanto, a autarquia deverá estruturar em 2016 sua Unidade Seccional de Correição.

#### Informação e comunicação:

A fim de alcançar uma comunicação interna adequada, o INCRA utiliza vários instrumentos tais como: i) mídia eletrônica: portal do INCRA, intranet, e-mails, fóruns, clipping eletrônico e portal Wiki do INCRA, que consiste num sistema de desenvolvimento colaborativo de documentos oficiais do órgão; ii) eventos: que engloba a realização de palestras, seminários, workshops e encontros de forma geral iii) Vídeo conferências: constantemente são realizadas reuniões diversas com as Superintendências Regionais utilizando-se esse recurso que reduz drasticamente a necessidade de deslocamentos.

A utilização dos canais citados busca assegurar o correto direcionamento das ações, ao manter os servidores informados sobre as diretrizes e mudanças na estrutura organizacional, além de estimular o cumprimento das metas, o desenvolvimento pessoal e a interação com outras áreas do órgão.

As informações são, na maior parte das vezes, devidamente identificadas e documentadas, havendo significativa divulgação. No entanto, a qualidade e suficiência da informação disponível nem sempre atende às necessidades dos gestores e, algumas vezes, não é gerada de forma tempestiva. Como forma de mitigação, busca-se constantemente o aprimoramento do fluxo de informação e comunicação através da disponibilização de algumas ferramentas como o Painel dos Assentamentos da Reforma Agrária e a Ficha de Acompanhamento que resumem os dados gerais da reforma agrária.

Pretende-se, em 2016, iniciar as tratativas visando a implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, que deverá trazer maior agilidade nos procedimentos de informação e comunicação da autarquia.

---

#### Monitoramento:

De forma concomitante com a implantação da Política de Gestão de Riscos, espera-se realizar o monitoramento da estrutura de gestão de riscos a fim de verificar a efetividade dos controles internos.

Atualmente, no que tange ao monitoramento dos objetivos institucionais, o INCRA possui um robusto sistema de indicadores de desempenho, que são constantemente acompanhados, de forma a possibilitar a avaliação dos resultados e auxiliar a gestão no que se refere à correção de rumos. O monitoramento efetuado é na maioria das vezes, capaz de assegurar a aderência das atividades executadas pelo INCRA às diretrizes, planos, normas e procedimentos do órgão. As principais ferramentas de monitoramento são o Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Rurais – SIR e documentos postados no portal colaborativo Wiki INCRA ([wiki.INCRA.gov.br](http://wiki.INCRA.gov.br)).

#### **4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna**

Durante o ano de 2015 houve aumento na tratativa de se buscar institucionalizar as práticas de controles internos no INCRA. Em março houve a formação de um grupo de trabalho (GT) que teve como finalidade apresentar uma política institucional. Além da própria política em si, pode-se acreditar que houve um ganho pelo tempo e pelo número de participantes envolvidos. Na constituição do GT foi contemplado todas as Diretorias da Instituição o que indica não só uma preocupação de tornar essa questão um debate institucional, mas que haja nas diversas áreas pessoas com conhecimentos e sensibilizadas ao tema. O GT contou com diversas capacitações e debates sobre Controles Internos Institucionais.

Ao final dos trabalhos houve a edição de uma Política de Gestão de Risco que abarca diretrizes para o desenvolvimento de práticas institucionais. Há, portanto, necessidade de que esse trabalho avance para a formalização de práticas sendo esse o ponto necessário para que se avance na segurança institucional.

Portanto, apesar desse trabalho, permanece a situação dos anos anteriores, na qual institucionalmente ainda não existe um sistema de controle interno formalizado, em que deveriam estar estabelecidas práticas sistêmicas de controle interno. Praticamente todas as ações descritas no Relatório de Gestão contam com normativos específicos que orientam e definem atribuições e incluem mecanismos de divisão de tarefas, alçadas decisórias e elementos para o seu gerenciamento. Muitas delas estão atreladas a Sistemas de Informação que na sua estrutura guardam elementos de controle. Falta uma gestão específica para o risco. E principalmente, o aprimoramento de ferramentas de controle e gestão ligadas o monitoramento dos dados e informações da instituição.

O sistema de controle da instituição está ancorado no Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Rurais – SIR, estando grande parte das ações abrangidas e as respectivas execuções acompanhadas em relação aos objetivos institucionais. Entretanto, existe precariedade quanto ao processo de produção de informações qualificadas, de confirmação de dados, de fornecimento tempestivo, estando esse sistema voltado essencialmente para o fornecimento de dados, principalmente quanto a execução dos elementos do planejamento operacional e seus indicadores.

Uma avaliação formal quanto a qualidade e suficiência dos controles internos requer o empreendimento de estudos e trabalhos de auditoria que ainda não puderam ser desenvolvidos devido as condições de insuficiência de pessoal lotado na Auditoria Interna. Essa condição continua produzindo um hiato no trabalho da unidade de Auditoria de orientar, provocar e estimular a instituição para que estabeleça rotinas e desenvolva um sistema de controle interno, e mesmo, permita uma avaliação mais profunda e pautada da situação dos controles internos, bem como das informações institucionais.

## 5- Relacionamento com a sociedade

O INCRA possui canais de acesso à informação e de prestação de serviços à sociedade.

Em relação ao acesso à informação, o INCRA disponibiliza os seguintes canais:

- 1- Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC);
- 2- Carta de Serviços ao Cidadão;
- 3- Seção Contatos do portal institucional ([www.INCRA.gov.br](http://www.INCRA.gov.br)).

O acesso aos serviços é realizado nos seguintes canais:

- 1- Presencialmente em uma unidade do INCRA nos estados;
- 2- Presencialmente em uma unidade da Sala da Cidadania, instalada nos municípios em parceria com prefeituras ou sindicatos rurais;
- 3- Por meio eletrônico pela portal da Sala da Cidadania Digital (<http://saladacidadania.INCRA.gov.br>).

### 5.1- Canais de acesso do cidadão

#### Acesso à Informação

##### a) Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC)

Quadro 9 – Informações sobre o atendimento

Informações sobre o atendimento			
Natureza da demanda	Qtde. de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncias	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Reclamações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Sugestões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Perguntas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Solicitação de Informação	1.359	1.353	06

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

O Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) é o canal para solicitar pedidos de dados, conforme disposto na Lei de Acesso à Informação. O acesso é realizado via portal institucional em <http://www.INCRA.gov.br/content/aceso-informacao>. As solicitações podem ser realizadas pelo correio [sic.lai@INCRA.gov.br](mailto:sic.lai@INCRA.gov.br) ou pelo telefone (61) 3411-7322. Em 2015, foram realizados 1.359 pedidos de acesso à informação.

O relatório disponível no sistema não categoriza os tipos de pedido de informação por naturezas de demanda, conforme quadro acima. Contudo, é possível informar os temas das solicitações, meios de envio de respostas, além do perfil e localização dos solicitantes conforme quadros abaixo:

Quadro 10 – Demonstração dos tipos de atendimentos

Temas das solicitações		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Agricultura, extrativismo e pesca - Organização agrária	778	57,25%
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura de subsistência	220	16,19%
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura familiar	134	9,86%
Agricultura, extrativismo e pesca - Política agrícola	73	5,37%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	59	4,34%
Trabalho - Profissões e ocupações	29	2,13%
Educação - Educação do campo	14	1,03%
Trabalho - Política trabalhista	8	0,59%
Governo e Política - Administração pública	6	0,44%
Trabalho - Legislação trabalhista	6	0,44%

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por e-mail)	1331	97,94%
Buscar/Consultar pessoalmente	23	1,69%
Correspondência física (com custo)	5	0,37%

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

## b) Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do INCRA está disponível no portal institucional ([www.INCRA.gov.br](http://www.INCRA.gov.br)) e tem como finalidade orientar e informar a sociedade sobre os serviços prestados pela instituição e as formas de acessá-los. Trata-se de uma declaração de compromisso de prestar serviços com qualidade e eficiência, esclarecendo quais são os canais apropriados para que as demandas do cidadão possam ser adequadamente encaminhadas, analisadas e respondidas. As informações da carta buscam possibilitar transparência sobre as atividades e os serviços prestados pelo INCRA.

No conteúdo da carta existem informações relativas às perguntas frequentes, descrição da estrutura hierárquica, organograma, relação de gestores e contatos das unidades do INCRA em todo o país. Os serviços informados no documento são descritos, com requisito de acesso, etapas, prazos, endereços/telefones de contato.

### c) Portal Institucional

O INCRA disponibiliza no seu portal institucional ([www.INCRA.gov.br](http://www.INCRA.gov.br)) a seção “Contatos” para solicitações e comentários, cujas mensagens foram recepcionadas pelo correio [publico@INCRA.gov.br](mailto:publico@INCRA.gov.br). Em 2015, foram recepcionadas 4.027 mensagens com diversos tipos de solicitações, integralmente atendidas.

Em 24 de novembro de 2015, o INCRA modificou a seção no portal com a implantação de formulário eletrônico para envio de comentários ou questionamentos aos serviços prestados à sociedade. A partir desta data, as mensagens devem ser classificadas pelos usuários como dúvida, pedido, reclamação, sugestão, denúncia, elogio e crítica. O formulário consta na barra superior do portal na internet e pode ser conferido em: (<http://www.INCRA.gov.br/node/29054>).

No portal, o cidadão pode consultar também outras informações sobre as ações e serviços do INCRA.

### Acesso a Serviços

O atendimento ao público é prestado presencialmente nas 30 superintendências regionais do INCRA e em 48 unidades avançadas nos estados. Os contatos destas unidades estão disponíveis no portal na seção “INCRA nos Estados” em <http://www.INCRA.gov.br/INCRA-nos-estados> e também na Carta de Serviços ao Cidadão disponível em [www.INCRA.gov.br](http://www.INCRA.gov.br).

Para facilitar o acesso do público a serviços, o INCRA possui acordos de cooperação técnica com prefeituras e sindicatos rurais para implantação de unidades físicas da Sala da Cidadania. A relação dessas unidades também consta no portal institucional seção “INCRA nos Estados” e na Carta de Serviços ao Cidadão.

O INCRA disponibiliza também diversos serviços em ambiente digital na Sala da Cidadania Digital, que concentra serviços de autoatendimento e solicitações de serviços. Qualquer usuário pode acessá-la diretamente por meio da internet em [www.INCRA.gov.br](http://www.INCRA.gov.br) ou em <http://saladacidadania.INCRA.gov.br>.

Dentre os serviços disponíveis via digital, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de benefícios sociais e previdenciários), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B – DAP-B. Em 2015, foi disponibilizado serviço de liquidação das dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil, conforme normativo do Conselho Monetário nacional.

Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta e declaração do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Em março de 2015, o INCRA disponibilizou o serviço de atualização cadastral do imóvel rural por meio da Declaração para Cadastro Rural (DCR). A declaração permite a atualização cadastral dos imóveis rurais e o serviço pode ser acessado via portal institucional ou na Sala da Cidadania Digital. O acesso direto à DCR é em: <https://snr.serpro.gov.br/edp/>

Em parceria com a Secretaria da Receita Federal, o INCRA implantou o portal Cadastro Rural ([www.cadastrorural.gov.br](http://www.cadastrorural.gov.br)), que oferece serviços e informações das duas instituições para os proprietários de imóveis rurais.

## 5.2- Carta de serviços ao cidadão

Quadro 11 – Carta de Serviços ao Cidadão

Documento	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Carta de serviços ao cidadão	<a href="http://www.INCRA.gov.br/sites/default/files/uploads/carta-de-servicos/carta_de_servico_16_03_16.pdf">http://www.INCRA.gov.br/sites/default/files/uploads/carta-de-servicos/carta_de_servico_16_03_16.pdf</a>	As atualizações são realizadas sempre que forem registradas alterações na relação de gestores e contatos das unidades do INCRA. A atual versão disponível no portal institucional foi atualizada em 16/03/2016.

## 5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Quadro 12 – Acesso às Informações do INCRA

Acesso às informações do INCRA		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	Em desenvolvimento	Não se aplica.
Planejamento estratégico	Disponível apenas para público interno em: <a href="http://INCRAnet/index.php?option=com_docman&amp;task=cat_view&amp;gid=332&amp;Itemid=90">http://INCRAnet/index.php?option=com_docman&amp;task=cat_view&amp;gid=332&amp;Itemid=90</a>	Anual (com incidência de revisões durante o exercício)
Relatórios de evolução dos objetivos estratégicos	Disponível apenas para público interno: <a href="http://sir.INCRA.gov.br/INCRA/Monitoramento/RelatorioINCRAnet/Listar?nome=ExecucaoFisicaMensalAtual">http://sir.INCRA.gov.br/INCRA/Monitoramento/RelatorioINCRAnet/Listar?nome=ExecucaoFisicaMensalAtual</a>	Mensal
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	<a href="http://www.INCRA.gov.br/indicadores">http://www.INCRA.gov.br/indicadores</a>	Anual
Balanços financeiros e orçamentários	<a href="http://www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis">http://www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis</a>	Anual
Relatórios de gestão	<a href="http://www.INCRA.gov.br/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao">http://www.INCRA.gov.br/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao</a>	Anual
Relatórios de auditoria de gestão	<a href="http://www.INCRA.gov.br/servicos/publicacoes/relatorios/processos-de-contas-anuais">http://www.INCRA.gov.br/servicos/publicacoes/relatorios/processos-de-contas-anuais</a>	Anual
Estrutura organizacional	<a href="http://www.INCRA.gov.br/estrutura_do_INCRA">http://www.INCRA.gov.br/estrutura_do_INCRA</a>	Sempre que há alteração
Organograma	<a href="http://www.INCRA.gov.br/sites/default/files/uploads/carta-de-servicos/carta_de_servico_16_03_16.pdf">http://www.INCRA.gov.br/sites/default/files/uploads/carta-de-servicos/carta_de_servico_16_03_16.pdf</a>	Sempre que há alteração
Regimento interno	<a href="http://www.INCRA.gov.br/sites/default/files/regimento_interno_INCRA.pdf">http://www.INCRA.gov.br/sites/default/files/regimento_interno_INCRA.pdf</a>	Está vigente o Regimento Interno aprovado pela Portaria nº20, de 08 de abril de 2009. (Publicada no Diário Oficial da União, nº 68 de 9 de abril de 2009).

## 5.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

Quadro 13 – Avaliação dos produtos e Serviços

Documento	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Pesquisa de satisfação prevista no Decreto 6.932/2009, art.12	Não realizou no exercício pesquisa em satisfação conforme previsto no Decreto 6.932/2009.	Não se aplica
Outros mecanismos para medir a satisfação do público com os produtos e serviços	Não possui outros mecanismos para avaliar a satisfação do público em relação aos serviços prestados pela autarquia.	Não se aplica

Em 24 de novembro de 2015, implantou formulário para envio de comentários ou questionamentos aos serviços prestados à sociedade no portal institucional ([www.INCRA.gov.br](http://www.INCRA.gov.br)) na seção “Contato”. As mensagens devem ser classificadas pelos usuários como dúvida, pedido, reclamação, sugestão, denúncia, elogio e crítica. O formulário consta na barra superior do portal na internet (<http://www.INCRA.gov.br/node/29054>).

## 6- Desempenho financeiro e informações contábeis

### 6.1- Desempenho financeiro do exercício

Gráfico 8 – Principais Receitas em milhares (R\$)

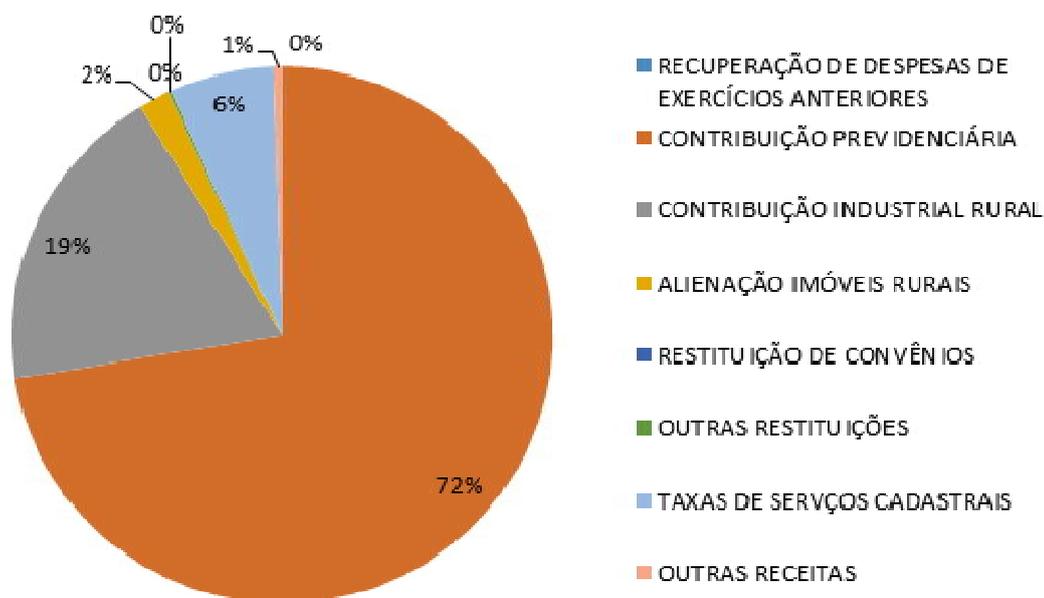


Tabela 16 – Finanças do INCRA em milhares (R\$) – Principais Receitas

Principais receitas (em milhares de reais)	2013	2014	2015
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.690.310,63	28.474,44	0,00
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	919.811,35	1.013.265,27	874.293,43
CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL	232.306,93	259.482,22	226.462,83
ALIENAÇÃO IMÓVEIS RURAIS	33.272,35	27.416,28	22.380,30
RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS	18.995,63	20.121,57	0,00
OUTRAS RESTITUIÇÕES	7.604,52	3.629,88	2.083,40
TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	4.453,99	7.937,36	74.896,49
OUTRAS RECEITAS	9.974,61	11.848,72	6.849,48
<b>Total</b>	<b>2.916.730,01</b>	<b>1.372.175,74</b>	<b>1.206.965,94</b>

As principais receitas da Autarquia em 2015 foram decorrentes da arrecadação previdenciária (terceiros) que corresponderam a 72% do total, seguidas da contribuição industrial rural (19%) e taxas de serviços cadastrais (6%). Ao compararmos os dois últimos exercícios, nota-se que receitas previdenciárias e industriais tiveram queda significativa, provavelmente decorrente da conjuntura econômica desfavorável.

Gráfico 9 – Principais Despesas em milhares (R\$)

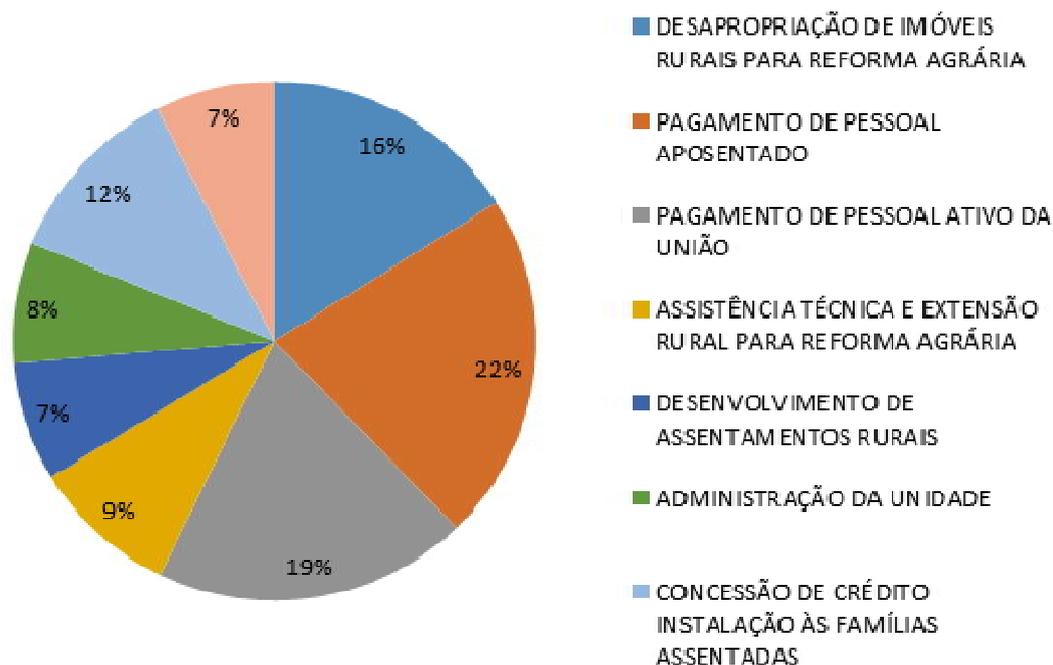


Tabela 17 – Finanças do INCRA em milhares (R\$) – Principais Despesas

Principais despesas (em milhares de reais)	2013	2014	2015
DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRÁRIA	514.862,36	569.209,48	373.109,50
PAGAMENTO DE PESSOAL APOSENTADO	413.592,02	459.117,40	503.580,42
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	402.514,60	430.636,27	450.742,32
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA REFORMA AGRÁRIA	242.439,26	331.512,96	210.195,80
DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS	317.724,66	287.171,95	171.182,93
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	150.420,05	176.265,45	175.272,53
CONCESSÃO DE CRÉDITO INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS	12.704,60	161.292,20	266.000,00
OUTRAS DESPESAS	246.373,85	263.926,57	171.253,75
<b>Total</b>	<b>2.300.631,40</b>	<b>2.679.132,28</b>	<b>2.321.337,25</b>

Os principais gastos da autarquia (despesas empenhadas) em 2015 foram reativos a pessoal ativo e inativo (41%), seguidos de desapropriação (16%) e concessão de crédito instalação (12%). Por outro lado, assistência técnica e desenvolvimento, de assentamento tiveram quedas acentuadas, totalizando respectivamente 9% e 7% do total empenhado.

## 6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Os procedimentos para o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos estão estabelecidos na macro função SIAFI – ASSUNTO 020330 – REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, sendo a base legal de sua elaboração: Lei nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei nº 10.180/2001.

Depreciação:

I- critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto → custo de aquisição.

II- método utilizado → quotas constantes.

III- vida útil econômica e taxa utilizada → considera-se a Tabela de Vida Útil constante na macro função SIAFI – ASSUNTO 020330 para o estabelecimento de período de vida útil e taxa de valor residual.

Reavaliação:

I- os procedimentos de reavaliação de bens imóveis foram realizados pela Área de Patrimônio junto ao sistema SPIUnet.

Para o exercício de 2015, houve um impacto do resultado apurado pela UPC, Órgão/Gestão 22201/37201, tendo uma variação diminutiva no montante de R\$ 11.279.923,64, correspondente à depreciação; e, variação aumentativa no montante de R\$ 593.439.245,12, correspondente à reavaliação de bens imóveis, conforme abaixo:

Quadro 14 – Depreciação e Avaliação de Bens

Conta contábil	Descrição	Valor (R\$)
3.3.3.1.1.00.00	DEPRECIÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	11.279.923,64
3.3.3.1.1.01.00	DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS	11.000.169,29
3.3.3.1.1.02.00	DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	279.754,35
4.6.1.1.1.00.00	REAVLIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	593.439.245,12
4.6.1.1.1.02.00	REAVLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	593.439.245,12

Fonte: SIAFI2015 – Órgão/Gestão: 22201/37201

---

### 6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Embora a Secretaria do Tesouro Nacional – STN tenha criado o Sistema de Custos do Governo Federal – SIC, visando a evidenciar os custos dos programas e das unidades da administração pública federal; e considerando ainda que o processo de implantação do SIC deve ser sistemático e gradual, esta UPC não iniciou atividades relacionadas à implantação do referido sistema.

## 6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Quadro 15 – Acesso às Demonstrações Contábeis

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Demonstração 1 – Balanço Patrimonial	<a href="http://www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis">www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis</a>
Demonstração 2 – Balanço Orçamentário	<a href="http://www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis">www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis</a>
Demonstração 3 – Balanço Financeiro	<a href="http://www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis">www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis</a>
Demonstração 4 – Demonstração das Variações Patrimoniais	<a href="http://www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis">www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis</a>
Demonstração 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	<a href="http://www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis">www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis</a>
Demonstração 6 – Notas Explicativas	<a href="http://www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis">www.INCRA.gov.br/demonstra-es-cont-beis</a>

Nota: Devido à implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a partir do exercício de 2015, apenas da Demonstração 1 – Balanço Patrimonial possui a identificação de comparativo dos exercícios de 2014 e 2015.

## 7- Áreas especiais da gestão

### 7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

O Quadro a seguir está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido por unidades integrantes da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e empresas estatais dependentes.

Quadro 16 – Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		SIM	NÃO
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <b>Caso positivo, indicar o endereço:</b>		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <b>Caso positivo, indicar o endereço:</b>		

#### Considerações gerais

O material reciclável, em especial os papéis são recolhidos e armazenados separados em contêiner fechado (prensa) fornecido por empresa de Reciclagem, a qual se encarrega do transporte.

## 8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

### 8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro 17 – Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão 1942/2015 – TCU – Plenário Secex Ambiental	9.8	TC 011.713/2015-1 Determinar ao INCRA que apresente no prazo de 120 dias plano de providências para as determinações e recomendações do Relatório de Auditoria Operacional de Governança de Solos Não Urbanos.	Ofício nº 9/2016-P de 29/01/2016 – Gabinete da Presidência do INCRA encaminha à Secex Ambiental o Plano de Providências (Projeto CNIR) e Relatório de Informações produzidos pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF, do INCRA, em conjunto com a Secretaria de Receita Federal, os quais abrangem informações acerca do atendimento das determinações do Acórdão 1942/2015 – TCU – Plenário Secex Ambiental.
	9.10	Determinar que o INCRA que proceda o levantamento e a integração dos sistemas cadastrais rurais utilizados na administração pública federal e estadual	
	9.11	Recomenda ao INCRA que normatize as condições para o mapeamento e a integração dos sistemas de informação das diversas instituições públicas federais e estaduais produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural brasileiro	
Acórdão 5687/2015 – TCU – Segunda Câmara	9.11	TC 041.707/2012-5 Determinar ao INCRA que apresente no Relatório de Gestão do próximo exercício informações específicas que permitam o acompanhamento do atendimento aos itens 9.1.1, 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão 609/2011-TCU-Plenário.	Mem. nº 35/2016/DET/INCRA – Encaminha informações sobre as providências tomadas quanto às determinações do Acórdão: 1. O INCRA elaborou e institucionalizou a MDS (Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas) a qual é utilizada desde 2016; O INCRA elaborou e institucionalizou política de controle de acesso PCA conforme Política de Segurança da Informação e suas normas complementares PSI; o INCRA elaborou e institucionalizou a Portaria nº 587/2013 que disciplina a utilização dos Recursos de Tecnologia da Informação nas unidades da autarquia; o INCRA implantou e institucionalizou a solução de Service Desk desde o SiHelp (Ocomon/OTRS) que registra todos os chamados de incidentes e solicitações diversas dos usuários além de ter implantando as soluções de gerenciamento de operações e comunicações Zabbix.
Acórdão 2461/2015 – TCU – Plenário	5.3.1.8.3	TC 005.335/2015-9 Considerações a respeito da não contabilização, por parte da	Ofício AUD nº 252/2015 de 18/12/2015 – Encaminha a Secex Ambiental/TCU documento produzido pela Coordenação-Geral de Contabilidade – DAC o qual

		Autarquia, dos imóveis destinados a reforma agrária.	informa que os trabalhos de inclusão dos imóveis foi iniciado em março/2014 com capacitação em 18 Superintendências Regionais atingindo no início um total de 343 registros, priorizando as aquisições via “compra e venda”, os quais foram contabilizados por meio do SIAFI. Entretanto a Portaria Conjunta/STN/SPU/Nº703/14 determinou que os imóveis deveriam ser registrados por maio do SPIUnet, acarretando o sobrestamento do registro por meio do SIAFI. Após solicitação do INCRA, o SPU realizou em agosto/2015 uma capacitação para 16 (dezesesseis) servidores. Informou, ainda, que há grandes dificuldades para operar o Sistema SPIUnet pelo mesmo não dialogar com as minúcias de um processo de aquisição de terras do INCRA. Diante disso, firmou-se um compromisso com o TCU de conclusão dos trabalhos em dezembro/2018, sendo que, pelos problemas encontrados esse prazo terá de se estender por mais 2 (dois) anos.
Acórdão 3824/2015 – TCU – Primeira Câmara	9.2	TC 030.965/2013-6 Determina ao INCRA que ajuíze as ações judiciais cabíveis com vistas a recuperar os valores devidos pelo Sr. Francisco de Assis Matias de Souza.	Parecer nº 5/2016/DPA/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU de 25/01/2016; e DESPACHO nº 73/2016/GAB/ PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU de 26/01/2016 – informa que o valor devido pelo ex-servidor Francisco de Assis Matias de Souza não foi ressarcido e que o processo foi remetido para ajuizamento da respectiva Execução Fiscal. Foi informado a Secex Ambiental/TCU em 05/02/2016 via mensagem eletrônica.
Acórdão 4901/2015 – TCU – Primeira Câmara	9.2	TC 024.017/2014-0 Determinar ao INCRA que na hipótese de concessão da liminar deferida pelo STF nos autos do mandado de segurança 33.468 adote de imediato providências cabíveis com vistas a obtenção de ressarcimento das parcelas relativas ao percentual de 84,32% pagas a Srª Maria Marta Almeida Sarmento a partir do mês de dezembro/2014, quando de sua ciência do Acórdão 6537/2014 – 1ª Câmara	Conforme informação da Diretoria de Gestão Administrativa, o processo está aguardando decisão judicial.
Acórdão 1610/2015 – TCU – Segunda Câmara	1.7	TC 013.187/2006-4 Determina ao INCRA que no prazo de 30 dias cadastre no sistema Sisac novo ato de aposentadoria de Elisabete Fernandes Joanna.	Ocorreu o cadastro no Sistema Sisac conforme determinação contida do Acórdão.

## 8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 18 – Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Recomendação	Nº do item	Descrição sucinta do item da recomendação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório CGU_201108584	2.1.1.1.1	Recomendar que o INCRA dê integral cumprimento às recomendações do item 9.2.1.2 e seus subitens; item 9.2.1.3; item 9.2.1.4; item 9.2.1.5; item 9.2.1.6 e item 9.2.2, do Acórdão/TCU nº 577/2010-Plenário.	"Conforme análise do Controle Interno – SFC/CGU, o processo de reestruturação da Auditoria Interna está atrelado ao processo de revisão da estrutura do INCRA como um todo. Neste caso, a referida reestruturação encontra-se ainda em procedimento de revisão."
Relatório CGU <a href="#">201114857</a>	1.1.1.4	Recomenda-se à Presidência do INCRA agilizar o processo de reestruturação da Auditoria Interna do INCRA, buscando: a) Disponibilizar servidores capacitados aos trabalhos de auditoria, adequando a quantidade de servidores lotados com as atividades a serem desempenhadas; b) Trabalhar junto à área para o desenvolvimento de ações de capacitação e treinamento; c) Disponibilizar estrutura física adequada, com equipamentos e demais recursos materiais necessários ao bom andamento dos trabalhos.	"Conforme análise do Controle Interno – SFC/CGU, o processo de reestruturação da Auditoria Interna está atrelado ao processo de revisão da estrutura do INCRA como um todo. Neste caso, a referida reestruturação encontra-se ainda em procedimento de revisão."
Relatório CGU 201114857	1.1.1.5	Recomenda-se que sejam implementadas rotinas para padronizar a organização e o arquivamento dos papéis de trabalho, de forma a promover a sua preservação física e perfeita rastreabilidade das informações que suportam os trabalhos da Auditoria Interna.	Os novos procedimentos para implementação de rotinas para padronizar a organização e o arquivamento dos papéis de trabalho serão contemplados na inserção no Sistema de Auditoria Interna (SIAUD), por ocasião de sua implementação em 2015.
Relatório CGU <a href="#">201203412</a>	4.1.1.1	Realizar pesquisa de levantamento de necessidades para contratação de serviço de telefonia móvel e de transporte rodoviário de mobiliário de servidores do INCRA, bem como promover a repactuação do quantitativo contratado, se for o caso.	"a) Considerando que houve manifestação da área responsável sobre este assunto dissonante à recomendação, a DA solicita Reunião com DRDAG/SFC/CGU, visto que a Administração deve garantir o direito a todos os servidores em transportar seus mobiliários em caso de transferência para outra unidade do INCRA ou retorno à cidade de origem. b) Quanto ao planejamento para licitação para telefones celulares, a Administração está em processo de Edital para futura Licitação, onde a Administração efetuará o planejamento das necessidades do INCRA sobre o uso de linhas de telefones celulares."
Relatório CGU <a href="#">201203412</a>	4.2.1.1	Apurar as despesas efetuadas com telefonia móvel, na execução do Contrato CRT/DF 23.700/2011, de modo a verificar o atendimento aos limites estabelecidos na Portaria INCRA/P/nº 600, de 27/09/2010. Efetuar o recolhimento dos valores gastos acima do limite determinado por essa Portaria, por meio de Guia de Recolhimento da União-GRU.	1) O comprovante de recolhimento encaminhado é referente à linha telefônica 9648-0590, e não à linha 9987-0270, conforme requerido. O item permanece pendente de atendimento. O INCRA tem também repetidamente encaminhado, para resposta deste item, documentação referente à linha telefônica 9666-3998 para o 4º trimestre de 2011, ao invés da linha 9987-0270, apontada na constatação. 2) O item permanece pendente de atendimento, até novo levantamento e subsequente recolhimento dos valores excedidos relativos ao 2º trimestre de 2012, considerando-se a informação de que houve contestação de faturas da Vivo referentes ao período;

			3) O item permanece pendente de atendimento, até o encaminhamento de dados referentes aos gastos relativos aos 2º, 3º e 4º trimestre de 2011, bem como documentação comprobatória de recolhimento (GRU) dos gastos realizados em excesso.
Relatório CGU <a href="#">201203412</a>	4.3.1.2	Dar cumprimento ao cronograma estabelecido pelo Grupo de Supervisão Nacional para encerramento do estoque de convênios celebrados sob a égide da IN STN nº 01/97, que se encontra na situação "a aprovar" a mais de sessenta dias sem análise da prestação de contas, informando os resultados apurados a este Órgão Central de Controle Interno.	O GNS atuou durante o exercício de 2014 por força da Portaria 263/15 de 04/5/14 que teve vigência até 31/12/2014. Em 31/12/2014, restavam 4 convênios (UG 373083), na situação "a aprovar" (Siafi 391136, 510079, 510774 e 552766). O setor responsável por concluir a análise das prestações de contas DA/DAC/DAC-2 encaminhou justificativas/situação atual dos referidos convênios à CGU, por meio do Mem.045/DAC. Os convênios permanecem em situação "A Aprovar" no Siafi em 08/07/2015.
Relatório CGU <a href="#">201203412</a>	6.1.3.3	Realizar capacitação dos servidores da área de licitação, visando aprimorar o planejamento de aquisições e contratações a serem efetuados pelo INCRA.	"Apresentamos planilha com relação dos servidores da DAA que foram treinados após a recomendação da Auditoria."
Relatório CGU <a href="#">201203412</a>	6.1.3.4	Promover capacitação de servidores, de modo a possibilitar o aprimoramento do planejamento e execução das licitações a serem realizadas, especialmente quanto à elaboração do edital, aos procedimentos licitatórios formais, ao estabelecimento de critérios de inexecução nos editais de licitação e a realização de diligências conforme IN SLTI nº 02/2008.	Apresentamos planilha com relação dos servidores da DAA que foram treinados após a recomendação da Auditoria.
Relatório CGU <a href="#">201207254</a>	3	Realizar levantamento de todas as notas fiscais pagas pela Autarquia Agrária na vigência do Contrato CRT/DF 74.700/2007, para transporte rodoviário de mobiliário em geral, bagagens, veículos e outros objetos de propriedade de servidores da Autarquia, de forma a discriminar a quilometragem real percorrida para mudança de sede e o valor contratual devido em cada nota fiscal com o intuito de verificar a existência de valores irregulares pagos a maior, além dos R\$ 71.900,96 já identificados no campo Fato da presente Nota de Auditoria. Após, identificar os responsáveis, quantificar o dano e obter o devido ressarcimento ao Erário. Os resultados das análises deverão ser encaminhados a esta Unidade Técnica de Controle.	PROCEDIMENTO DISCIPLINAR NÃO FOI ENCERRADO Nº Antigo Identificação 54000.000271/2007-79 Documento SISDOC Unid. Protocolizadora 54000 Data do Processo 08/02/2007 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MOBILIARIOS DE SERVIDORES Último trâmite Origem 54741 - DAA-2-DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Destino 54583 - GABT-1 - DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES Data 26/09/2013 CRT/DF nº 74700/2007-Trata de apuração de responsabilidade no CRT firmado entre esta Autarquia e a empresa CONFIANÇA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA, processo nº 54000.000271/2007-79, o qual encontra-se na Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1, aguardando formar Equipe de PAD.
Relatório CGU <a href="#">201305777</a>	2.1.1.1	Inserir os indicadores acordados com o TCU no Pannel de Indicadores, confeccionar manual para padronizar o levantamento dos dados, e fazer a atualização dos índices de forma sistemática, com a consequente divulgação dos resultados para auxiliar na tomada de decisão sobre a gestão das Ações.	Informamos que o Manual de Indicadores encontra-se publicizado na WIKI INCRA que é um sistema de desenvolvimento colaborativo de documentos do INCRA ( <a href="http://www.wiki.INCRA.gov.br">www.wiki.INCRA.gov.br</a> ). Informamos ainda que 16 desses indicadores foram utilizados e seus resultados estão publicados no Relatório de Gestão do INCRA Sede 2014. Informamos também que está disponível no Pentaho a Ficha de Acompanhamento das SRs com a execução física das principais ações desenvolvidas pelo INCRA e com o resultado dos principais indicadores de desempenho. Com a

			vacância do servidor responsável pela ferramenta, analista de sistemas Wesley Alexandre Sathler Junior, matrícula SIAPE nº. 1894114, em 10 de dezembro de 2014, os trabalhos de edição, inserção, manutenção e atualização ficaram prejudicados. Estamos em fase de contratação de curso sobre a ferramenta (Processo: 54000.000481/2015-77) para a qualificação de 2 servidores e assim dar continuidade no projeto que visa tornar os indicadores mais acessíveis para fins de tomada de decisão dos gestores.
Relatório CGU <a href="#">201305777</a>	3.1.1.2	Cadastrar o passivo de 175 procedimentos disciplinares no sistema CGU-PAD.	Conforme comentário constante do item 2.13 do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU nº 201407969, por meio de cruzamento entre a relação dos processos disciplinares informados pelo INCRA e a relação de processos cadastrados no CGU-PAD todos os registros já haviam sido efetuados e concluiu que a gestão do sistema CGU-PAD no exercício 2013 foi suficiente para garantir o registro dos processos disciplinares instaurados pelo INCRA Sede.
Relatório CGU <a href="#">201315164</a>	1.1.1.2	Designar formalmente os servidores de cada subunidade do INCRA/Sede para exercer a atividade de solicitante no sistema SCDP.	Documento que solicita que as Diretorias indiquem um servidor para atuar na operacionalização do SCDP. Resposta: Mem. Circular 366/DA, de 11 de outubro de 2013.
Relatório CGU <a href="#">201315164</a>	1.1.1.2	Instituir fluxo/norma para definir os procedimentos para as futuras requisições de inclusão de solicitantes no SDCP.	Recomendação de fiel cumprimento da legislação de que trata do prévio agendamento e envio de solicitação de Autorização para deslocamento (Portaria/MP/nº 505/2009) Resposta: Mem. 14/2014/P/Circular, de 15 de setembro de 2014.
Relatório CGU <a href="#">201315164</a>	1.1.1.2	Cancelar o acesso de funcionários terceirizados ao sistema SCDP.	Documento que determina o cancelamento de senhas do SCDP à Terceirizados. Resposta: O INCRA contratou no mês de outubro de 2014 os Serviços Continuados de Técnico em Secretariado, foi emitido o Mem. 198/Circular-DA, de 14 de outubro de 2014, o qual em seu item 4, ressalta a necessidade de cumprimento do Acórdão Plenário nº 38/2013-TCU, que trata da não utilização de mão de obra terceirizada à atividades inerentes ao servidor público, bem como a recomendação de não fornecer senhas de acesso aos sistemas (...) (SIAFI, SIASG, SIMEC, SCDP...)
Relatório CGU <a href="#">201315164</a>	1.1.1.3	Elaborar e instituir rotinas que garantam o planejamento dos trabalhos, para sejam feitas as solicitações de aquisições de passagens aéreas com prazo superior a dez dias quando não se tratar de situação excepcional.	Mem. 14/2014/P/Circular, de 15 de setembro de 2014, orientando aos setores como proceder corretamente.
Relatório CGU <a href="#">201315164</a>	1.1.1.3	Instituir controles internos para o processo de aquisição de passagens aéreas, de forma a gerar informações gerenciais a serem utilizadas para a gestão e melhoria constante do processo, principalmente quanto à necessidade da evidenciação do caráter excepcional para as passagens solicitadas com prazo inferior a 10 dias das datas dos voos, bem como para as remarcações de passagens cotadas.	Mem. 14/2014/P/Circular, de 15 de setembro de 2014, orientando aos setores como proceder corretamente.

Relatório CGU <a href="#">201316035</a>	2.1.1.1	Adotar procedimentos administrativos com vistas a ressarcir ao erário o valor de R\$ 44.640,00, e apurar a responsabilidade pela contratação e pagamento de serviço de transporte por ônibus interestaduais, além da demanda necessária, o que ensejou o prejuízo indicado.	Em relação ao apontamento derivado dos achados de auditoria realizada nos processos relativos à Ata de Registro de Preços nº 19/2012, em que, referente ao ponto 201316035, foi expresso que: "Procedimento de controle não eficaz e falhas de planejamento que resultaram em contratação de serviços desnecessários no montante de R\$ 44.640,00", havendo a recomendação de "Adotar procedimentos administrativos com vistas a ressarcir ao erário o valor de R\$ 44.640,00, e apurar a responsabilidade pela contratação e pagamento de serviço de transporte por ônibus interestaduais, além da demanda necessária, o que ensejou o prejuízo indicado." Após verificação e análise da questão e do material constante nos referidos autos, a área técnica responsável indica a necessidade de entendimento do achado e discussão acerca do ponto, uma vez que não há compreensão sobre os critérios utilizados para a conclusão apontada. Tendo em vista que há documentos comprobatórios dos deslocamentos realizados, bem como justificativas para a mensuração da demanda que ensejou a contratação e razões para a estimativa que subsidiou a mesma respeitosamente solicita-se reunião para tratar sobre esse ponto específico.
Relatório CGU <a href="#">201316035</a>	2.1.1.2	Comprovar a utilização da 2ª diária para 07 (sete) ônibus, ou adotar procedimentos administrativos com vistas a devolver ao erário a contratação dessa diária adicional, no montante de R\$ 2.450,00.	Assunto na esfera da gestão da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD: A matéria encontra-se em diligência junto à Superintendência Regional do INCRA no Estado da Paraíba – SR-18. Aguardando resultados da diligência.
Relatório CGU <a href="#">201316035</a>	2.1.1.2	Comprovar a utilização das noventa reservas de quarto de solteiro em hotéis, ou adotar procedimentos administrativos com vistas a devolver ao erário o valor da contratação desse item, no montante de R\$ 16.200,00.	Assunto na esfera da gestão da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD: A matéria encontra-se em diligência junto à Superintendência Regional do INCRA no Estado da Paraíba – SR-18. Aguardando resultados da diligência.
Relatório CGU <a href="#">201316035</a>	2.1.1.2	Instituir rotina para o adequado planejamento de eventos, em que os itens a serem contratados sejam quantificados previamente, para evitar super ou subestimativa, como foi identificada neste item do relatório ao tratar sobre a aquisição de sacolas ecobag (100%) e canetas esferográficas (900%).	Novo modelo de Ordem de Serviço será parte integrante de novo processo aquisitivo dos serviços.
Relatório CGU <a href="#">201316035</a>	2.1.1.3	Instituir rotina para o adequado planejamento de eventos, em que os itens a serem contratados sejam quantificados previamente, para evitar sub ou superestimativa, como foi identificada neste item do relatório.	Situações eventuais que necessitem aluguel de insumos, mobiliários ou meios de locomoção requer planejamento. Os eventos de capacitação já estão disciplinados na IN INCRA Nº 78/2014. Entretanto, eventos de capacitação que envolva inúmeras atividades e oficinas simultâneas e de natureza singular, é possível a ocorrência de imprevisibilidade de quantitativos contratados. Novo modelo de Ordem de Serviço será parte integrante de novo processo aquisitivo dos serviços.
Relatório CGU <a href="#">201316035</a>	2.1.1.5	Estabelecer rotina de procedimentos para a organização de eventos, que leve em consideração a estimativa de participantes e o tempo hábil para a completa quantificação dos itens a serem demandados, de modo a evitar riscos para a Administração de se contratar itens em quantidades acima da real necessidade.	Situações eventuais que necessitem aluguel de insumos, mobiliários ou meios de locomoção requer planejamento. Os eventos de capacitação já estão disciplinados na IN INCRA Nº 78/2014. Entretanto, eventos de capacitação que envolva inúmeras atividades e oficinas simultâneas e de natureza singular, é possível a ocorrência de imprevisibilidade de quantitativos contratados. Novo modelo de Ordem de Serviço

			será parte integrante de novo processo aquisitivo dos serviços.
Relatório CGU <a href="#">201407969</a>	1.1.1.2.	Incluir no processo 54000.002569/2009-85, em mídia eletrônica, os documentos que comprovam a execução das metas do Convênio nº 742522.	
Relatório CGU <a href="#">201407969</a>	1.1.1.2.	Inserir no Siconv informação consolidada (relatório) por meio da qual seja possível identificar as metas executadas em cada parcela do Convênio nº 742522, especificando as informações, tais como datas de realização das capacitações em cada Estado; quantidade de participantes em cada evento; assuntos tratados nos relatórios de acompanhamento elaborados pela convenente; e data, quantidade e assunto tratado na visitas técnicas às famílias.	
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.1.	Normatizar os critérios objetivos para as situações em que um indivíduo pode ser assentado do PNRA, mesmo exercendo uma função pública.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. Prazo para atendimento: 2016 e 2017. Ações: "1. Considerar e referendar os entendimentos referentes às decisões nos casos deferidos pelas Superintendências Regionais que se basearam nos normativos internos: a) Norma de Execução INCRA nº 70/2008, b) Memorando Circular PFE nº 18/2010; c) Nota Técnica nº 001/2010 da Diretoria de Obtenção de Terras. Na reunião com a CGU foram consideradas essas decisões deferidas anteriormente.
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.1.	Obter acesso a bancos de dados que informem a condição de servidor público dos candidatos, por meio de cooperação técnica com órgãos gestores das respectivas bases, e normatizar as rotinas/procedimentos de consulta a sistema ou banco de dados para comprovação da condição de servidor público e anexação de documento comprobatório no processo do candidato.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Acesso às bases por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com os respectivos órgãos: RAIS: Ministério do Trabalho e Emprego; Foi solicitado por Ofício apoio da CGU para intermediar a celebração de ACT com o Ministério da Previdência Social, em função do sigilo da informação imposto pelos detentores das bases - anexo I deste documento. CNPJ: Solicitar apoio da CGU para intermediar a celebração de AC em função do sigilo da informação imposta pela Receita Federal, da última tentativa em 17/06/2009. SIAPE: desenvolvimento de rotina para integração SIPRA e SIAPE."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.1.	Aprimorar o SIPRA para que conste explicitamente no sistema os casos em que a Superintendência Regional identificou um candidato como servidor público e optou por homologá-lo no PNRA, fazendo constar a justificativa para essa decisão e os	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade

		documentos comprobatórios, inclusive quando o beneficiário estiver pleiteando sua homologação no PNRA por vias judiciais.	operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "Atividade para recuperar o despacho ou parecer que justificou a permanência da unidade familiar como beneficiária do PNRA, definição de rotina e desenvolvimento da tela para lançamento dos dados."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.1.	Apresentar um plano de ação, com metas e prazos, para verificação dos códigos de beneficiários concedidos a servidores públicos, a fim de deliberar pela permanência ou exclusão desses indivíduos do PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Incorporar no Plano de Ação as atividades de revisão ocupacional, Afetas à Diretoria de Desenvolvimento parcelas indeferidas para o PNRA."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.1.	Na ausência do banco de dados, implementar rotinas formalizadas para exigir dos candidatos ao PNRA a apresentação do seu extrato CNIS Cidadão como requisito de habilitação, e verificar a possibilidade de incluir esse documento, digitalizado, no SIPRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Quanto em desenvolver rotina de exigência de apresentação do Extrato CNIS Cidadão e da CTPS para uso das Superintendências Regionais/Divisão de Obtenção. O INCRA considera essa rotina morosa, frágil e necessita de treinamento do INSS par utilização do Extrato em papel, mediante ACT, conforme contatos anteriores com aquele órgão. O INCRA irá emitir uma Nota Técnica orientadora para adotar o Extrato Cnis a ser utilizado até a implementação via Web Service - via sistema."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.2.	Apresentar plano de ação, com metas e prazos, para verificação dos códigos de beneficiários concedidos a políticos eleitos, a fim de deliberar pela permanência ou exclusão desses indivíduos do PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "Implementar rotina no sistema com os dados do Site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e/ou pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos, e ainda constar, de forma obrigatória, atividades de pesquisa em normativo do INCRA. Órgão INCRA: DE e DT"
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.2.	Implementar rotina na fase de seleção de beneficiários, no sentido de relacionar as informações dos candidatos com os dados do TSE, seja pelo site do Tribunal ou pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos. Em relação a esse último, preferencialmente, baixar esses dados e automatizar essas consultas no SIPRA, de forma que o sistema	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas

		já emita alertas automáticos em caso de identificar candidatos do PNRA que foram eleitos para cargos políticos e estão com mandatos vigentes.	quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Considerar e referendar os entendimentos referentes às decisões nos casos deferidos pelas Superintendências Regionais que se basearam nos normativos internos: a) Norma de Execução INCRA nº 70/2008, b) Memorando Circular PFE nº 18/2010 e c) Nota Técnica nº 001/2010 da Diretoria de Obtenção de Terras. 2. Os novos casos identificados serão depurados. Solicita a ampliação do prazo em função da notificação da unidade familiar para ampla defesa do contraditório, conforme o rito da Instrução Normativa nº 71/2012, visando a retomada da parcela irregular."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.3.	Apresentar plano de ação, com metas e prazos, para verificação dos códigos de beneficiários que foram homologados com renda familiar superior a 3 salários mínimos provenientes de atividade não agrícola, a fim de deliberar pela permanência ou exclusão desses indivíduos do PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Os casos identificados serão depurados. Solicita a ampliação do prazo em função da notificação da unidade familiar para ampla defesa do contraditório, conforme o rito da Instrução Normativa nº 71/2012, visando a retomada da parcela irregular."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.3.	Adotar ações no sentido de obter acesso à base de dados que tragam informações sobre renda, a exemplo do CNIS e do SISBEN.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "CNIS e SISBEN: solicitar apoio da CGU para intermediar a celebração ACT, dificuldades em função do sigilo da informação imposto pelos detentores das bases, conforme anexo I deste documento."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.3.	Institucionalizar a exigência de apresentação do Extrato CNIS Cidadão e da CTPS pelos candidatos do PNRA, de forma a identificar eventual renda familiar superior a 3 salários mínimos proveniente de atividade não agrícola.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "O Extrato CNIS não possui dados de renda."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.4.	Apresentar plano de ação, com metas e prazos, para fazer a verificação dos 489 beneficiários identificados como falecidos em data anterior a sua homologação, deliberando sobre a sua permanência ou exclusão do PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra;

			Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "Casos identificados de beneficiários na homologação serão objeto de depuração para equacionamento da situação dos integrantes da unidade familiar no PNRA."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.4.	Normalizar as medidas a serem adotadas caso seja identificado o falecimento de um beneficiário entre a sua data de cadastramento e homologação no PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Determinar qual o momento entre cadastro e homologação para considerar a situação de óbito dos integrantes da unidade familiar e contar em normativo o período considerado para pesquisa na base de dados SISOB/Cnis para averiguar o situação de óbitos dos integrantes da unidade familiar."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.4.	Obter acesso aos dados de falecimentos, por meio de Acordo de Cooperação Técnica ou outros instrumentos congêneres com órgãos gestores da referida base.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "CNIS e SISOB: solicitar apoio da CGU para intermediar a celebração de Acordo de Cooperação Técnica, em função do sigilo da informação imposto pelos detentores das bases - anexo I deste documento."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.5.	Apresentar plano de ação, com metas e prazos, para verificação dos 7.847 códigos de beneficiários identificados como homologados a pessoas que detinham participação em pessoa jurídica, de forma a deliberar sobre a permanência ou exclusão dessas pessoas do PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Considerar e referendar os entendimentos referentes às decisões nos casos deferidos pelas Superintendências Regionais que se basearam nos normativos internos: a) Norma de Execução INCRA nº 70/2008, b) Memorando Circular PFE nº 18/2010 e c) Nota Técnica nº 001/2010 da Diretoria de Obtenção de Terras. 2. Os novos casos identificados serão depurados. Solicita a ampliação do prazo em função da notificação da unidade familiar para ampla defesa do contraditório, conforme o rito da Instrução Normativa nº 71/2012, visando a retomada da parcela irregular."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.5.	Obter acesso a bancos de dados que tragam informação sobre eventual participação societária em pessoa jurídica dos candidatos do PNRA, por meio, por exemplo, de cooperação técnica com órgãos gestores das respectivas bases.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas

			quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "CNPJ: solicitar apoio da CGU para intermediar a celebração de Acordo de Cooperação Técnica, em função do sigilo da informação imposto pela Receita Federal, dada a última tentativa em 17/06/2009. CNE: sistema do MDIC. Órgão INCRA: DE e DT"
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.5.	Normalizar no âmbito da Autarquia, a exigência de apresentação do Extrato CNIS Cidadão, como forma de mitigar o risco de homologar empresários no PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "Desenvolver rotina de exigência de apresentação do Extrato CNIS Cidadão e da CTPS para uso da superintendências Regionais/Divisão de Obtenção. Observação: O CNIS Cidadão contém dados de vínculo empregatício."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.6.	Apresentar plano de ação, com metas e prazos, para verificar os 15.633 códigos de beneficiários apontados como homologados duplamente para o mesmo beneficiário e corrigir os dados dos casos em que for identificada a duplicidade em virtude de desatualização dos cadastros (tais como não preenchimento de informação referente a união e separação de cônjuges).	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Melhorias do sistema de informação para identificar os casos em que o registro da unidade familiar tenha sido duplicado por motivos justificados a critério do INCRA, como exemplo, separação judicial do casal, transferência a outro Projeto de assentamento e outros. 2. Os registros considerados inconsistentes sem justificativas serão objeto de exclusão do sistema. 3. Os casos identificados serão depurados, e se unidade familiar constar com mais de uma parcela sem justificativa, será objeto de notificação com o rito processual da Instrução Normativa nº 71/2012, visando a retomada da parcela irregular."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.6.	Criar controle de inserção de dados no SIPRA que garanta que todos os beneficiários homologados no PNRA tenham seu cadastro preenchidos de forma completa e correta, com justificativa para os campos que não forem preenchidos, especialmente em relação ao preenchimento da informação de união e separação de cônjuges. As informações devem ser atualizadas tão logo o INCRA tome ciência do fato gerador, tal como separação e união de casais, solicitando-se a apresentação pelo candidato das respectivas certidões que comprovem o fato, inserindo-se tais documentos, digitalizados, no SIPRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Melhorias de novo sistema, conforme Nota Técnica da DE/DET nº 001/2014, referente ao custo de manutenção do atual do SIPRA, em resposta às demandas de evolução no sistema, da Diretoria de Obtenção de Terras (DT), Memorando DTI n 108/2014. Portanto, deve-se desenvolver novo sistema de informação, a fim de evitar as novas inconsistências de duplicidade e melhorar o registro nos casos justificados pelo INCRA."

Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.7.	Apresentar plano de ação, com metas e prazos, para verificar os 2.221 códigos de beneficiários apontados como concedidos para pessoas com deficiência física de longo prazo, deliberando pela sua permanência ou exclusão do PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Alteração da norma para inclusão social das pessoas portadoras de deficiência, incluindo as situações existentes."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.7.	Obter acesso a bancos de dados que tragam informação sobre eventual condição de deficiente físico/mental dos candidatos do PNRA, por meio, por exemplo, de cooperação técnica com órgãos gestores das respectivas bases.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Não há necessidade em função da alteração do normativo, visto que no artigo 3º da Portaria MDA nº 6/2013 (vigente) não veda o acesso das pessoas portadoras de deficiência."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.7.	Criar campos específicos no SIPRA para informar os casos em que o candidato apresentou laudo médico que comprovou sua capacidade para o exercício do trabalho rural, a despeito de sua deficiência física ou mental, bem como a versão digitalizada do próprio laudo.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Não há necessidade em função da alteração do normativo, visto que no artigo 3º da Portaria MDA nº 6/2013 (vigente) não veda o acesso das pessoas portadoras de deficiência."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.8.	Apresentar plano de ação, com metas e prazos, para análise dos códigos de beneficiários identificados como concedidos a pessoas aposentadas por invalidez, a fim de deliberar sobre a permanência ou exclusão desses indivíduos do PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "Alteração da norma para inclusão social das pessoas portadoras de deficiência. Órgão INCRA: PFE, DT e SR"
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.8.	Obter acesso a bancos de dados que tragam informação sobre eventual condição de aposentado por invalidez dos candidatos do PNRA, por meio, por exemplo, de cooperação técnica com órgãos gestores das respectivas bases.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade

			operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "Não há necessidade em função da alteração do normativo, visto que no artigo 3º da Portaria MDA não veda o acesso das pessoas portadoras de deficiência."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.10.	Apresentar plano de ação, com metas e prazos, para solução das divergências de CPF, data de união/separação de cônjuges, e data de nascimento e implementação no SIPRA de controles internos que garantam o adequado preenchimento dessas informações.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "Desenvolvimento de novo sistema de informação que contemple rotinas automatizadas, inovadoras para coleta em campo, pesquisa de base governamental, armazenamento e transparência das informações."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.9.	Promover consulta ao órgão jurídico da Autarquia com respectiva emissão de parecer técnico sobre a aplicabilidade do Art. 64 do Decreto nº 59.428/1966, especialmente no que tange à idade máxima de 60 anos para participar do Programa de Reforma Agrária.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Verificar junto à PFE o respaldo dado pelo Estatuto do Idoso para acesso ao PNRA, maiores de 60 anos, vedado pelo Decreto 59.428/66. 2. Conforme artigo 3º da Portaria MDA nº 6/2013 (vigente) atualizar normativo do INCRA para inclusão dos candidatos e beneficiários no PNRA maiores de 60 anos."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.9.	Desenvolver regra no SIPRA para validação da data de nascimento, com a inclusão de justificativa e documento comprobatório nos casos de emancipação. Verificar a viabilidade de incluir, em caráter obrigatório, a digitalização do documento apresentado na inscrição (CPF).	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Será desenvolvido regra no sistema novo ara validação da data de nascimento, com a inclusão de justificativa e documento comprobatório nos casos de emancipação. Órgão INCRA: DE e DT"
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.9.	Apresentar plano de ação, com prazo e metas, para verificar os códigos de beneficiários apontados como concedidos a pessoas a) com idade igual ou inferior a 16 anos; b) com idade superior a 16 e inferior a 18 anos; e, c) com idades negativas ou zeradas na data de homologação no Programa. No segundo caso, inserir	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo.

		informação de emancipação no SIPRA com o respectivo documento comprobatório.	"1. Os casos de registros com idade inferior a 16 anos serão objeto de depuração com vistas à permanência ou não no PNRA e terão tratamento junto ao Conselho Tutelar, da respectiva Prefeitura Municipal, com o apoio da Superintendência Regional e Procuradoria Federal, do INCRA. 2. Os casos de registros com erros de digitação serão objetos de atualização, mediante pesquisa dos documentos nos processos individuais e dados atualizados via Sala da Cidadania pela unidade familiar. 3. Normatização dos casos identificados com idade maior de 60 anos, baseado no Estatuto do Idoso."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.11.	Avaliar a possibilidade de conceder às Superintendências Regionais, como forma de evitar gargalos no processo de pesquisa, acesso aos bancos de dados necessários à realização das correlações de informações dos candidatos do PNRA, considerando especialmente que são essas unidades que realizam o processo de seleção das famílias.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Desenvolvimento de aplicação no novo sistema de informação, contemplando histórico e monitoramento da unidade familiar no PNRA, para atender as recomendações."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.11.	Obter acesso a bancos de dados que tragam informações relevantes para o processo de seleção dos beneficiários do PNRA, por meio, por exemplo, de cooperação técnica com órgãos gestores das respectivas bases.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Acessar bancos de dados, via acordo de cooperação técnica com órgãos, conforme Recomendações da CGU, visando o cruzamento automatizado de CPFs."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.10.	Incluir no registro dos bloqueios descrições mais detalhadas, as respectivas datas dos eventos, nome dos responsáveis e justificativas para inclusão e exclusão.	E-mail do Auditor-Chefe do INCRA, de 26/11/2015, encaminhou informação referente ao bloqueio de registro realizado no Sipra, dos casos identificados pelo Relatório de Auditoria nº 201408383: O Bloqueio dos registros identificados pelo Relatório de Auditoria SIPRA do ATIVA 201408383/2015, para as seguintes ações: 1- Estamos aguardando o relatório, conforme reunião do dia 18/11, referente aos registros bloqueados atualmente no módulo beneficiário 2 - segue os registros das unidades familiares identificadas pelo Relatório Auditoria, a fim de BLOQUEAR, conforme os respectivos motivos, das tabelas do sipra existente: a) tabela motivo afastamento 13: foram acrescentados os códigos 105 BENEFICIÁRIO COM REGISTRO EM DUPLICIDADE 106 COM DEFICIÊNCIA FÍSICA 107 APOSENTADO POR INVALIDEZ 108 FORA DA FAIXA ETÁRIA -- b) tabela motivo afastamento: 49 Registro suspenso auditoria CGU - Relatório de Auditoria SIPRA do ATIVA 201408383/2015 - campos para importação: beneficiário_identificação_código motivo afastamento 13 motivo afastamento Constatação CGU (incorporar ao campo Observação "

Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.10.	Implementar no SIPRA o histórico de transferência com informação obrigatória e validação do código de beneficiário anterior, contendo as datas dos eventos, de forma a deixar claro quais homologações são originárias e quais são derivadas de transferências.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "Desenvolvimento de novo sistema que contemple histórico do beneficiário, registro de eventos, históricos de transferências, situações do assentamento, outras, pra atender as recomendações."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.12.	Apresentar plano de ação, com prazos e metas, e instituir Grupo de Trabalho, nos moldes propostos, que abranja a análise das suspensões pendentes e dos novos casos de inadequações identificados.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Depurar os tipos de suspensão, definir prioridades e respectivos responsáveis para solução dos registros identificados, conforme a elaboração do Plano de Ação."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.11.	Não homologar candidatos sobre os quais incide algum tipo de critério eliminatório, ainda que possa ser bloqueado posteriormente. Que a notificação e oportunidade de defesa sejam realizadas em momento anterior à homologação, de forma que só sejam homologados indivíduos que atendam aos normativos do PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "Desenvolver rotina no sistema novo para homologar a unidade familiar após os cruzamentos e pesquisas com as bases governamentais."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.11.	Orientar, no âmbito da autarquia, o processo detalhado de seleção de beneficiários, indicando quais documentos devem ser coletados, quais pesquisas devem ser realizadas, e de que forma o processo físico deve ser organizado, de maneira que um candidato só seja homologado se todas as pesquisas e etapas previstas forem realizadas.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "1. Desenvolver fluxo operacional baseado em normativo. É necessário e que os fluxos contemplem os novos normativos oriundos das recomendações da CGU, bem como o acesso automatizado via sistema das bases governamentais, mediante celebração dos acordos de cooperação técnica com órgãos detentores da informação."
Relatório CGU <a href="#">201408383</a>	1.1.1.4.	Apresentar plano de ação, com metas e prazos, para fazer a verificação dos 489 beneficiários identificados como falecidos em data anterior a sua homologação, deliberando sobre a sua permanência ou exclusão do PNRA.	Por meio do Ofício/AUD/Nº 190, de 7 de outubro de 2015, a Autarquia encaminhou Plano de Ação relativo ao Relatório de Auditoria nº 20408383. O referido Plano é composto de Introdução; Considerações Iniciais abordando a perda de capacidade operacional das Superintendências, o resultado quantitativo das ações adotadas

			quanto a constatações de Auditoria da CGU de 2008, e de limitações do sistema Sipra; Cronograma; Mapa de Atividades; e providências por recomendação, conforme anexo. "Casos identificados de beneficiários na homologação serão objeto de depuração para equacionamento da situação dos integrantes da unidade familiar no PNRA."
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>		Ampliar as verificações das conformidades para todo o universo dos registros nas contas contábeis 12321.04.21 - IMÓVEIS A REGISTRAR DESTINADOS À REFORMA AGRÁRIA e 12321.04.24 IMÓVEIS REGISTRADOS DESTINADOS À REFORMA AGRÁRIA e realizar as correções necessárias.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	1.1.2.1.	Estabelecer mecanismo de revisão dos lançamentos a serem efetuados no referido sistema e no Siafi, quando da elaboração de rotina para o registro dos imóveis rurais adquiridos para fins de reforma agrária no SPIUnet.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	1.1.2.1.	Realizar os ajustes necessários na conta corrente IMRA01013, registrado na conta contábil 12321.04.24 - IMÓVEIS REGISTRADOS DESTINADOS À REFORMA AGRÁRIA, de forma que reflita o real valor do imóvel que representa.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	1.1.2.1.	Realizar gestões, junto aos órgãos competentes, para a definição de procedimentos padronizados para os lançamentos de valores referentes a imóveis adquiridos por moeda anterior a corrente, quando da elaboração de rotina para o registro dos imóveis rurais adquiridos para fins de reforma agrária no SPIUnet.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	1.1.2.1.	Realizar os ajustes necessários nas contas correntes, da conta contábil 12321.04.24 - IMÓVEIS REGISTRADOS DESTINADOS À REFORMA AGRÁRIA, que representem imóveis adquiridos em tal situação, após estabelecer os procedimentos padronizados para o registro de imóveis rurais adquiridos por moeda anterior ao Real.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	3.1.1.1.	Instituir rotinas de procedimentos padronizadas para o acompanhamento da execução das transferências.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	3.1.1.1.	Requerer do conveniente os produtos relativos à execução da 6ª parcela do Convênio nº 742522, no montante de R\$ 144.432,00.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	2.1.1.2.	Reclassificar o indicador de desempenho "Índice de Gastos com Obtenção de Terras" como indicador de processo.	Foi encaminhada manifestação por meio do Ofício/AUD/nº 195, de 09/10/2015 o qual informa que a nova metodologia seria aplicada a partir do exercício de 2015.
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.	Não homologar candidatos sobre os quais incide algum tipo de critério eliminatório, ainda que possa ser bloqueado posteriormente. Que a notificação e oportunidade de defesa sejam realizadas em momento anterior à homologação, de forma que só	

		sejam homologados indivíduos que atendam aos normativos do PNRA.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.	Avaliar a possibilidade de conceder às Superintendências Regionais, como forma a evitar gargalos no processo de pesquisa, acesso aos bancos de dados necessários à realização das correlações de informações dos candidatos do PNRA, considerando especialmente que são essas unidades que realizam o processo de seleção das famílias.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.	Incluir no registro dos bloqueios (Sipra) descrições mais detalhadas, as respectivas datas dos eventos, nome dos responsáveis e justificativas para inclusão e exclusão.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.	Orientar, no âmbito da autarquia, o processo detalhado de seleção de beneficiários, indicando quais documentos devem ser coletados, quais pesquisas devem ser realizadas, e de que forma o processo físico deve ser organizado, de maneira que um candidato só seja homologado se todas as pesquisas e etapas previstas forem realizadas.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.	Obter acesso a bancos de dados que tragam informações relevantes para o processo de seleção dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), por meio, por exemplo, de cooperação técnica com órgãos gestores das respectivas bases.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.	Promover consulta ao órgão jurídico da Autarquia com respectiva emissão de parecer técnico sobre a aplicabilidade do art. 64 do Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, especialmente no que tange à idade máxima de sessenta anos para participar do Programa Nacional de Reforma Agrária.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.	Criar controle de inserção de dados no Sipra que garanta que todos os beneficiários homologados no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) tenham seu cadastro preenchido de forma completa e correta, com justificativa para os campos que não forem preenchidos, por meio da criação de regras de validação e campos específicos.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.	Aprimorar o Sipra para que conste explicitamente no sistema os casos em que a Superintendência Regional identificou um candidato como servidor público e optou por homologá-lo no PNRA, fazendo constar a justificativa para essa decisão e os documentos comprobatórios, inclusive quando o beneficiário estiver pleiteando sua homologação no PNRA por vias judiciais.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.	Desenvolver regra no Sipra para validação da data de nascimento, com a inclusão	

		de justificativa e documento comprobatório nos casos de emancipação. Verificar a viabilidade de incluir, em caráter obrigatório, a digitalização do documento apresentado na inscrição (CPF).
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.1.	Implementar no Sipra o histórico de transferência com informação obrigatória e validação do código de beneficiário anterior, contendo as datas dos eventos, de forma a deixar claro quais homologações são originárias e quais são derivadas de transferências.
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.1.	Implementar rotina na fase de seleção de beneficiários, no sentido de relacionar as informações dos candidatos com os dados do TSE, seja pelo site do Tribunal ou pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos. Em relação a esse último, preferencialmente, baixar esses dados e automatizar essas consultas no Sipra, de forma que o sistema já emita alertas automáticos em caso de identificar candidatos do PNRA que foram eleitos para cargos políticos e estão com mandatos vigentes
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.1.	Criar campos específicos no Sipra para informar os casos em que o candidato apresentou laudo médico que comprovou sua capacidade para o exercício do trabalho rural, a despeito de sua deficiência física ou mental, bem como a versão digitalizada do próprio laudo.
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.1.	Normalizar os critérios objetivos para as situações em que um indivíduo pode ser assentado do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), mesmo exercendo uma função pública; a exigência de apresentação do Extrato CNIS Cidadão, como forma de mitigar o risco de homologar empresários no PNRA; e as medidas a serem adotadas caso seja identificado o falecimento de um beneficiário entre a sua data de cadastramento e homologação no PNRA.
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	4.1.1.1.1.	Apresentar plano de ação, com prazos e metas, e instituir Grupo(s) de Trabalho, nos moldes propostos, que abranja a análise das suspensões pendentes; e para verificação dos novos casos de inadequações identificados no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipra, a fim de deliberar pela permanência ou exclusão desses indivíduos do PNRA, quais sejam: a) códigos de beneficiários concedidos a servidores públicos; b) códigos de beneficiários concedidos a políticos eleitos; c) beneficiários homologados com renda familiar superior a 3 salários mínimos proveniente de atividade não agrícola; d) beneficiários com participação em pessoa jurídica; e) códigos de beneficiários apontados como homologados duplamente para o mesmo beneficiário; f) códigos de beneficiários apontados como concedidos para pessoas com deficiência física de longo prazo; g) códigos de beneficiários identificados como concedidos a pessoas aposentadas por invalidez; h) códigos de beneficiários apontados como concedidos a pessoas a) com idade igual ou inferior a 16 anos; b) com idade superior a 16 e inferior a 18 anos,

		sem comprovação de emancipação no Sipra; e, c) com idades negativas ou zeradas na data de homologação no Programa. i) das divergências de CPF, data de união/separação de cônjuges, e data de nascimento e implementação no SIPRA de controles internos que garantam o adequado preenchimento dessas informações.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	1.2.1.1.	Aferir os resultados do PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento de modo que possibilite identificar corretamente a relação entre a execução física e as despesas liquidadas no exercício, além do efetivo atendimento às famílias beneficiárias da Ação.	
Relatório CGU <a href="#">201504015</a>	6.1.1.1.1.	Adotar as providências pertinentes de apuração de responsabilidades das solicitações apresentadas para restabelecimento de operações de crédito que não guardaram observância aos dispositivos da Portaria INCRA nº 352, de 18 de junho de 2013.	
RELATÓRIO ACOMPANHAMENTO EXEC PROG GOV 44 2013 / SFC/DRDAG	1	Orientar as Superintendências Regionais sobre a obrigatoriedade de inclusão dos Planos de Aplicação, dos Projetos Técnicos das Habitações e dos Planos de Exploração Anual nos autos do Processo Administrativo, e monitorar a implantação de providências para atendimento da orientação, visando à análise das prestações de contas, tendo em vista a ausência desses documentos em cerca de 50% dos Processos Administrativos de Concessão e Prestação de Contas de Crédito Instalação analisados, prejudicando a avaliação da conformidade dos projetos de assentamento com as normas de execução vigentes.	Via Memo/Circular/DD/Nº 204/2014, encaminhado as 30 Superintendências Regionais, a DD orientou sobre os apontamentos da CGU e cobrou o cumprimento dos procedimentos definidos pela NE Nº 79/13 quanto à devida instrução de processos de concessão do Crédito Instalação, bem como informou sobre a realização de Oficinas-Pólo. Esforços vem (sic) sendo empreendidos quanto as orientações e cobranças para a devida instrução processual das aplicações dos Créditos Instalação e solução para os apontamentos da CGU, via realização de Oficinas-Pólo de Capacitação de Servidores das SRs e de Videoconferências. Quanto as Oficinas-Pólo: Foram realizadas nas SR 05/BA, 06/MG, 12/MA, 15/AM, 18/PB, 30/Santarém e INCRA Sede, que objetivaram aplicar/desenvolver uma metodologia visando o saneamento simplificado dos Processos Individuais, conforme previsto no Memo/Conjunto/DD/DA/PFE/Nº 378/13, identificar os beneficiários do Crédito Instalação remetidos e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida, extraíndo dados e informações dos Processos de Concessão; b) cadastrar os beneficiários, das diversas modalidades do Crédito Instalação no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação – SNCCI; d) orientar sobre os procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 122310000 – empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP, e d) capacitar os técnicos da Regional sobre os trabalhos objeto da Oficina, para multiplicarem o conhecimento adquirido. Observamos que os trabalhos nas Oficinas-Pólo abrangeram inicialmente, Projetos de Assentamentos criados no período de 2009 a 2013 e que tenham assentados com contratos de créditos instalação aplicados. Na sequência, as SR dariam continuidade nos trabalhos, em Projetos criados em outros períodos. Entre setembro e outubro de 2014 serão realizadas oficinas nas SR 02/CE, 03/PE, 08/SP, 09/PR, 13/MT, 01/BL, 27/MB e 28/DFE.
RELATÓRIO ACOMPANHAMENTO EXEC PROG GOV 44 2013	2	Instituir Plano de Ação, em articulação com as Superintendências Regionais, contendo etapas, prazos e responsáveis, para execução das prestações de contas parciais, visando o início do processo de cobrança dos créditos.	"Ocorreu a regulamentação da MP 636/2013, conforme edição da Lei/Nº 13.001/2014 e Decreto 8256/2014 e NT 03/2014/INCRA/DD estabelecendo regras e recomendações quanto à aplicação e prestação de contas do crédito instalação,

/ SFC/DRDAG			visando a cobrança dos assentados/as que não foram remidos.”
RELATÓRIO ACOMPANHAMENTO EXEC PROG GOV 44 2013 / SFC/DRDAG	3	Adaptar o Módulo Cadastramento do Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação – SNCCI, com definição de cronograma, agentes e responsabilidades para as etapas de implementação.	“Como citado acima, Oficinas-Pólos foram realizadas e outras estão previstas para setembro/outubro/2014. O Módulo cobrança encontra-se em elaboração, por força das novas regras estabelecidas na Lei 13.001/2014 e Decreto 8.256/2014. As Diretorias de Desenvolvimento - DD e de Administração - DA continuam envidando esforços no sentido de conclusão do Módulo Cobrança, bem como das capacitações de servidores nas Oficinas-Pólo.”
RELATÓRIO ACOMPANHAMENTO EXEC PROG GOV 44 2013 / SFC/DRDAG	4	Elaborar, em articulação com as Superintendências Regionais, Plano de Ação contendo etapas, prazos e responsáveis, visando: a) realizar levantamento e saneamento dos processos de concessão de crédito instalação em todas as superintendências regionais, apurando os casos em que se identificar créditos concedidos sem o correspondente contrato assinado; b) proceder com a cobrança dos valores de Crédito Instalação devidos, objetivando a regularização da dívida não paga.	Como citado acima, Oficinas-Pólos foram realizadas e outras estão previstas para setembro/outubro/2014. Todas as Superintendências Regionais possuem servidores capacitados para realizarem o processo de saneamento de processos individuais, identificar os beneficiários do Crédito Instalação remetidos e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida e cadastramentos no Sistema SNCCI.
RELATÓRIO ACOMPANHAMENTO EXEC PROG GOV 44 2013 / SFC/DRDAG	5	Definir Plano de Ação com o intuito de supervisionar as Superintendências Regionais no tocante a providências para as constatações elencadas abaixo e detalhadas no Anexo I deste relatório: a) Contratos emitidos pelo Sipra que não constam fisicamente no processo com a assinatura do assentado beneficiário; b) Lotes ocupados irregularmente por não beneficiários; c) Habitações sem banheiro e em condições inadequadas para moradia; e d) Aplicação financeira intempestiva dos recursos do crédito instalação.	Foi encaminhado as Superintendências Regionais o Memo/Circular/DD/Nº 204/2014, contendo orientações quanto aos apontamentos da CGU, bem como cobrando o cumprimento dos procedimentos definidos pela NE Nº 79/13, ou seja, que se tenha a devida instrução de processos de concessão do Crédito Instalação. Orientações também tem sido repassadas as SR, nas Oficinas-Pólo realizadas e em Videoconferências. Esforços continuam sendo empreendidos pela Diretoria de Desenvolvimento - DD, quanto as orientações e cobranças para a devida instrução processual das aplicações dos Créditos Instalação e solução para os apontamentos da CGU, via realização de Oficinas-Pólo de Capacitação de Servidores das SRs e de Videoconferências. A Auditoria (sic) da CGU ocorreu nas SR: 14/AC; 11/RS; 09/PR; 08/SP; 04/GO; 21/AP; 13/MT; 16/MS; 05/BA; 02/CE; 23/SE; 20/ES. Esta DD deu início aos trabalhos de verificação se as medidas apontadas pela CGU foram efetivadas, nas SR 04/GO e 20/ES, no entanto, foram suspensos por força da edição da Lei nº 13.001/2014 e Resolução/INCRA/Conselho Diretor INCRA - CD/Nº 14/2014, que tratam de recolhimento de recursos financeiros do Crédito Instalação, de procedimentos quanto ao estorno dos recursos recolhidos para as contas correntes bloqueadas do Crédito Instalação. A Resolução do CD estabeleceu prazo de 30/06/2014 e até 30/08/2014 para análises e encaminhamentos nas demandas de restabelecimento de recursos do Crédito Instalação, apresentados pelas Superintendências Regionais – SR e estornados para as Unidades Gestoras - UG das SR. Assim, toda equipe DDI-2, acrescida de servidores de algumas SR, estão concentrados nas verificações e encaminhamentos sobre as demandas de restabelecimentos de recursos do Crédito Instalação, para submeter à análise e decisão do Conselho Diretor do INCRA, até 30/08/2014. A programação desta Diretoria para retomar os trabalhos de verificação dos apontamentos da CGU, nas Superintendências Regionais objeto de Auditoria, está programada a partir de outubro/2014.

---

### **8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

Após a publicação do contrato, a área responsável (DAA-3) gera o cronograma no SIASG/SICON, onde distribui-se o valor anual do contrato em doze parcelas mensais, apropriando-se o valor, via Nota de Lançamento. A geração deste cronograma permite o fiscal do contrato realizar a medição da nota fiscal e em seguida o setor financeiro apropriar e pagar a referida nota fiscal.

Quanto ao seu fluxo de pagamento, depende da disponibilidade de recursos financeiros recebidos pelo INCRA.

## 9- Anexos e apêndices

### 9.1- Complemento da visão por Regional

#### Superintendência Regional – SR-01/PA

##### Descrição geral

- Grande dimensão territorial e insuficiência de infraestrutura básica;
- Grande demanda social originária dos assentamentos criados;
- Quadro insuficiente de servidores qualificados em áreas estratégicas da organização;
- Reconhecimento e inclusão no PNRA de populações tradicionais moradoras em áreas insulares e unidades de conservação.

##### Adversidades

- Demanda por trapiches, estivas, esgotamento sanitário adaptado às várzeas, estradas, energia e água, principalmente tratamento, em contraposição com o orçamento disponibilizado;
- Demandas reprimidas dos serviços e infraestruturas necessárias à implantação e desenvolvimento dos projetos, inviabilizando a consolidação dos mesmos, a exemplo de estradas, pontes, assistência técnica, demarcação, regularização ambiental e titulação;
- Inclusão de novas famílias no Programa de Reforma Agrária, gerando passivos cada vez maiores;
- Descompasso entre recurso orçamentário e recurso financeiro, o que prejudicou sobremaneira a consecução das atividades de campo, principalmente, no que concerne ao pagamento de contratos de ATER;
- Áreas emblemáticas como prestação de contas de convênios e contratos tiveram desempenho prejudicado em razão da carência de profissionais habilitados, gerando passivos de tomada de contas expressivos;
- Precariedade na estrutura predial e de bens móveis e imóveis, o que tem contribuído para a insatisfação dos servidores;
- Ausência do poder de polícia do INCRA dentro dos assentamentos, no sentido de coibir ilícitos de toda ordem;
- Demanda reprimida na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

##### Riscos

- Não cumprimento do pagamento dos contratos por indisponibilidade orçamentária e financeira;
- Comprometimento das fiscalizações de contratos e convênios, por carência de recursos, o que tem resultado em questionamento dos órgãos de controle;
- Desmotivação dos servidores em razão do desequilíbrio salarial comparado com órgãos afins;
- Acirramento dos conflitos pela morosidade nos processos de obtenção com demanda judicial, reversão à posse e regularização fundiária de território quilombola.

##### Estratégia de enfrentamento

- Busca de parcerias com instituições de ensino e pesquisa;
- Interação com órgãos do Estado na viabilização de ações de cidadania, principalmente no que se refere ao direito das mulheres;
- Busca de ações sincronizadas dentro da SR, no sentido de otimizar a aplicação de recursos de custeio;
- Pós-Graduação em nível de Mestrado em Ciência e Meio Ambiente; parceria com a Universidade Federal do Pará, com uma turma de 15 servidores da SR-01.

##### Mudanças ocorridas

- Alinhamento político-institucional com o estabelecimento de parcerias viabilizadoras do Programa de Reforma Agrária, tais como: Prefeituras Municipais, Superintendência do Patrimônio da União, EMBRAPA/TRÓPICO ÚMIDO, Instituto de Terras do Pará, Universidade Federal do Pará e Instituto Federal de Ensino do Estado do Pará.

## Superintendência Regional – SR-02/CE

### Descrição geral

- A Superintendência Regional do Incra no Estado do Ceará tem como substrato de suas atividades uma cobertura territorial de 148,9 mil km<sup>2</sup>. Desde o seu surgimento, nos anos de 1970, foram criados e reconhecidos ao todo 455 Projetos de Assentamento, onde foram assentadas 21.927 famílias.
- A regional adota como estratégia de atuação neste espaço as Equipes de Articulação Territorial-EAT que atualizam sistematicamente as demandas de organização e infraestrutura dos diversos assentamentos do Ceará. As informações repassadas pelas equipes são organizadas por território: EAT 1 - Leste Jaguaribe, EAT 2 - Centro Sul Cariri, EAT 3 - Sertões de Canindé, EAT 4 - Inhamuns/Crateus, EAT 5 - Zona Norte, EAT 6 - Vale do Curu/Aracatiaçu, EAT 7 - Extremo Oeste, EAT 8 - Metropolitana e EAT 9 - Sertão Central. Uma vez que cada equipe tem uma região de atuação específica, em suas viagens de campo, observam as demandas dos assentamentos e informam às chefias de divisão.
- Diversas demandas também são apresentadas através de propostas no SICONV, com seus projetos básicos encaminhados à Superintendência Regional, sendo todas analisadas pelo setor técnico, onde priorizam-se as propostas resultantes das escolhas das comunidades demandantes.
- Outra fonte de informação para o registro da necessidade de infraestrutura nos assentamentos são as solicitações encaminhadas diretamente pelos assentados, através de suas associações.

### Adversidades

- Em 2015, assentou-se 415 famílias, sendo todas em projetos de assentamento federais. No exercício em tela, observou-se algumas características que influíram nos resultados obtidos. As condições climáticas regionais, que se agravaram no período, geraram o fenômeno da seca, atingindo duramente os assentamentos.
- O quadro supracitado, certamente, criou dificuldades para muitas entidades parceiras, limitando o andamento de convênios, serviços, acordos e parcerias.
- No âmbito administrativo, a regional vem trabalhando no sentido de intensificar a análise das prestações de contas das convenientes de modo a evitar passivos. Em 2015, foram analisadas 20 prestações de conta e aprovados 11 convênios. Encaminhou-se para Tomada de Contas Especial – TCE no exercício, um convênio. Entretanto, devido as dificuldades de disponibilidade de servidores capacitados para atuar no âmbito da Comissão, não foi possível instaurá-la. Contudo, a UJ esta adotando em conjunto com o Incra Sede, medidas no sentido de atender estas demandas.
- Não obstante, cabe frisar que tais obstáculos, intempéries, externalidades, dentre outros, não são passíveis de controle pelo Incra, que mantém estrito zelo e aderência na utilização dos normativos e legislação pertinente, nos casos de convênios, acordos, termos de cooperação, etc.

### Riscos

- Acredita-se que os principais riscos estejam associados ao agravamento da seca, o que pode levar a maiores dificuldades nos projetos de assentamento. E, ainda, a conjuntura atual que sinaliza para a contenção orçamentária, podendo impactar negativamente o desempenho das metas planejadas. Importante destacar, finalmente, as dificuldades operacionais que derivam da insuficiência da força de trabalho.

### Estratégia de enfrentamento

- Como estratégia, investiu-se, fortemente, na qualificação de parcerias com outros ministérios, como forma de buscar a ampliação das ações de acesso à energia e água nos assentamentos. As atividades em parceria com o Governo do Estado foram mantidas e aprofundadas, a exemplo dos esforços envidados para a viabilização de novos convênios com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA.
- Registra-se, também, a efetiva participação da Superintendência Regional no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural - CEDR, incluindo a coordenação do processo da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - 2ª CNDRSS.
- Ressalta-se, ainda, o projeto de capacitação do INCRA no âmbito das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, na maioria das prefeituras cearenses, oportunizando a ampliação significativa no acesso online ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.
- Importante esforço foi empreendido no sentido da retomada das atividades de assistência técnica, mediante a elaboração de nova chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar - ATER, para atender 12.319 famílias, em 16 lotes.
- Especial atenção foi dedicada ao relacionamento com os órgãos de controle, no sentido de priorizar o

atendimento às demandas dos mesmos, não obstante as dificuldades operacionais, notadamente aquelas relacionadas ao grande número de ações desenvolvidas pela Superintendência Regional, sem as respectivas condições necessárias e suficientes de infraestrutura, força de trabalho e aporte financeiro.

- Importante ressaltar ainda, o Planejamento para a definição das metas para cada regional. Trabalhou-se em uma Matriz de Metas, Ações e Créditos Orçamentários para elaboração do planejamento para o exercício de 2015, resultando no caderno de Metas e Créditos Orçamentários.

#### Mudanças ocorridas

- A cada ano observa-se que as estratégias adotadas vêm favorecendo a melhoria do desempenho institucional. Tais resultados estão associados, ainda, ao acúmulo de experiências advindas da interlocução com os órgãos de controle, no âmbito das auditorias, capacitações e consultas.

## Superintendência Regional – SR-03/PE

### Descrição geral

- Contexto fundiário caracterizado pela diminuição do estoque de terras com possibilidade de serem incorporadas à política de reforma agrária;
- Grande extensão territorial localizada no Agreste e Sertão (região semiárida), caracterizada pela dificuldade de acesso à água e condições climáticas regionais desfavoráveis ao processo produtivo, particularmente daqueles que compõem o conjunto dos pequenos agricultores;
- Os projetos de assentamento ainda se encontram em condições de baixa sustentabilidade econômica, social e ambiental, requerendo a presença do Estado e políticas públicas concentradas para que se consolide a sua inserção nas cadeias e arranjos produtivos e proporcione às famílias os direitos de cidadania que permitem concretizar seus anseios de qualidade de vida, qualificação profissional e dignidade social e política, evitando assim, a evasão do meio rural, em busca de novas oportunidades nas cidades.

### Adversidades

- Insuficiência da força de trabalho;
- Desmotivação dos servidores em razão do salário e das responsabilidades institucionais;
- Ausência de equipamentos de proteção individual – EPI's;
- Falta de estrutura física para alocação de servidores, organização de processos administrativos e material e equipamentos diversos;
- Descompasso entre a execução orçamentária e a disponibilidade financeira;
- Reduzido estoque de terras com potencialidade para serem incorporadas à política de reforma agrária (determinado pelo aumento do preço por hectare e pela defasagem dos índices mínimos de produtividade e uso de terra determinados pela legislação);
- Pressões políticas provenientes dos latifundiários direcionadas às comunidades quilombolas, as quais dificultaram o avanço dos processos de reconhecimento dos seus territórios ancestrais, pois as comunidades estão sentindo receio de que o prosseguimento dos processos aumente às referidas pressões e coloque em risco sua segurança;
- Não utilização pelas prefeituras das máquinas doadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na melhoria da infraestrutura dos assentamentos;
- Dificuldade de órgão parceiros, como companhia de abastecimento de água, de energia elétrica, prefeituras, e outros, têm para implantar políticas públicas em parceria com o INCRA.

### Riscos

- Dificuldades financeiras para muitas entidades parceiras, limitando o andamento de convênios, acordos e parcerias;
- Criação de passivos em virtude da insuficiência da força de trabalho, em setores como a análise de prestação de convênios;
- Impossibilidade de ampliar a obtenção de terras, frente a diminuição de estoques;
- Ampliação dos conflitos no campo, com conseqüente esbulho possessório ou invasão de imóveis, comprometendo a realização das atividades de fiscalização/vistorias, face as vedações previstas da Lei nº 8.629/93;
- Inexecução da ação de infraestrutura nos projetos de assentamento devido a ausência suficiente de crédito orçamentário para celebração das avenças e atraso nas obras em andamento devido a morosidade do

repasso de recursos financeiros;

- Paralisação dos servidores de vistoria e avaliação de imóveis rurais;
- Comprometimento da execução das ações e atingimento das metas;
- Desconfiança dos parceiros (prefeituras) e contratados pelo não atendimento dos prazos de repasses e atraso no pagamento das faturas.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- Intensificação de parcerias com os governos estaduais e com outros ministérios, como forma de buscar a ampliação das ações de acesso à energia e água nos assentamentos;
- Priorização do saneamento de passivos importantes que implicavam no engessamento da gestão, a exemplo da análise de convênios e pagamento de recursos de restos a pagar, com intensas articulações com outras superintendências e com a Sede do INCRA, no sentido de viabilizar técnicos para a consecução dos trabalhos;
- Especial atenção foi dedicada ao relacionamento com os órgãos de controle, no sentido de priorizar o atendimento às demandas dos mesmos, não obstante as dificuldades operacionais, notadamente aquelas relacionadas ao grande número de ações desenvolvidas pela Superintendência Regional, sem as respectivas condições necessárias e suficientes de infraestrutura, força de trabalho e aporte financeiro;
- Implantação do sistema de Atendimento ao Público, onde o público é atendido pela Sala da Cidadania;
- Priorização da capacitação de servidores envolvidos com a obtenção de terras e racionalizar seu processo de trabalho, buscando aproveitar ao máximo o pequeno estoque de terras passíveis de vistoria para fins de reforma agrária;
- Priorização de ações de obtenção de terras através de outras modalidades, como Adjudicação ou Dação em Pagamento, especialmente de proprietários que figuram como grandes devedoras da União;
- Aprimorar o processo de cadastro, seleção e homologação de famílias, tornando-o mais transparente e evitando o acesso de famílias que não se amoldem como público alvo.

#### **Mudanças ocorridas**

- A atitude cooperativa dos movimentos sociais no contexto da execução dos contratos de ATER;
- Parceria bem-sucedida com algumas prefeituras na efetivação de atividades do INCRA em ações conjuntas com a Delegacia Federal do MDA;
- Retomada das atividades de ATER;
- Saneamento de alguns processos, notadamente na área de análise de convênios, com abertura de TCE;
- Reuniões no INCRA/Sede para tratar da Adjudicação de imóveis rurais;
- Na questão da regularização ambiental, a parceria realizada com a Universidade Federal de Lavras, propiciando a realização do CAR dos assentamentos.

## **Superintendência Regional – SR-04/GO**

### **Descrição geral**

- Número expressivo de assentamentos rurais situados em diversas regiões do Estado de Goiás, o que dificulta os trabalhos de supervisão ocupacional;
- Ocorrência de imóveis rurais valorizados;
- Alto número de famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas e dificuldade na obtenção de terras;
- Grande demanda social originária dos assentamentos criados, principalmente para investimento à implantação de infraestrutura básica, universalização da prestação de serviços de assistência técnica e liberação de linhas de crédito instalação em suas diversas modalidades;
- Quadro insuficiente de servidores do INCRA, principalmente, frente à redução do número de servidores causada por aposentadoria.

### **Adversidades**

- Valorização imobiliária inviabilizando a obtenção de terras;
- Licenciamento ambiental extremamente difícil
- Indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros;
- Constantes demandas que surgem fora do planejamento e das metas institucionais, tais como: do Ministério Público Federal, Ações Cíveis Públicas, Decisões Judiciais e demandas dos próprios movimentos sociais que

atrapalham a execução do que fora planejado;

- Desmotivação dos servidores em razão do salário e das responsabilidades institucionais;
- Dificuldades dos órgãos parceiros, seja na esfera federal, estadual e/ou municipal, têm para implementar políticas públicas em parceria com o INCRA, tais como: implantação e/ou recuperação de estradas vicinais, sistema de abastecimento de água, energia elétrica, dentre outras.

#### Riscos

- Impossibilidade de ampliar a obtenção de terras, face a limitação de recursos;
- Inexecução da ação de infraestrutura nos projetos de assentamento devido a insuficiência de recursos para celebração das avenças e atraso no início e/ou andamento das obras devido a morosidade do repasse de recursos financeiros;
- Falta de técnicos capacitados, seja do Incra ou dos promitentes parceiros para elaboração de projetos básicos para implantação de infraestrutura nos assentamentos rurais;
- Comprometimento da execução das ações e atingimento das metas;
- Inviabilização da prestação de serviços, por insuficiência e também pela morosidade descentralização dos recursos para execução dos trabalhos.

#### Estratégia de enfrentamento

- Discussão com as instâncias superiores sobre as limitações impostas para aquisição de terras, valor custo família, normativos, dentre outros, assim como atuação dentro de um plano estratégico focado em regiões prioritárias, determinadas após elaboração de diagnóstico regional;
- Estabelecimento de parcerias com municípios, governos estaduais e sociedade civil organizada, bem como órgãos de controle e judiciário;
- Articulação da equipe de engenharia do INCRA junto aos municípios para auxiliar o acesso aos recursos de infraestrutura e PNHR (Plano Nacional de Habitação Rural);
- Estreitar o relacionamento com os órgãos de controle, MPF e Judiciário, no sentido de priorizar às demandas dos mesmos, não obstante as dificuldades operacionais, notadamente aquelas relacionadas ao grande número de ações desenvolvidas pela SR04, sem as respectivas condições necessárias e suficiente de infraestrutura, força de trabalho e aporte financeiro.

#### Mudanças ocorridas

- Estabelecimento de parcerias com as municipalidades e com governo do estado nas atividades fundiárias;
- Vitorias de imóveis rurais em regiões priorizadas, culminando com maior número de imóveis rurais identificados com potencialidade de obtenção para fins de reforma agrária;
- Celebração de convênios com municipalidades para implantação de infraestrutura em projetos de assentamento, construção e melhoramento de estradas vicinais e obras de arte (ponte e bueiros);
- Regularização ambiental com protocolos de CAR tanto para perímetro (assentamento) quanto para parcelas/lotes (famílias assentadas);
- As pressões e conflitos agrários têm sido mitigados pela constante demonstração da Superintendência Regional no atendimento das demandas apresentada pelos movimentos sociais, mas ainda há perspectiva de mobilizações frequentes para o próximo período.

## Superintendência Regional – SR-05/BA

#### Descrição geral

- Baixo estoque de terras com potencial para ser incorporado ao PNRA nas áreas de maior pressão social;
- Grande extensão territorial localizada em região de semi árido, dificultando o acesso a água e com condições climáticas desfavoráveis à produção agrícola;
- Maior número de famílias acampadas do país;
- Projetos de Assentamento em condições de baixa sustentabilidade econômica, social e ambiental

#### Adversidades

- Desmotivação dos servidores;
- Falta de estrutura física adequada nas Unidades Avançadas;
- Descompasso entre a execução orçamentária e a disponibilidade financeira;
- Orçamento abaixo da necessidade;

- Incompatibilidade entre a demanda e a capacidade operacional.

#### Riscos

- Dificuldade financeira para muitas entidades parceiras;
- Criação de passivos em virtude da baixa capacidade operacional e orçamentária;
- Impossibilidade de ampliar a obtenção de terras.

#### Estratégia de enfrentamento

- Utilização da equipe de ATER para trabalhos de campo;
- Utilização de parte da equipe de convênios para reforçar trabalhos de escritório.

#### Mudanças ocorridas

- Ampliação da rede de Unidades Municipais de Cadastramento;
- Diminuição do passivo de processos de cadastro rural.

## Superintendência Regional – SR-06/MG

### Descrição geral

- Estado estruturado em seus setores produtivos;
- Imóveis rurais bastante valorizados, especialmente nas regiões do Triângulo Mineiro onde concentram-se grande variedade de movimentos sociais que pleiteiam terra para reforma agrária;
- Grande extensão do território do Estado de Minas Gerais, dificultando a presença do INCRA em todas as regiões que necessitam de nossa atuação;
- Existência de conflitos fundiários no Estado em virtude da luta pela terra;
- Grande demanda para regularização de comunidades tradicionais, em especial as comunidades quilombolas;
- Dificuldade de cadastramento e de seleção de candidato ao PNRA com perfil adequado e necessário para o desempenho de atividades agropecuárias;
- Lentidão nos processos de supervisão ocupacional em virtude das ações de reintegrações de posse e da ausência do INCRA nos assentamentos pela falta de servidores e de recursos financeiros.

### Adversidades

- Quadro de servidores insuficientes, agravados pelo grande número de aposentadorias ocorridas nos últimos anos;
- Necessidade de reestruturação das carreiras dos servidores da reforma agrária em termos de plano de carreira e remuneração;
- Desmotivação considerável do quadro de servidores efetivos;
- Falta de capacitação dos servidores;
- Dificuldade de aplicar conceitos de disciplina e de hierarquia no âmbito da Superintendência Regional, bem como de responsabilização dos servidores na prática de suas atividades laborais;
- Falta de mapeamento e de aplicação da gestão por processos nas atividades do órgão;
- Falta de avaliação de riscos nas tomadas de decisões de uma forma geral;
- Desvio do planejamento estratégico para atendimento de reivindicações dos movimentos sociais, dos Ministérios e Defensorias Públicas, dos órgãos judiciais, parlamentares e etc.;
- Indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros durante o exercício;
- Dificuldade em relação ao processo de supervisão ocupacional;
- Não titulação dos assentamentos que estejam na condição de serem tituladas;
- Alto custo das terras para fins de aquisição para o PNRA;
- Dificuldade de cadastrar e selecionar candidatos ao PNRA que possuam perfil necessário para desenvolvimento de atividades agropecuárias;
- Cadastro das famílias no SIPRA antigo com a possibilidade de várias famílias já não possuírem interesse em serem assentadas.

### Riscos

- Não atingimento das metas estabelecidas no planejamento estratégico da Autarquia;
- Instruções processuais precárias que resultam em arquivamentos de processos ou em ações judiciais por descumprimento de normas;

- Desvio dos planejamentos regionais de aquisição de terras;
- Dificuldade de garantir a fidedignidade das informações relativas ao desempenho da Autarquia;
- Tomada de decisão equivocada pela falta de avaliação de riscos;
- Atraso no atingimento das metas pela necessidade de atendimento de demandas específicas de outros órgãos públicos e de movimentos sociais não previstas no planejamento estratégico;
- Dificuldade de atender todas as demandas pela falta de recursos orçamentários, financeiros e de servidores;
- Problemas na condução dos trabalhos pela falta de gestão das atividades por processos e metodologias preestabelecidos;
- Descumprimento de metas por motivos de indisciplina, respeito à hierarquia e não responsabilização de servidores pelo mal desempenho de suas funções;
- Presença desnecessária do INCRA em áreas que já estejam em condição de serem tituladas.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- Elaboração de diagnóstico regional definindo as regiões e os tipos de terras que poderão ser vistoriados para possível incorporação ao PNRA;
- Condução dos trabalhos internos e das decisões gerenciais em função do planejamento estabelecido pela Autarquia;
- Mapeamento de todos os processos internos para melhor desempenho dos trabalhos;
- Articulação com as prefeituras, com a criação de novas Unidades Municipais de Cadastros – UMC's e Salas da Cidadania, além de parceria com o Estado de Minas Gerais em busca do controle da malha fundiária e do atendimento do público da reforma agrária que não tem condição de se deslocar até a sede da Regional;
- Capacitação e treinamento dos servidores quanto às normas que tratam da reforma agrária, do direito administrativo entre outras disciplinas, bem como a utilização e divulgação constante do Código de Ética do Poder Público Federal;
- Abertura de Sindicância, Procedimentos Administrativos e Tomada de Contas Especial para os casos de indisciplina e má conduta dos servidores públicos da Autarquia e demais agentes que porventura atuem nos processos;
- Aumentar o investimento em tecnologia que seja capaz de prover o órgão de informações objetivas para auxiliar as tomadas de decisões relativas ao PNRA;
- Titular todos os assentamentos que estejam nessa condição;
- Adotar procedimentos administrativos/gerenciais para controle e avaliação do planejamento estratégico do órgãos lançando mão de ferramentas como o Balanced Score Card, Ciclo PDCA, Matriz SWOT etc.
- Estabelecer rotinas de avaliação de riscos em todas as atividades do órgão, em especial quanto às licitações e celebração de convênios e contratos de ATES, por exemplo;
- Propor modificações nas normas internas da Autarquia para melhoria dos processos de seleção de famílias;
- Melhoria na condução das atividades de supervisão ocupacional para que as áreas possam ser utilizadas no assentamento de novas famílias.

#### **Mudanças ocorridas**

- Aumento das parcerias com as prefeituras e com o Estado de Minas Gerais e outros órgão do Governo Federal para ampliar o atendimento ao público da reforma agrária e para melhor gestão da malha fundiária;
- Aplicação da política de gestão de riscos que está sendo definida pela Diretoria de Gestão Estratégica – DET tão logo seja concluída;
- Maior divulgação das informações relacionadas ao monitoramento do desempenho da Superintendência Regional em termos de alcance de metas para subsidiar os gestores da Unidade;
- Ampliação da capacitação dos servidores através de parcerias com outros órgãos públicos como a Universidade, Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União em razão da falta de recursos financeiros para contratação de entidades particulares;
- Adoção da aquisição de terras para incorporação ao PNRA pelo instrumento da adjudicação quando se tratam de imóveis arrecadados pela Fazenda Nacional;
- Diminuição dos gastos administrativos em conformidade com o Decreto nº. 8.676/2016;
- Celebração do Acordo de Gestão para o exercício de 2016 que estabeleceu o compromisso assumido por esta Superintendência junto ao INCRA para o cumprimento das metas físicas, orçamentárias e financeiras definidas no Plano de Metas de 2016.

## Superintendência Regional – SR-07/RJ

### Descrição geral

- A exploração econômica de áreas rurais no estado do Rio de Janeiro nas condições atuais requer altos investimentos em recuperação, conservação de solos, reflorestamento de nascentes e obras de contenção de enchentes, em algumas áreas, e tudo isso justificaria um mercado de terras com preços baixos, na contramão do que vem ocorrendo.
- É um estado que apresenta uma consolidação urbana industrial muito forte na maioria de sua extensão, o que, aliado à especulação, faz com que o valor da terra divirja do seu valor real de produção, ou seja, o valor atribuído a uma área em função do retorno econômico que a mesma pode proporcionar se cultivada. Essa característica, o aumento do preço da terra em função basicamente de especulação, pode exercer influência sobre as ações do INCRA, no quesito obtenção de áreas para reforma agrária, uma vez que a Autarquia deve primar pela melhor relação custo/benefício.
- Soma-se a isso o fato de o estado apresentar forte apelo turístico em algumas regiões, o que faz com que o valor de mercado da terra divirja do valor produtivo da mesma. Também, o estado se localiza sob influência de duas cadeias montanhosas, a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, resultando em relevo bastante movimentado, o que pode ser fator limitante na seleção de algumas áreas.
- Outro fator de elevação de preço das terras no estado é a exploração de Petróleo.

### Adversidades

- Dificuldades de obtenção de áreas para a Reforma Agrária por meio de desapropriação;
- Pouco avanço nos diálogos com os entes públicos para confecção de um plano de ação de reforma agrária, regularização fundiária e atendimento a comunidades tradicionais;
- Restrição orçamentária.

### Riscos

- Investimento elevado no processo de obtenção de terras e incerteza da aquisição do imóvel após a lide judicial;
- Perda de oportunidade para aquisição de imóveis por insuficiência de recursos orçamentário-financeiros;
- Uso por particular, sem a anuência do INCRA, e tampouco o recebimento de recursos oriundos destes imóveis, por meio de foros.

### Estratégia de enfrentamento

- Aprimoramento dos mecanismos de eleição dos imóveis a serem fiscalizados;
- Intensificação da articulação institucional com as Prefeituras e com o Governo Estadual na busca de parcerias para gestão da malha fundiária;
- Maior aproximação com o Judiciário Federal e Estadual;
- Outras formas de obtenção de terras, além da desapropriação;
- Reestruturar a supervisão ocupacional;
- Utilização de imóveis da União em uso, não autorizado (retomadas);
- Áreas remanescentes de alto valor de mercado, situadas em municípios estratégicos para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, que sejam objeto de certame licitatório aberto a todos os segmentos da sociedade, tendo como objetivo a alocação de recursos financeiros a serem aplicados nas ações de Reforma Agrária no estado.

### Mudanças ocorridas

- Melhor gestão do cadastro de imóveis e acesso aos usuários por meio da internet e das UMC's implantadas no exercício, em parceria com as prefeituras;
- Aumento da eficiência fiscalizatória para selecionar imóveis passíveis de desapropriação;
- Diálogo com a Procuradoria da Fazenda Nacional visando à adjudicação de imóveis.

## Superintendência Regional – SR-08/SP

### Descrição geral

- Estado altamente estruturado em seus setores produtivos, economia dinâmica e imóveis valorizados.

### Adversidades

- Em economia dinâmica e estruturado a existência de imóveis improdutivos é pequena marginal em relação à grande maioria dos imóveis.
- Alta concentração habitacional no estado estimula alta demanda por programas públicos de inclusão social/fundiária.
- Poder judiciário conservador em relação a intangibilidade do direito de propriedade fazendo com que os processos de desapropriação se arraste lentamente por décadas antes de sua solução.
- Licenciamento ambiental, extremamente difícil em função de exigências complexas formuladas a partir de conceitos de que a população alvo da Reforma Agrária é predadora do meio ambiente e sem capacidade de sua conservação.

### Riscos

- Investimento elevado na busca por imóveis improdutivos e dúvidas na sua obtenção judicial em vista do arraigado conceito de que o direito de propriedade tem mais valia que outros direitos constitucionalmente previstos, o que não permite segurança na consecução do objetivo;
- Perdas de imóveis por falta de recursos financeiros.

### Estratégia de enfrentamento

- Aprimoramento dos mecanismos de eleição dos imóveis a serem fiscalizados, reuniões com o Judiciário, mecanismos alternativos de obtenção de imóveis; compra, arrecadação de terras devolutas judiciais, acordos judiciais na desapropriação.

### Mudanças ocorridas

- Aumento da eficiência fiscalizatória em encontrar imóveis passíveis de desapropriação, imissão na posse dos imóveis em menor tempo e a manutenção de elevado número de famílias assentadas por ano.

## Superintendência Regional – SR-09/PR

### Descrição geral

- A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Paraná – INCRA/SR09/PR, tem característica marcante como Unidade Jurisdicionada o fato de desenvolver ações em um estado com agricultura altamente desenvolvida e com grande valorização fundiária. Desse quadro destaca-se por exemplo intensa demanda sobre serviços de cadastro rural e dificuldades no processo de obtenção de terras para reforma agrária dentro dos parâmetros nacionais de custo/família. O próprio fato de ter assistido a um processo de “modernização agrícola” intenso nas últimas décadas, fez com que a estrutura fundiária no estado se concentrasse excluindo trabalhadores e parceiros rurais da terra. Acrescido a isso, a construção de um grande número de hidrelétricas, fez com que o Paraná se tornasse o berço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O estado tem hoje 325 projetos de assentamentos de reforma agrária, onde temos investido prioritariamente em seu desenvolvimento, integrando as ações de assistência técnica, educação do campo e agroindustrialização cooperativada, mas ainda tem cerca de 100 acampamentos, com mais de 6 mil famílias acampadas que reivindicam terras para serem assentadas. Na área de ordenamento e regularização fundiária há grande número de demandas específicas na faixa de fronteira, em especial de ratificação de títulos.

### Adversidades

- Falta de recursos para obtenção de áreas e supervisão dos Assentamentos;
- Desestruturação da rede de ATER por falta de recursos.

### Riscos

- Invasão das áreas como Araupel, aumentando os conflitos no estado;
- Diminuição drástica do número de servidores;
- Insatisfação com a demora na recomposição salarial e/ou melhorias na carreira.

**Estratégia de enfrentamento**

- Decreto de áreas para fins de reforma agrária pelo Governo Federal;
- Abertura de concurso para recomposição do quadro funcional;
- Adequação salarial aos níveis dos demais órgãos do executivo.

**Mudanças ocorridas**

- Diminuição drástica nos recursos;
- Atrasos nos pagamentos das despesas efetuadas.

**Superintendência Regional – SR-10/SC****Descrição geral**

- Região com agricultura altamente desenvolvida e com grande valorização fundiária;
- Presença significativa de imóveis com menos de 50 hectares, de caráter minifundiário;
- Região passa por um processo de “modernização agrícola” intenso nas últimas décadas, o que fez com que a estrutura fundiária se concentrasse excluindo trabalhadores e parceiros rurais da terra. Acrescenta-se a isso, a construção ou projetos de um grande número de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs;
- O ano de 2015 foi marcado pelas ações dos movimentos sociais, especialmente o MST e MAB, com 10 (dez) ocupações de imóveis rurais para reivindicá-los ao programa de reforma agrária.

**Adversidades**

- Grande número de famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas e dificuldade de obtenção de terras;
- Grande demanda por infraestruturas, créditos, supervisão nos assentamentos e falta de servidores, agravada pelo crescente número de servidores em processo de aposentadoria, de orçamento/financeiro, em especial de custeio (diárias, etc.) o que dificulta na maximização dos resultados com os servidores disponíveis;
- Dificuldade em localizar áreas aptas para a intervenção fundiária com fins de reforma agrária, uma vez que a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade está praticamente descartada, devido aos atuais índices de produtividade da região;
- Instrumento da compra, regido pelo Decreto 433/92, não acompanhou a evolução do mercado de terras;
- O preço da terra se elevou a patamares muito acima de qualquer investimento;
- Impossibilidade de vistoriar áreas para fins de desapropriação com a previsão dada pela Lei nº 8.629/93, devido a falta de revisão dos índices de produtividade que datam da década de 70 somada a Liminar favorável ao Sindicato dos Peritos Federais Agrários que inviabiliza as atividades de campo devido ao não atendimento da Liminar, pois os Equipamentos de Proteção Individual que foram adquiridos pelo INCRA não atendiam as recomendações do Engenheiro de Segurança do Trabalho.

**Riscos**

- Conflitos nos acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra;
- Intensificação da pressão dos movimentos sociais;
- Inviabilização de execução de determinados serviços;
- Não cumprimento de prazos e atingimento de metas;
- Aumento da insatisfação dos servidores devido ao baixo salário;
- Falta de recursos financeiros.

**Estratégia de enfrentamento**

- Promoção de entendimento com órgãos estaduais e federais, bem como, os movimentos sociais e representação dos proprietários rurais, visando distensionar os conflitos, quer seja evitando reintegrações com uso de força policial e buscar entendimentos para obtenção de áreas para assentamento de famílias;
- Redistribuição de tarefas, acompanhada de redefinições de organização e métodos da alçada da Superintendência para enfrentar o problema da falta de servidores, além de forte gestão visando novos concursos e a valorização dos servidores;
- Trabalho intensivo de busca de novas áreas para criar assentamentos, pela fiscalização do cumprimento da função social, arrecadação de terras griladas, adjudicação pela Fazenda Nacional por dívidas junto a União e de forma complementar a compra de áreas produtivas;

- Consolidação dos projetos de assentamentos, com o atendimento das infraestruturas e créditos necessários, através de parcerias com a Caixa Econômica Federal (contratos de repasses), Governo de Estado e Prefeituras;
- Diálogo e a articulação institucional para dirimir conflitos com potencial de risco ou consequências mais sérias.

#### Mudanças ocorridas

- Diminuição dos conflitos em razão das articulações de mediação pela Ouvidoria Agrária;
- Estruturação da rede de ATER;
- Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de ATER - SIGRA nos contratos de ATER, que surgiu como uma demanda do Programa de ATER/SC pela necessidade de aprimorar a leitura da realidade em que vivem e atuam as famílias assentadas para qualificar a atuação das equipes técnicas. Através do Termo de Execução Descentralizada com o Departamento de Extensão Rural da UFSM, foi instituído o SIGRA – um sistema informatizado, com acesso online, atualizado anualmente, com informações de quem são, como vivem e como produzem todas as famílias assentadas.
- Criação a nível nacional do G-Adjudicação que irá potencializar através da internalização das ações de adjudicação de imóveis rurais dentro da Autarquia e do Ministério da Fazenda, fazendo que esta ação vire uma ação institucional de governo e terá repercussões dentro da Superintendência pelo potencial local a ser desenvolvido;
- Manutenção do nível de atendimento ao público, mesmo com quadro de servidores reduzidos e a insatisfação pelos baixos salários;
- Maior capilaridade com a integração de novos parceiros e programas, como o Minha Casa Minha Vida – MCMV Rural (CEF, BB, entidades organizadores), PAA (Conab), Terra Forte (BNDES, Fundação Banco do Brasil);
- Paralisações de obras e serviço pelo atraso no repasse de recursos financeiro.

### Superintendência Regional – SR-11/RS

#### Descrição geral

- Elevada concentração fundiária no RS, onde os 2,8 mil maiores estabelecimentos (1 mil ha ou mais, ou 0,6% do total) detêm 5,4 milhões de hectares (26,8% do total) e os estabelecimentos com menos de 100 ha (91,6% do total) detêm 6,8 milhões de ha (33,7% do total).
- Elevada participação dos agricultores e agricultoras familiares no número total dos estabelecimentos (85,7% do total) e no número de pessoas neles ocupadas (80,5%). A Agricultura Familiar representa 30,6% do total da área dos estabelecimentos agropecuários e cerca de 35,3% do Valor Bruto da Produção neles gerada.
- Forte vinculação das atividades agropecuárias e industriais aos mercados nacional e internacional, com presença física de unidades produtivas de várias empresas transnacionais entre as de maiores faturamentos do setor no País (Bunge, ADM, JBS, Brasil Foods (BRF), Louis Dreyfus, BASF, Souza Cruz, Nestlé, Du Pont, Mosaic, Yara, Monsanto, Tangará Foods, Philip Morris, Universal Leaf, etc.).
- Forte incremento das exportações e das importações de produtos agropecuários no Estado, com elevação expressiva do superávit comercial no período recente. No RS a produção familiar também é expressiva nos principais itens que compõem a pauta de exportação, como as carnes de aves e suínos, fumo e soja.
- Novo ciclo de expansão da área cultivada com soja, impulsionada pelas exportações, pela oferta de crédito para custeio e investimento a juros reduzidos e pelas desonerações fiscais, entre outros fatores, e fortemente associado às empresas oligopolistas, ao uso de sementes transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, máquinas e implementos para grandes extensões de terra.
- Intensa alteração da ocupação do solo no bioma Pampa e no seu entorno, especialmente em áreas anteriormente usadas para pastagens. Embora não existam dados oficiais, observa-se uma elevação persistente dos preços destas terras e dos contratos de arrendamento delas.
- Mudança acelerada do perfil demográfico da população rural, com redução do número de jovens e aumento do número de pessoas em condições de aposentadoria por idade.
- Apesar do aumento real do rendimento médio dos domicílios rurais gaúchos, inclusive das pessoas com menores rendimentos, no período recente, ainda existe um contingente significativo de domicílios em assentamentos com baixa renda. Os rendimentos familiares rurais gaúchos estão fortemente influenciados

pelas políticas de seguridade social.

- Elevada demanda potencial pela regularização de terras de comunidades quilombolas.
- Organização e mobilização continuada de movimentos sociais, com ocupações de imóveis para reivindicá-los para a reforma agrária.

#### Adversidades

- Atuação de segmentos organizados contrários à reforma agrária, à regularização de terras de povos indígenas e comunidades quilombolas.
- Mudança no perfil sócio-econômico dos(as) beneficiários(as) e beneficiários(as) potenciais da reforma agrária.
- Recursos orçamentários e financeiros insuficientes para manutenção ou ampliação de metas, com elevado saldo de restos a pagar.
- Dificuldades financeiras e operacionais relacionadas às parcerias com o governo estadual e as prefeituras municipais.

#### Riscos

- Expansão da soja tende a impor fortes restrições para as políticas de desenvolvimento rural no próximo período, especialmente quanto:
- Geração e amplificação de conflitos fundiários envolvendo agricultores familiares, sem-terra, quilombolas e indígenas.
- Forte pressão de compradores para ocupação irregular nas áreas de assentamento.
- Aumento da incidência de práticas agropecuárias com impactos ambientais negativos nos assentamentos.

#### Estratégia de enfrentamento

- Aperfeiçoamento dos mecanismos de geração de renda nos assentamentos (produção, beneficiamento, processamento, armazenamento, transporte e comercialização), integrando-os às demais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (crédito, ATER, compras governamentais, agroecologia, cooperativismo etc.).
- Aperfeiçoamento dos instrumentos voltados à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos (moradia, transporte, saúde, educação, lazer), fortalecendo as parcerias municipais e estadual.
- Estímulo à adoção de práticas ambientais adequadas, especialmente por meio dos serviços de ATER contratados.
- Aperfeiçoamento dos mecanismos para prevenir práticas irregulares na ocupação e no uso do solo, da água e da vegetação nos assentamentos.

#### Mudanças ocorridas

- Aperfeiçoamento dos mecanismos de implantação de infraestrutura produtiva e social (créditos, máquinas e obras).
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de geração de renda, como o estímulo às compras governamentais (PAA, PNAE), à agroecologia e à participação nos mercados locais (feiras).
- Aperfeiçoamento dos mecanismos para seleção de beneficiários e ocupação dos assentamentos (Editais).
- Aperfeiçoamento dos sistemas de informação sobre a situação dos assentados e assentadas (SIGRA).
- Aperfeiçoamento dos instrumentos para a educação dos assentados e assentadas (Proneira, Pronatec Campo).

## Superintendência Regional – SR-12/MA

### Descrição geral

- O INCRA/MA, a despeito das peculiaridades regionais e dos poucos recursos disponíveis, reafirma sua significativa importância para o desenvolvimento das ações de Reforma Agrária, para a melhoria das condições de vida de um contingente expressivo de trabalhadores rurais assentados no Estado do Maranhão, administrando, direta ou indiretamente, 1.018 projetos de assentamento, que ocupam uma área de 4.674.483,0073 ha, com 132.426 famílias assentadas (Fonte: SIPRA, em 31/12/2015), distribuídos como segue: Assentamentos Federais: 675 projetos, 87.127 famílias assentadas; Assentamentos Estaduais: 283 projetos, 36.752 famílias assentadas; Assentamento Municipal: 1 projeto, 22 famílias assentadas; Assentamentos Casulos: 38 projetos, 2.098 famílias assentadas; Assentamentos Reserva Extrativista: 4

projetos, 1.603 famílias assentadas; Assentamentos Quilombolas: 2 projetos, 249 famílias assentadas; Assentamentos Agroextrativista Federal: 8 projetos, 766 famílias assentadas; Assentamentos Projeto de Desenvolvimento Sustentável: 5 projetos, 574 famílias assentadas; e Assentamentos Projeto Integrado de Colonização: 1 projetos, 3.231 famílias assentadas.

- Apesar dos obstáculos estruturais e operacionais o INCRA/MA, vem conseguindo cumprir com as determinações da autarquia e dessa forma, superando metas estabelecidas nos mais diversos seguimentos, como: imóveis cadastrados no SNCR, áreas vistoriadas para Obtenção de Imóveis Rurais, Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento, Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas e Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária, mesmo a despeito das dificuldades nas descentralizações orçamentárias e financeiras para tais atividades.

#### Adversidades

- Decisão judicial em atendimento a ação movida pelo Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (PFA), que determina ao INCRA a suspensão das atividades que envolvam riscos aos Peritos Federais Agrários até o completo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- Quantidade numerosa de ações que o INCRA/MA desempenha, sem que as condições operacionais e de força de trabalho sejam suficientes e adequadas;
- Grande demanda por infraestruturas, créditos, supervisão nos assentamentos, contudo, falta de servidores (agravada pelo crescente número de servidores em processo de aposentadoria) e escassez de orçamento/financeiro, em especial de custeio (diárias, etc.), dificultam a maximização dos resultados com os servidores disponíveis;
- Instalações físicas inadequadas e recursos materiais insuficientes (falta de material de expediente; falta de computadores/notebooks, impressoras, etc.);
- Sobrecarga de trabalho que ocasiona desmotivação dos servidores, principalmente, em razão dos salários defasados e das responsabilidades institucionais.

#### Riscos

- Inviabilização de algumas atividades da Regional, por insuficiência e/ou pela demora na liberação dos recursos para execução dos trabalhos;
- Baixo índice de integração entre as divisões que compõem a SR;
- Dificuldades em realizar e fechar “Agendas de Reuniões” com todos os Chefes de Divisões e Setores para melhor discussão, entendimento e resolução de problemas da SR;
- Esvaziamento do órgão devido as aposentadorias e/ou exonerações a pedido de servidores por aprovação em outros concursos;
- Intensificação de conflitos por dificuldades nos processos de obtenção de terras e regularização fundiária de comunidades quilombolas.

#### Estratégia de enfrentamento

- Realização de Capacitação de Servidores através de cursos à distância e promovidas por instituições públicas, como: ENAP, Instituto Legislativo Brasileiro, etc
- Manutenção do diálogo, através de reuniões ou mesas de negociações com comunidades, lideranças, autoridades e movimentos sociais;
- Gestão junto aos municípios para implantação da Sala da Cidadania, como também, realização das capacitações dos servidores das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC's, na própria Regional, (dado ao reduzido recurso para tal finalidade), de forma a garantir ampliação significativa de acesso ao novo Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, por parte das prefeituras e sindicatos;
- Maior persistência na busca ao atendimento das metas de redução do custeio e otimização do planejamento para minimizar o impacto da descontinuidade financeira.

#### Mudanças ocorridas

- Parcerias bem sucedidas estabelecidas com a Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA e Movimento de Educação de Base, no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA;
- No que tange às ações executadas pelo Serviço de Cadastro Rural no exercício, todas as metas foram superadas, com aumento do número de atualizações cadastrais no SNCR; de emissão de Certificados de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR's; de renovação dos termos de cooperação técnica que tiveram seus prazos expirados; da expansão da Rede Estadual de Cadastro Rural, e capacitação dos servidores de Unidades Municipais de Cadastro;

- Quanto aos trabalhos a cargo do Serviço de Cartografia, parceria com o Terra Legal, possibilitando o georreferenciamento e a certificação de 35 Projetos de Assentamento, perfazendo 1.500 km de poligonais nos assentamentos atendidos;
- Articulação com a Polícia Militar do Maranhão, por meio do Batalhão de Polícia Ambiental - BPA, com o objetivo de atender conjuntamente à demanda de fiscalização e apuração de denúncias de crimes ambientais ocorridos em áreas de assentamento;
- Solicitação de apoio à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, quanto as denúncias de crimes ambientais ocorridos em áreas de assentamento (a exemplo de desmatamentos);
- No que se refere às ações em educação ambiental, foi realizada a capacitação nos projeto de assentamento de cursos em áreas temáticas de apicultura, viveiros e avicultura básica, pelo Serviço Nacional de Aprendizado Rural do Maranhão – SENAR (mediante Acordo de Cooperação técnica firmado entre INCRA e SENAR).

## Superintendência Regional – SR-13/MT

### Descrição geral

- O Estado de Mato Grosso ocupa uma área 903 378,292 Km<sup>2</sup>, sendo organizado em 22 microrregiões e 5 mesorregiões, dividindo-se em 141 municípios. Possuindo 548 projetos de assentamentos de várias modalidades (PA, PDS, PE, PCA e PAR) e devido a grande extensão territorial do estado dificultando assim a presença do INCRA nos projetos de assentamentos.
- Temos alto índice de imóveis de grande extensão principalmente da região Pantanal e na região Norte do estado, ocorrendo a presença de muitos latifúndios e em contrapartida somos um estado com baixo índice de povoamento nas zonas rurais, pois a população total do Estado é de apenas
- 3.265.486 habitantes, mas um estado com influencia e dependência forte do agronegócio.
- Vastas áreas de interesse ambiental como as Terras Indígenas (Parque Nacional do Xingú entre outros) além de inúmeras Unidades de Conservação presentes no estado, pois o estado está presente em 3 Biomas: Pantanal, Cerrado e Amazônia.

### Adversidades

- A grande extensão territorial faz com que haja grande distância entre alguns Projetos de Assentamentos e a sede da SR-13, ou mesmo de alguma das Unidades Avançadas. Apenas para exemplificar temos assentos a mais de 1.200 quilômetros da sede da SR.
- A nossa estrutura física é obsoleta, onde a prédio da sede é da década de oitenta, com sérios problemas principalmente da questão elétrica e passa por uma reforma que não terminou desde de 2008.
- O número reduzido de servidores que tem sido agravado pelo grande número de aposentadorias recentes sem a correspondente contratação de novos servidores. E devido a defasagem salarial em vistas de outras carreiras assemelhadas os novos concursados estão evadindo do INCRA.
- Na questão de obtenção de imóveis rurais temos a forte valorização imobiliária das terras em nosso estado, devido principalmente a pressão do agronegócio o que inviabiliza em algumas regiões a obtenção de terras para PNRA.
- E a indisponibilidade de recursos orçamentários tem complicado o quadro ainda mais principalmente para uma SR grande que possui ainda 8 Unidades Avançadas e assentamentos longes da capital.

### Riscos

- Temos o risco devido as adversidades citadas anteriormente de não atingir as metas pactuadas.
- Devido ao cortes orçamentários a ida de servidores nos assentamentos fica comprometida, o que pode acarretar abandono e a comercialização de lotes. E dificultando a fixação dos jovens filhos de assentados nos lotes, devido a falta de estruturação das mesmas. Ainda ocorrendo o aumento da tensão no campo.

### Estratégia de enfrentamento

- A SR estabelecerá parceira com municípios e a sociedade civil organizada, bem como órgãos de controle e o judiciário. Articulando as equipes de engenharia junto aos Municípios para auxiliar o acesso aos recursos de infraestrutura e o PNHR.
- Gestão junto ao INCRA sede sobre a atual situação da força de trabalho, solicitando apoio e subsidiando o planejamento de contratação de novos servidores, de forma a suprir a demanda. Além de termo de cooperação técnicas de apoio aos trabalhos com as prefeituras e o estado, principalmente suprir as

**Unidades Avançadas.**

- Articulação junto a DT sobre as limitações impostas para aquisição de terras onerosas, assim focando nas regiões prioritárias, sendo priorizadas áreas de grande extensão com fortes indícios de improdutividade, mas com boa capacidade de geração de renda. Além da obtenção através da parceria com o CERFAL (Terra Legal) para obter terras públicas não onerosas para criação de assentamentos.

**Mudanças ocorridas**

- Termos de cooperação com as prefeituras ou consórcio de municípios para atividades fundiárias principalmente o SNCR e em georreferenciamento dos assentamentos.
- As vistorias de imóveis rurais identificaram um considerável número de hectares improdutivos com excelentes condições para implantação de assentamentos, agora aguardando o estudo de dominialidade e materialização dos títulos de origem emitidos pelo INTERMAT, para prosseguimento.
- As pressões e conflitos agrários têm sido mitigados pela percepção de eficiência na busca por novos processos de obtenção, mas ainda temos expectativa de mobilizações frequentes para o próximo período, principalmente pela demora da Justiça Federal na gestão das terras públicas.
- Na questão ambiental tivemos avanços significativos com a inscrição de quase todos os Projetos de Assentamentos no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

**Superintendência Regional – SR-14/AC****Descrição geral**

- Grande dimensão territorial e insuficiência das infraestruturas básicas necessárias, como estradas, energia e água, além de assistência técnica e educação, que dificultam o desenvolvimento rural em alguns assentamentos do Estado;
- Existência de projetos de assentamento em áreas longínquas no território;
- Incidência de conflitos sobre o domínio de terras, especialmente na região do baixo Acre e Purus;
- Registros indevidos, dificultando a obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária;
- Disputas pela posse da terra com cerceamento de acesso ao deslocamento e a recursos naturais, ocorrência de ameaças, agressões morais, etc.;
- Quadro insuficiente de servidores do Incra, incluindo a Procuradoria Federal Especializada - PFE, principalmente frente à redução do número de servidores causada por aposentadoria e saída para outros órgãos, mediante aprovação em concursos públicos motivada pela baixa remuneração salarial do Incra;
- Metas audaciosas de assentamentos de famílias;
- Avanço da reforma agrária em áreas de unidades de conservação;
- Demanda de regularização fundiária de áreas estaduais e federais, esta última sob a responsabilidade do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**Adversidades**

- Dificuldades de deslocamentos as regiões ribeirinhas e mais remotas: acomodação, transporte, água potável, comunicação entre equipes, falta de infraestrutura de estradas vicinais, etc.;
- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros ao longo do exercício para recuperação das instalações físicas, recuperação e manutenção dos bens moveis diversos (maquinas e equipamentos), e cumprimento em tempo de obrigações assumidas através de contratos administrativos e convênios formalizados ou em execução no exercício;
- Instalações físicas inadequadas e recursos materiais insuficientes e antigos;
- Número de servidores inferior à necessidade da administração;
- Desmotivação ou pouca integração e baixa qualificação dos poucos servidores;
- Falta de capacitação dos servidores;
- Baixa remuneração dos servidores, que têm procurado outros concursos públicos, culminando na saída principalmente dos servidores mais qualificados;
- Plano de cargos e carreiras inadequado, com salários defasados, que resulta na insatisfação generalizada;
- Falta de EPI's para os Peritos Federais Agrários;
- Dificuldades em obter certidões dos imóveis solicitadas aos cartórios;

- Incidência de ocupação de lotes em áreas tanto de estudo para a criação de novos projetos, quanto em assentamentos já criados;
- Morosidade na regularização ambiental dos assentamentos;
- Base de dados cartográfica dos assentamentos encontra-se desatualizada, inclusive, divergindo das informações identificadas em alguns cartórios de registro de imóveis;
- Aprovação tardia do orçamento e liberação com atraso dos recursos para realização de trabalhos de campo.

#### Riscos

- Dificuldade de disponibilizar servidor habilitado para os serviços de campo, dada a falta de EPI's;
- Comprometimento da tempestividade na condução das ações e não cumprimento de metas dado o número insuficiente de servidores e a sobrecarga dos servidores que ainda se mantém propriamente na ativa;
- Não cumprimento de pagamento de contratos visto a indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros;
- Inviabilização de prestação de serviços, por insuficiência e também pela demora na liberação dos recursos para realização dos trabalhos;
- Comprometimento da fiscalização dos contratos e convênios firmados com a Autarquia, o que resulta em inúmeras demandas dos órgãos de controle;
- Possibilidade de paralisação das atividades em decorrência da inadequação dos recursos materiais e frente à desmotivação dos servidores;
- Acirramento dos conflitos agrários em virtude de dificuldades no processo de obtenção de terras para criação de assentamentos e no processo de regularização fundiária de comunidades tradicionais.

#### Estratégia de enfrentamento

- Deslocamento de servidores treinados até as Comarcas para realizar o trabalho de elaboração de cadeias dominiais junto aos Cartórios, especialmente dos imóveis com processo tramitando de arrecadação;
- Solicitação de treinamento ao Serviço de Desenvolvimento Humano para realização de capacitação dos servidores;
- Realização de reuniões com comunidades, lideranças, autoridades e movimentos sociais, na SR e nas comunidades de forma a antecipar situações de tensão/conflito e agir com maior eficácia na resolução de situações, evitando seu agravamento;
- Organização de força-tarefa com vistas ao alcance das metas planejadas;
- Contratação de mão-de-obra terceirizada como forma de amenizar o problema de insuficiência de servidores efetivos;
- Definição de áreas prioritárias para fiscalização, visando a obtenção de terras com a participação dos movimentos sociais e a elaboração de cronograma de vistorias de imóveis rurais;
- Priorização de arrecadação de áreas não onerosas para fins de criação de projetos de assentamento e regularização de posseiros de famílias tradicionais;
- Gestão junto aos municípios e representação dos trabalhadores e produtores rurais para implantar a Sala da Cidadania, com a capacitação de agentes municipais;
- Ampliação das parcerias, especialmente com MPF, PF, Força Nacional, Ibama, ICMBio, SFB, Governo do Estado, Prefeituras, Vara Agrária e afins, visando dar maior celeridade na condição das questões fundiárias da região;
- Reestruturação do Incra, com modernização da infraestrutura, melhoria nas condições salariais e maior valorização dos servidores e planejamento do PNRA para médio e longo prazo, aumento do orçamento e criação de fundo da reforma agrária.

#### Mudanças ocorridas

- Alinhamento político-institucional, através do estabelecimento de parcerias (União, Estado e Municípios) com melhoria nas relações entre o Incra e outros órgãos;
- Gestão junto ao Ministério do Planejamento por parte do Incra/Sede para autorização de concurso público;
- Implantação do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) ampliou e acelerou a certificação de imóveis rurais na região;
- Implantação da Sala da Cidadania Digital facilitou o acesso do público aos serviços do Incra, com a emissão online de documentos;
- Chamamentos públicos de infraestrutura, Terra Sol e Pronera incentivaram a apresentação de propostas e participação de outros atores (cooperativas e associações de agricultores familiares) no planejamento e desenvolvimento de ações destinadas aos projetos de assentamentos;

- Realização de reuniões com movimento social e ouvidoria agrária para tratar de conflitos agrários auxiliou no combate aos casos de violência e no enfrentamento de estratégias para amenizar a disputa pela posse da terra.

## Superintendência Regional – SR-15/AM

### Descrição geral

- Grande dimensão territorial e insuficiência de infraestruturas básicas necessárias, como estradas, energia e água, além de assistência técnica e educação, que dificultam o desenvolvimento rural da região;
- Existência de projetos de assentamentos em área longínquas e bastante dispersos no território;
- Grande número de registros indevidos, dificultando a obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária;
- Disputas pela posse de terra com cerceamento de acesso ao deslocamento e a recursos naturais, ocorrências de ameaças, agressões físicas/morais, mortes, etc.;
- Grande demanda social originária dos assentamentos criados, sobretudo no que se refere à implantação de infraestrutura e à prestação de assistência técnica;
- Quadro insuficiente de servidores do INCRA, principalmente, frente à redução do número de servidores causada por aposentadoria;
- Avanço da reforma agrária nas áreas de várzeas e de unidades de conservação;
- Demanda de regularização fundiária de áreas estaduais e federais, esta última sob a responsabilidade do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Serviço precário de internet em municípios do interior do Estado do Amazonas.

### Adversidades

- Dificuldades de deslocamento às regiões ribeirinhas e mais remotas: acomodação, transporte, água potável, comunicação entre as equipes, falta de infraestrutura das estradas vicinais;
- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros ao longo do exercício para recuperação das instalações físicas, recuperação e manutenção dos bens móveis diversos (máquinas e equipamentos), e cumprimento em tempo das obrigações assumidas através de contratos administrativos e convênios formalizados ou em execução no exercício;
- Instalações físicas inadequadas e recursos materiais insuficientes e antigos;
- Número de servidores inferior à necessidade da administração;
- Desmotivação ou pouca integração e baixa qualificação dos poucos servidores;
- Falta de capacitação de servidores;
- Plano de cargos e carreiras inadequado, com salários defasados, que resulta em insatisfação generalizada;
- Falta de EPs para os Peritos Federais Agrários;
- Dificuldade em obter as certidões dos imóveis para obtenção solicitada aos cartórios;
- Demora dos órgãos estaduais em informar sobre autenticidade, legitimidade e localização dos Títulos Definitivos apresentados como origem dos imóveis, que poderão ser obtidos para fins de reforma agrária;
- Incidência de ocupação de lotes em áreas tanto de estudo para a criação de novos projetos, como em assentamentos já criados;
- Insuficiência de empresas prestadoras do serviço de ATER na região;
- Morosidade na regularização ambiental dos assentamentos;
- Base de dados cartográfica dos assentamentos encontra-se desatualizada, inclusive, divergindo das informações identificadas em alguns cartórios de registro de imóveis.

### Riscos

- Dificuldade de disponibilizar servidor habilitado para os serviços de campo, dada a falta de EPs;
- Comprometimento da tempestividade na condução das ações e não cumprimento de metas, dado o número insuficiente de servidores e a sobrecarga dos servidores que ainda se mantém propriamente na ativa;
- Não cumprimento de pagamentos de contratos visto a indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros;
- Inviabilização da prestação de serviços, insuficiência e também pela demora na liberação dos recursos para execução dos trabalhos;

- Comprometimento da fiscalização dos contratos e convênios firmados com a Autarquia, o que resulta em inúmeras demandas dos Órgãos de Controle;
- Possibilidade de paralisação das atividades em decorrência da inadequação dos recursos materiais e frente a desmotivação dos servidores.

#### Estratégia de enfrentamento

- Deslocamento de servidores treinados até as Comarcas para realizar o trabalho de elaboração das cadeias dominiais junto aos Cartórios, especialmente dos imóveis com processo tramitando de desapropriação e/ou aquisição;
- Solicitação de treinamento ao Serviço de Desenvolvimento Humano para realização da capacitação dos servidores;
- Organização de força-tarefa com vistas ao alcance das metas planejadas;
- Contratação de mão-de-obra terceirizada como forma de amenizar o problema de insuficiência de servidores efetivos;
- Gestão junto aos municípios para implantar a Sala da Cidadania com a capacitação de agentes municipais;
- Ampliação das parceiras, especialmente com o MPF, PF, Força Nacional, IBAMA, ICMBIO, SFB, Vara Agrárias e afins, visando da maior celeridade na condução das questões fundiárias da região.

#### Mudanças ocorridas

- Gestão junto ao Ministério do Planejamento por parte do INCRA/Sede para autorização de concurso público. Sendo a aprovação de novos concursos, condição essencial para implementação dessa mudança;
- Implantação do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) ampliou e acelerou a certificação de imóveis rurais na região. Sendo necessária a capacitação de servidores de Cartórios para a implementação completa dessa mudança;
- Implantação da Sala da Cidadania Digital facilitou o acesso do público aos serviços do INCRA com a emissão online de documentos. Sendo necessária a melhoria do serviço de internet nos municípios para a efetiva implementação dessa mudança.

### Superintendência Regional – SR-16/MS

#### Descrição geral

- Vastas áreas de interesse ambiental;
- Alto índice de imóveis de grandes extensões com ocorrências de latifúndios e baixo povoamento da zona rural;
- Grande quantidade de assentamentos e extensão territorial que dificulta a presença do INCRA.

#### Adversidades

- A grande extensão territorial faz com que haja grande distância entre alguns assentamentos e a sede da Regional.
- Carência de estrutura física adequada;
- Número reduzido de servidores, que é acentuado pelas recentes aposentadorias, afastamentos para tratamento de saúde e evasões para outros órgãos com estrutura mais atrativa, sem que haja contrapartida na contratação de novos servidores;
- Valorização imobiliária que inviabiliza a obtenção de imóveis rurais e desestímulo na oferta de novos imóveis, causado em parte pela vigência do Decreto 433/92 que, entre outros fatores, torna a forma de pagamento dos imóveis pouco atrativa aos proprietários rurais;
- Vigência de índices desatualizados na classificação de imóveis rurais, sobretudo em um Estado que atua fortemente no desenvolvimento de novas tecnologias agropecuárias;
- Indisponibilidade de recursos orçamentários.

#### Riscos

- Comprometimento do atingimento das metas e por consequência dos objetivos estratégicos do INCRA;
- Abandono de lotes e dificuldade em manter/fixar as novas gerações – filhos de beneficiários – nas parcelas, sobretudo, pela estrutura precária de muitos assentamentos;
- Êxodo dos beneficiários para as cidades, o que estimula a comercialização de lotes, abandono e permuta de

parcelas.

- Aumento da tensão no campo.

#### Estratégia de enfrentamento

- Estabelecimento de parcerias com estados, municípios e Sociedade Civil Organizada, bem como parcerias com órgãos de controle e Judiciário;
- Articulação da equipe de Engenharia junto aos municípios e entidades organizadas para auxiliar no acesso aos recursos de infraestrutura e PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural);
- Gestão junto ao Inbra Sede acerca da atual situação da força de trabalho da Regional, solicitando apoio e subsidiando o planejamento de contratação de novos servidores, de forma a suprir a demanda, assim como tratativas com governo estadual e municípios para celebração de termos de cooperação técnica de apoio aos trabalhos;
- Discussão com outras instâncias sobre as limitações impostas para a aquisição de terras, assim como a atuação dentro de um plano estratégico focado na região prioritária a ser determinada em estudo integrado ao Planejamento de Desenvolvimento do Governo Estadual, utilizando-se de prospecção por sensoriamento remoto, sendo priorizadas áreas de grande extensão com fortes indícios de improdutividade e boa capacidade de geração de renda.

#### Mudanças ocorridas

- Estabelecimento de parcerias com o Governo do Estado para atividades como assistência técnica, fundiária e cadastral, a fim de promover o desenvolvimento setorial agrário;
- As vitórias promovidas na região prioritária, para fiscalização do cumprimento da função social da terra, que até 2014 englobava o entorno da rodovia BR267 e a partir de 2015 teve seu escopo expandido para a Gestão por Territórios, mostrou-se acertado, no que se refere à incidência de latifúndios improdutivos. Percebeu-se, também, uma revitalização da região do entorno da BR267, que passou a ser menos interessante para a especulação imobiliária, que se caracteriza pela manutenção de terras apenas para se aguardar sua valorização sem a preocupação de produção, ou seja, mesmo que não tenha sido criados assentamentos, essa ação induziu o desenvolvimento econômico da região com o aumento da utilização produtiva das terras;
- Celebração de convênios com prefeituras para melhorias na infraestrutura dos assentamentos, relacionada a abastecimento de água, construção e manutenção de pontes e estradas;
- Na área ambiental houve avanços significativos com a implementação do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

## Superintendência Regional – SR-17/RO

#### Descrição geral

- Grande dispersão territorial dos projetos de assentamentos;
- Boa estrutura (física e lógica);
- Demanda latente e crescente pela atuação mais presente, atuante e constante às famílias assentadas;
- Participação em atividades / programas múltiplos e complexos, como: Programa Assentamentos Verdes, Arco de Fogo, Território da Cidadania, Programa Brasil Sem Miséria, entre outros;
- Cultura inadequada de planejamento, monitoramento e avaliação, onde a cada exercício se “inventa novas” metodologias.

#### Adversidades

- Quadro insuficiente de servidores;
- Desmotivação e baixa qualificação dos poucos servidores;
- Cobrança incessante de outros órgãos, em especial o judiciário, para a realização de trabalhos que não resultam nas metas estabelecidas, mas que demandam força de trabalho e recursos, e ainda com imputação de prazo e multas.

#### Riscos

- Pouca conectividade das atividades realizadas por cada Divisão, a interação entre essa é insuficiente para o alcance de melhores resultados;
- Observação freqüente de rotatividade entre as famílias assentadas que vendem suas “benfeitorias”;
- Conflitos agrários que surgem diariamente.

**Estratégia de enfrentamento**

- Reuniões constantes para instigar a conexão e interação entre os servidores, as atividades e respectivas Divisões;
- Vistorias nas parcelas com ações de regularização e retomada daquelas identificadas irregularmente ocupadas;
- Participação em reuniões de grupos interinstitucionais formados para tratativas de cada conflito que surge.

**Mudanças ocorridas**

- Alinhamento político-institucional através do estabelecimento de parcerias (União, Estado e Municípios);
- Ajustamento de paradigma do modelo de desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos;
- Enfrentamento dinâmico dos conflitos, e tentativas de preveni-los.

**Superintendência Regional – SR-18/PB****Descrição geral**

- Estrutura física e lógica da Superintendência com muitas limitações
- Demanda latente e crescente pela atuação mais presente, atuante e constante às famílias assentadas;
- Grande demanda na área de Obtenção;
- Deficiência no planejamento, monitoramento e avaliação da execução, resultante das modificações constantes.

**Adversidades**

- Quadro insuficiente de servidores;
- Desmotivação e baixa qualificação dos poucos servidores;
- Cobrança intensa de outros órgãos, em especial do judiciário, para a realização de trabalhos que não resultam nas metas estabelecidas, mas que demandam força de trabalho e recursos, e ainda com imputação de prazos, multas e até processos contra o gestor;
- Dificuldade orçamentária e financeira.

**Riscos**

- Pouca conectividade das atividades realizadas pelas Divisões;
- Dificuldade na avaliação da gestão de riscos em razão da falta de capacitação de servidores no tema.

**Estratégia de enfrentamento**

- A Superintendência da Paraíba inaugurou uma gestão mais participativa com o objetivo de interagir as diversas áreas e Divisões;
- Vistorias nas parcelas com ações de regularização e retomada daquelas identificadas irregularmente ocupadas;
- Criação das equipes de Desenvolvimento tornando mais eficientes as ações nas diversas áreas, e maximizar a escassez de recursos.

**Mudanças ocorridas**

- Alinhamento político-institucional através do estabelecimento de parcerias (União, Estado e Municípios);
- Ajustamento de paradigma do modelo de desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos;
- Enfrentamento dinâmico dos conflitos, e tentativas de preveni-los.

**Superintendência Regional – SR-19/RN\*****Descrição geral**

- A SR/19 desenvolve ações voltadas para a reforma agrária, buscando consolidar o desenvolvimento do agricultor familiar. Suas atividades estão descritas no regimento interno e a gestão da SR/19 não mede esforços para perseguir os objetivos descritos neste documento e cumprir as metas pactuadas com as diretorias em Brasília.

**Adversidades**

- Na SR/19 são encontrados poucos servidores para desenvolverem toda a demanda de ações que o INCRA guarda em si. As diversas ações que devem ser executadas pela Superintendência ficam pulverizadas entre os servidores, que não raras vezes ficam sobrecarregados de atividades (trabalho).
- Aliada a sobrecarga de trabalho há a natural desmotivação dos servidores em razão do salário e das responsabilidades institucionais.

#### Riscos

- Devido ao excesso de atividades os servidores não podem se concentrar totalmente no acompanhamento de um úmero reduzido de assentamentos, exemplo disto, quando um mesmo servidor deve aplicar crédito em muitos assentamentos, não sendo possível um controle pelo mesmo do que ele estava aplicando.
- Outra situação é o não acompanhamento sistemático de um grupo de controle das ações que estão ocorrendo na SR, muitas vezes só descobrimos algum evento negativo após o acompanhamento dos órgãos de controle externo.

#### Estratégia de enfrentamento

- Implantação do Sistema de Atendimento ao Público aonde cada pessoa que chega a SR/19 é atendida pela Sala da Cidadania que direciona através deste sistema para o agente que irá atendê-lo e com data aprazada para a resposta ser fornecida. Este sistema permite que se observem todos os atendimentos e demandas presentes na SR e ainda subsidia a motivação das viagens a campo dos servidores.

#### Mudanças ocorridas

- Devido à implantação deste sistema os chefes percebem os projetos de assentamento que estão com demanda crítica e designam servidores para acompanhar o problema, fornecendo maior eficácia ao gasto público.

\*Fonte – Relatório de Gestão 2014 - SR19

## Superintendência Regional – SR-20/ES

### Descrição geral

- O Espírito Santo caracteriza-se por apresentar em seu quadro agrário com predominância de pequenas propriedades, 90% menor que 100 ha, sendo que 77% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares.
- Quanto a produção agropecuária, o Estado apresenta regiões com seus setores produtivos bem definidos, sendo:1- Cafeicultura, café arábica tem sua dominância na região serrana acima de 600 metros de altitude, café conilon, plantado na região sul abaixo de 600 metros de altitude, porém com destaque para a região do norte do Estado, no município de São Gabriel da Palha. 2- Pecuária, de Leite tendo a maior produção no sul do Estado, com destaque para os municípios de Itapemirim e Cachoeiro do Itapemirim. Já a pecuária de corte é predominante em todo norte e extremo norte do Estado, com destaque para o município de Ecoporanga. 3- Silvicultura, predominando o plantio de Eucalipto para o abastecimento das fábricas de Celulose, tendo maiores ocorrências nos municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Pedro Canário etc., apesar de hoje difundir em todos os municípios. 4- Horticultura, tem predominância na região serrana, municípios de Santa Maria de Jetibá, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins, Santa Tereza e Santa Leopoldina.
- O preço do imóvel rural no Espírito Santo continua supervalorizado, variando muito de região para região, indo desde R\$ 6.000,00 por ha até R\$ 20.000,00 por ha. Com destaque para a região de Linhares com terras em media acima de R\$ 20.000,00 por ha.
- Não existe no Estado conflitos agrários de grande importância, no entanto temos 15 acampamentos com aproximadamente 600 famílias com demandas para obtenção de terras.
- Estamos dialogando com o instituto Estadual de Meio Ambiente-IEMA, na tentativa de arquivar os processo de licenças ambientais requeridos e não analisados pelo órgão ambiental, mostrando que o CAR irá regularizar ambientalmente os assentamentos com licenças emitidas.

### Adversidades

- Com a resolução CONAMA 458 de 16 de Julho de 2013, os requerimentos para a licença ambiental se tornou desnecessário para a criação de assentamento, ficando somente os beneficiários da reforma agrária na obrigação de requerer a licença ambiental de suas atividades produtivas. Até o momento o entendimento do órgão estadual responsável por licenciar os assentamentos de reforma agrária é de sanar as condicionantes das licenças ambientais já emitidas e com termo de compromisso ambiental já assinado

entre o Incra e o Instituto Estadual de Meio Ambiente-IEMA. Com isso o Incra terá que fazer vários projetos e buscar recurso financeiro junto ao Incra Sede, para a execução destes projetos, visto que nos últimos anos mandamos várias vezes projetos ambientais a nossa coordenação em Brasília-DF e até o momento não tivemos nenhuma informação formal da possibilidade obtermos ou não recursos orçamentários e financeiros para atender as condicionantes.

- A grande dificuldade em conseguir imóveis rurais via desapropriação para o programa de Reforma Agrária, considerando a defasagem dos índices de produtividades exigidos. Outra grande dificuldade está na esfera do judiciário, que demora no julgamento dos processos sub judice. Encontra-se hoje no judiciário 25 processos em julgamento, destes, alguns com mais de 10 anos sem andamento.
- No tocante a SR(20)T, os servidores são capacitados e, com ótimo conhecimento técnico para atender as demandas de trabalhos exigidos. Sobre os recursos financeiros, nos últimos anos a dificuldade está na demora na descentralização de recursos para indenização de áreas desapropriadas.

#### Riscos

- O investimento é bastante elevado, não na busca do imóvel, mas no valor do imóvel, devido o alto custo por hectare no Estado. E com certeza ha grande dúvida na obtenção dos imóveis com processos no judiciário;
- Perda de imóveis com decreto, devido expiração do prazo de ajuizamento da Ação Desapropriatória;
- O não atendimento as demandas dos Movimentos Sociais.
- Sermos cobrados pelo ministério público, devido o não atendimento das condicionantes ambientais.

#### Estratégia de enfrentamento

- Efetuar levantamento prévio de imóveis, com forte indícios de improdutividades para vistorias de fiscalização, e Priorizar vistorias em imóveis acima de 15 módulos fiscais;
- Usar outros instrumentos jurídicos para obtenção de terras como: Adjudicação, Compras etc.;
- Efetuar parcerias com o Estado, visando adquirir as terras devolutas;
- Capacitação dos servidores;
- Otimização de recursos e tempo de tramitação dos Processos;
- Procurar formas de incentivar acordos administrativos com os proprietários desapropriados;
- Usar de meios para provocar o julgamento dos processos sub judice.

#### Mudanças ocorridas

- Eficiência nos trabalhos de fiscalização e consequentemente maior quantidade de imóveis improdutivos;
- Menor tempo de tramitação de processos da fiscalização até o ajuizamento da Ação Desapropriatória;
- Maior contato com os cartórios de imóveis dos municípios, visando a elaboração da cadeia dominial.
- Maior diálogo com os órgãos ambientais, no atendimento de demandas ambientais.

## Superintendência Regional – SR-21/AP

#### Descrição geral

- Insuficiência de infraestruturas básicas nos projetos de assentamento criados pela SR, tais como: estradas vicinais, demarcação topográfica e georreferenciamento, energia e água, assistência técnica e extensão rural e educação;
- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para implantação de: estradas, agroindústrias, feiras etc;
- Grande quantidade de comunidades remanescentes de quilombos não regularizadas, ocasionando demandas judiciais em prejuízo do Incra;
- Quantidade insuficiente de servidores para realização das atividades sobre responsabilidade da SR, em decorrência principalmente de aposentadoria e remoção;
- Implantação de grandes obras como a implantação de usinas hidrelétricas (Usina Hidrelétrica Caldeirão, no município de Porto Grande);
- Avanço do agronegócio.

#### Adversidades

- Dificuldade de deslocamento das equipes em trabalho de campo – via terrestre - devido à insuficiência de estradas vicinais implantadas e má conservação estradas das existentes;
- Dificuldade de deslocamento para as comunidades ribeirinhas, principalmente devido ao transporte, falta de

equipamentos de segurança, falta de acomodação, alimentação e água potável;

- Inexistência de recursos orçamentários e financeiros para contratação dos serviços de ATER aos beneficiários da reforma agrária, implantação e recuperação de estradas vicinais;
- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para recuperação das instalações físicas, recuperação e manutenção dos bens moveis diversos (mobiliário, maquinas e equipamentos), e cumprimento em tempo das obrigações assumidas por meio de contratos celebrados e/ou vigentes no exercício;
- Instalações físicas inadequadas e recursos materiais insuficientes;
- Numero de servidores inferior a demanda existente;
- Insatisfação e desmotivação dos servidores, ocasionada principalmente pela má remuneração;
- Falta de capacitação dos servidores em cursos de interessa para o desempenho de suas atribuições;
- Grande rotatividade de assentados nos lotes da reforma agrária.

#### Riscos

- Comprometimento da realização das ações e não cumprimento de metas dado o numero reduzido de e servidores e a sobrecarga dos servidores que ainda se mantém propriamente na ativa;
- Não cumprimento de pagamentos de contratos devido à insuficiência de recursos financeiros;
- Inviabilização dos serviços por insuficiência de também pela demora na liberação dos recursos para realização dos trabalhos.

#### Estratégia de enfrentamento

- Solicitação de treinamento ao SDH/SR para realização de capacitação dos servidores em cursos relevantes para execução de suas atribuições;
- Realização de reuniões com as comunidades, lideranças, autoridades, movimentos sociais existentes na jurisdição da SR visando forma dirimir problemas, antecipar situações de tensão/conflito e agir com maior eficiência na resolução dos conflitos;
- Ampliação dos diálogos com o MPF, DPU, SPU, PF, CPT, Prefeituras Municipais e Governo do estado, visando firmar parcerias e dar maior celeridade na solução de problemas e conflitos existentes no âmbito da SR.

#### Mudanças ocorridas

- A relação com as Prefeituras viabilizando as melhorias de infraestrutura nos projetos de assentamento(abertura e recuperação dos ramais);
- Articulação com a CPT, promovendo a paz no campo;
- Articulação e apoio da Empresa Amcel, com liberação de 13 mil litros Óleo diesel as entidades /sindicatos para colaborar juntos as prefeituras na abertura e recuperações dos ramais dos projetos de assentamento(nos PA's Munguba, N.Canaã,Nova Colina,Nova Vida,Bom Jesus dos Fernandes, Pedra Branca, Pancada do Camaipi), doação de motor/gerador/frizzer a escola do Assentamento Manoel Jacinto.
- Articulação e apoio da Empresa Cachoeira Caldeirão, com aquisição de um Girico(trator), abertura e recuperação de ramais.
- Adequação na estrutura da Superintendência, visando a atender a lei de acessibilidade.

## Superintendência Regional – SR-22/AL

### Descrição geral

- A estrutura fundiária e agrária de Alagoas é dividida em duas regiões bastante distintas.
- No semiárido, que abarca as macrorregiões do Sertão e do Agreste, predomina o minifúndio e as pequenas e médias unidades produtivas.
- Na mesorregião do Litoral, se destaca a grande unidade do agronegócio canavieiro. Nos último anos, predominava a tendência de concentração dos conflitos agrários na parte norte do Litoral, fato motivado pela falência de várias usinas nessa região.
- Atualmente o conflito tem se deslocado para a microrregião da Mata Alagoana. O principal estoque de terras tem vindo dessa região decadente do agronegócio. Entretanto, a maior parte da terra desapropriável do Litoral já foi transformada em assentamentos e esse fato tem dificultado muito a obtenção de glebas.

### Adversidades

- Limitação do estoque de terras desapropriáveis;
- Desinteresse de alguns parceiros institucionais;

- Insuficiência do número de servidores;
- Insuficiência dos recursos aportados para desenvolvimento de assentamentos;
- Entorno dos assentamentos focado nas necessidades do agronegócio.

#### Riscos

- Frustração das expectativas em relação a parceiros institucionais ;
- Esgotamento da força de trabalho devido à excessiva carga laboral;
- Desvio de foco devido à necessidade de responder às crescentes demandas de informação dos órgãos de controle;
- Perda de confiança dos assentados na continuidade das políticas propostas devido aos sucessivos atrasos na descentralização de recursos financeiros.

#### Estratégia de enfrentamento

- Buscar de novos fóruns para pactuar com os parceiros institucionais;
- Ampliar a gestão participativa para aumentar o engajamento dos servidores;
- Especialização de servidores nas respostas às demandas dos órgãos de controle;
- Tomar medidas para otimização das ações e racionalização dos recursos de custeio;
- Criar espaços de reflexão e intercâmbio sobre as alternativas produtivas para os assentamentos.

#### Mudanças ocorridas

- Estabelecimento de pactos com novos parceiros institucionais ;
- Melhor distribuição da força de trabalho entre as atividades;
- Aumento da adequação das atividades às normas dos órgãos de controle;
- Diminuição dos gastos com custeio;
- Motivação das famílias assentados para novas alternativas de produção.

## Superintendência Regional – SR-23/SE

#### Descrição geral

- Concentração de assentamentos no Alto Sertão;
- 29 comunidades quilombolas certificadas;
- Aproximadamente 8.000 famílias acampadas;
- 11000 famílias assentadas em 251 assentamentos;
- Superintendência com 79 servidores na ativa.

#### Adversidades

- Ausência da cultura de planejamento;
- Quadro insuficiente de servidores;
- Desmotivação e baixa qualificação dos servidores;
- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros.

#### Riscos

- Cenário político econômico nacional;
- Incapacidade de pagamento das obrigações em aberto;
- Recurso insuficiente para fiscalização de atividades em campo.

#### Estratégia de enfrentamento

- Priorização de atividades estratégicas;
- Parcerias com outras entidades públicas, a exemplo de Convênios com Governo do Estado;
- Grupos de trabalho para atuar em questões pontuais.

#### Mudanças ocorridas

- Ampliação das parcerias, por meio de 05 convênios assinados com o Governo do Estado de Sergipe;
- Cumprimento da meta institucional de assentamento de famílias.

## Superintendência Regional – SR-24/PI

### Descrição geral

- Contexto fundiário caracterizado pela radical dimensão do estoque de terras com possibilidade de serem incorporadas à política de reforma agrária;
- Grande extensão territorial localizada na região semi-árida, dificuldades de acesso a água e condições climáticas regionais desfavoráveis ao processo produtivo, particularmente daqueles que compõe o conjunto de pequenos agricultores;
- Os projetos de assentamento ainda se encontram em condições de baixa sustentabilidade econômica, social e ambiental, requerendo a presença do Estado e política pública concentradas para que se consolide a sua inserção nas cadeias e arranjos produtivos e proporcione as famílias os direitos de cidadania que permitam concretizar seus anseios de qualidade de vida, qualificação profissional e dignidade social e política, evitando assim, a evasão do meio rural, em busca de novas oportunidades nas cidades.

### Adversidades

- Insuficiência da força de trabalho;
- Insuficiência de equipamentos de proteção individual – EPI's;
- Não utilização pelas prefeituras das máquinas doadas pelo ministério do desenvolvimento agrário na melhoria da infraestrutura dos assentamentos;
- Descompasso entre a execução orçamentária e a disponibilidade financeira;
- Pressões políticas provenientes dos latifundiários direcionadas as comunidades quilombolas, as quais dificultaram o avanço dos processos de reconhecimento dos seus territórios ancestrais, pois as comunidades estão sentindo receio de que o prosseguimento dos processos aumente as referidas pressões e coloque em risco sua segurança;
- Baixa capacidade operacional da Procuradoria Regional na análise de processos que demandam análise jurídica
- Não utilização das prefeituras das máquinas doadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na melhoria da infraestrutura dos assentamentos;
- Dificuldades financeiras para muitas entidades parceiras, limitando o andamento de convênios, acordos e parcerias;
- Inexecução da ação de infraestrutura nos projetos de assentamento devido a ausência suficiente de crédito orçamentário para celebração das avenças nas obras em andamento devido a morosidade do repasse de recursos financeiros;
- Proibição, por meio de Portaria do INCRA, da realização de Chamada Pública para a contratação de serviços de assistência técnica.

### Riscos

- Inexecução da ação de infraestrutura nos projetos de assentamentos devido a destinação insuficiente de crédito orçamentário para celebração das avenças e atraso nas obras em andamento devido a morosidade no repasse de recursos financeiros;
- Impossibilidade da contratação de serviços de assistência técnica, inviabilizando a concessão do créditos Fomento I e II e Fomento Mulher,
- Paralisação dos serviços de vistoria e avaliação de imóveis rurais
- Comprometimento da execução das ações e atingimento de metas.

### Estratégia de enfrentamento

- Intensificação de parcerias com o governo estadual, prefeituras municipais e com outros ministérios, tendo em vista a ampliação da capacidade operacional da Superintendência;
- Fortalecimento no relacionamento com os órgãos de controle, priorizando o atendimento às demandas dos mesmos, não obstante as dificuldades operacionais, notadamente aquelas relacionadas ao grande número de ações desenvolvidas pela Superintendência regional, sem as respectivas condições necessárias e suficientes de infraestrutura, força de trabalho e aporte financeiro;
- Implantação do Sistema de Atendimento ao Público onde o público é atendido pela sala da cidadania;
- Investimento na capacitação de servidores na busca de racionalização e aprimoramento dos processos de trabalho.
- Estabelecimento de parcerias Parceria bem-sucedida com algumas prefeituras na efetivação de atividades do INCRA em ações conjuntas com a Delegacia federal do MDA.

## Superintendência Regional – SR-25/RR\*

### Descrição geral

- A Superintendência Regional do INCRA, no estado de Roraima, possui uma baixíssima incidência de conflitos agrários (quase nenhuma). Considerando a Lei 11.952 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida no art. 2º da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, mediante alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.
- Considerando ainda, o Art. 33. da Lei 11.952/2009, “ ficam transferidas do INCRA para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo prazo de 5 (cinco) anos renovável por igual período, nos termos de regulamento, em caráter extraordinário, as competências para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, expedir os títulos de domínio correspondentes e efetivar a doação prevista no § 1º do art. 21, mantendo-se as atribuições do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão previstas por esta Lei.”
- Assim sendo, o INCRA/RR, representado pela SR-25/RR, perdeu o objeto de regularização fundiária de imóveis rurais em áreas da União, passando toda atividade ao MDA, através da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SERFAL, em Roraima pela Coordenação Estadual de Regularização Fundiária/CERFAL e Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SRFA-10/RR (Programa Terra Legal).

### Adversidades

- No âmbito logístico, pode ser destacado o problema com a internet, que ainda é de baixa velocidade de conexão. Outro problema enfrentado é relacionado com a infraestrutura das estradas vicinais que dão acesso aos lotes dos projetos de assentamento – péssimas condições e muitas vezes sem ponte para transpor os igarapés.

### Riscos

- Redução do efetivo de servidores devido às condições insatisfatórias de trabalho, aliado aos baixos valores das remunerações, o que tem levado a muitos servidores pedirem exoneração de seus cargos. Outro problema enfrentado é o desempenho das atividades realizadas em prédio alugado – fato esse que motivou uma ação judicial com o propósito de mudança de sede, pois o prédio não atendia as condições mínimas para atender o seu público alvo, bem como proporcionar aos seus servidores condições adequadas para o desempenho de suas funções.

### Estratégia de enfrentamento

- Gestão junto ao INCRA/ SEDE para a melhoria da rede de internet;
- Contratação de mão-de-obra terceirizada como forma de amenizar o problema de insuficiência de servidores efetivos.

### Mudanças ocorridas

- Instalação de uma nova rede de internet (wi fi);
- Gestão junto ao Ministério do Planejamento por parte do INCRA/SEDE para autorização de concurso público.

\*Fonte – Relatório de Gestão 2014 – SR25

## Superintendência Regional – SR-26/TO

### Descrição geral

- A SR(26)TO foi criada em 1.991 por meio da Portaria nº 95, de 08/08/1999, está sediada em Palmas e tem 03 (três) Unidades Avançadas localizadas nas cidades de Araguaína, Araguatins e Gurupi.
- Seu público alvo é composto por assentados, acampados, comunidades rurais tradicionais, comunidades quilombolas, ribeirinhos, atingidos por barragens e outras obras de infraestrutura, mulheres e jovens trabalhadores rurais e proprietários de imóveis rurais que demandam ações de reforma agrária ou de ordenamento fundiário.
- A Unidade trabalha diretamente na área de reforma agrária com 23.659 (vinte e três mil, seiscentos e cinquenta e nove) famílias assentadas em 378 (trezentos e setenta e sete) projetos de reforma agrária, que

totalizam 1.240.859,05 hectares, distribuídos em 101 (cento e um) municípios tocantinenses.

- A execução das ações da SR(26)TO tem como objetivos promover o acesso a terra; implantar ações para incentivar a produção, a geração de renda e o acesso a direitos fundamentais dos agricultores familiares assentados em parcerias com outros entes governamentais; assegurar a qualificação dos assentamentos por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva; e gerenciar a estrutura fundiária no Estado com a gestão e a fiscalização cadastral dos imóveis rurais e a certificação das propriedades rurais.
- No exercício financeiro de 2015, as dotação orçamentária autorizada para a SR(26)TO - conforme a Lei Orçamentária Anual e Plano de Metas e Créditos Orçamentários/2015 foi de R\$ 6.144.545,39 (seis milhões, cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos). Desse montante, R\$ 2.555.444,96 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro mil e noventa e seis centavos) foram consignados no Plano Orçamentário PO 02 – Administração da Unidade.
- Foram provisionados R\$ 8.117.241,55 (oito milhões, cento e dezessete mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos) que correspondem a 132,10 % do valor autorizado, dos quais foram empenhados R\$ 7.832.387,93 (sete milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos) com pagamento de R\$ 3.977.755,86 (três milhões, novecentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), resultando em 50,79 % de execução orçamentária. Foram inscritos em restos a pagar R\$ 3.854.632,07 (três milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta e dois reais e sete centavos).
- O Tocantins possui demanda de regularização fundiária de áreas estaduais e federais, esta última sob a responsabilidade do Programa Terral Legal Amazônia do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

#### Adversidades

- Dotação orçamentária e financeira insuficiente para a implantação e recuperação da malha viária dos projetos de assentamentos;
- Deficiências dos municípios no planejamento, elaboração, execução e prestação de contas de convênios de infraestrutura destinados aos Projetos de Assentamentos;
- Desinteresse das instituições de ensino superior em firmar parcerias visando à execução das ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/ PRONERA;
- Falta de equipamentos de proteção individual (EPI) para execução das atividades finalísticas referentes às ações de Vistoria e Avaliação de imóveis rurais;
- Insuficiência orçamentária para pagamento das indenizações de imóveis rurais vistoriados;
- Insuficiência orçamentária visando implantação e capacitação das Unidades Municipais de Cadastro/UMC;
- Reduzido número de projetos de assentamentos georreferenciados e certificados;
- Falta de assistência técnica contratada pelo INCRA nos assentamentos;
- Morosidade na regularização ambiental dos assentamentos;
- Baixo acesso das famílias assentadas às políticas de crédito e de apoio à comercialização da produção;
- Baixa contratação de financiamentos do programa Minha Casa Minha Vida Rural para construção e recuperação de habitações nos assentamentos;
- Suspensão das ações de consolidação e titulação dos projetos de assentamentos com mais de dez anos;
- Dificuldades na execução das ações de regularização fundiária das comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares;
- Incapacidade de promover a análise dos requerimentos de atualização cadastral de imóveis rurais no prazo estabelecido na Carta de Serviços ao Cidadão do INCRA;
- Não atendimento de parte dos requerimentos e solicitações nos prazos estabelecidos estabelecido na Carta de Serviços ao Cidadão do INCRA;
- Demora no atendimento das solicitações dos órgãos de controle, em especial, Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal;
- Insuficiência de recursos para reformas estruturais nas instalações da sede do INCRA, em Palmas;
- Insuficiência de financeiro para pagamentos de contratos administrativos de prestação de serviços.

#### Riscos

- Descentralização insuficiente e tardia de créditos orçamentários e recursos financeiros para as despesas de custeio da Regional, bem como das indenizações dos imóveis rurais vistoriados e avaliados;
- Insucesso da SR(26)TO em firmar parcerias para viabilizar as ações de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);

- Não cumprimento de parte das metas previstas;
- Não conclusão, no exercício de financeiro de 2015, do procedimento licitatório visando troca de equipamentos de proteção individual/EPI (com qualidade inferior) para equipes de vistoria e avaliação de imóveis rurais;
- Acirramento dos conflitos agrários em virtude de dificuldades no processo de obtenção de terras para criação de assentamentos e no processo de regularização fundiária de comunidades quilombolas;
- Conflitos agrários em áreas públicas federais de regularização fundiária;
- Possibilidade de conflito entre não índios e índios na área delimitada do Território Indígena Taego Awã, em Formoso do Araguaia, que afeta o projeto de assentamento Caracol.

#### Estratégia de enfrentamento

- Intensificar a gestão com os municípios visando a participação no chamamento público de infraestrutura nº 02/2014;
- Orientar os municípios em relação à apresentação de propostas no chamamento público de infraestrutura nº 02/2014;
- Contratação de assistência técnica com a conclusão do chamamento público de ATEs SR (26) TO nº 01/2014;
- Definição de áreas prioritárias para fiscalização visando a obtenção de terras com a participação dos movimentos sociais e a elaboração de cronograma de vistorias de imóveis rurais;
- Fazer gestão junto aos municípios para implantar a Sala da Cidadania com a capacitação de agentes municipais;
- Intensificar a execução das ações do Programa Assentamentos Verdes/PAV;
- Prestadoras de assistência técnica contratadas por meio do chamamento público de Ates SR(26)TO nº 01/2014 devem orientar e incentivar o acesso às políticas de custeio e de comercialização da produção;
- Avaliar periodicamente com os agentes financeiros oficiais estratégias para ampliar a contratação de financiamentos do programa Minha Casa Minha Vida Rural para construção e recuperação de habitações nos assentamentos;
- Realização ou participação em audiências públicas para discutir ações de enfrentamento a conflitos agrários no estado, com presença do Ministério Público Federal, Defensoria Pública Agrária, Ouvidoria Agrária Nacional e Regional, Delegacia Civil de Repressão a Conflitos Agrários e movimentos sociais.

#### Mudanças ocorridas

- Implantação do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) que ampliou e acelerou a certificação de imóveis rurais no Estado;
- Implantação da Sala da Cidadania Digital que facilitou o acesso do público aos serviços do INCRA, com a emissão online de documentos reduzindo o número de solicitações apresentadas nas Unidades do INCRA em Palmas, Araguaína, Araguatins e Gurupi;
- Chamamentos públicos de Infraestrutura, Terra Sol e Pronera incentivaram a apresentação de propostas e participação de outros atores (municípios, instituições de ensino, cooperativas e associações de agricultores familiares) no planejamento e desenvolvimento de ações destinadas aos projetos de assentamentos;
- Realização de audiências públicas para tratar de conflitos agrários auxiliou no combate aos casos de violência e no enfrentamento de estratégias para solucionar os casos de disputa pela posse da terra.

## Superintendência Regional – SR-27/MBA

### Descrição geral

- A Superintendência Regional de Marabá está quase que totalmente contemplada na descrição geral apresentado para a região Norte.
- Informação prestada pelo setor fundiário da SR quanto a dominialidade de imóvel rural – requer elaboração de cadeia dominial e consulta ao ITERPA sobre Títulos Definitivos emitidos pelo Governo do Estado do Pará.

### Adversidades

- A Autarquia não dispõe de normativos, rito, orçamento para a ação das questões minerárias e seus desdobramentos, tais como remanejamento de famílias, desafetações, indenizações, royalties, etc.
- Na área fundiária, a maior dificuldade é obter resposta do Instituto de Terras do Pará –ITERPA sobre a

autenticidade, legitimidade e localização dos Títulos emitidos pelo Governo do Estado do Pará. Há inúmeras reiterações de ofícios solicitando informações sem obtermos respostas.

- Quanto aos Cartórios, têm respondido nossas demandas num prazo razoável – de 30 a 60 dias. Em processo que requer urgência na elaboração de cadeia dominial, temos maior dificuldade pelo número reduzido de servidores na Divisão Fundiária e principalmente de recursos financeiros para deslocamento de servidores para os diversos municípios de atuação da SR27.
- Já vem sendo debatido a muito tempo da necessidade de se fazer capacitação a servidores na área de elaboração de cadeia dominial no âmbito desta SR, tendo em vista a carência de profissional habilitado para execução desse tipo de trabalho.

#### Riscos

- Sem normativa específica, rito, orçamento definido para as questões minerárias, os esforços empreendidos pela Superintendência, tais como recursos humanos, financeiros para custear diárias impactam negativamente no cumprimento das metas estipuladas no caderno de metas.
- O que pode ocorrer na área fundiária é o descumprimento de prazos, mormente de processos que tramitam na PFE, que tem prazo judicial para o INCRA apresentar a situação de dominialidade de imóveis rurais de sua jurisdição.

#### Estratégia de enfrentamento

- A Superintendência tem enfrentado essa situação utilizando-se de recursos e meios de outras ações, tendo sido criado GT multidisciplinar para analisar e tratar as questões minerárias. Todavia a ausência de normativo específico e rito atrapalha o andamento das situações.
- Na área fundiária, inserir cursos de capacitação em elaboração de cadeia dominial a servidores interessados ou indicados, a fim de dar atendimento as demandas da SR.

#### Mudanças ocorridas

- Alguns casos minerários em processos que se arrastavam desde o ano de 2003 avançou, mas não o necessário para atendimento da demanda que é crescente e tem impactado a gestão.
- Quanto ao ITERPA, ainda não conseguimos efetivar uma parceria para atendimento das demandas do INCRA num tempo razoável. Entendemos ser necessário a elaboração de um termo de cooperação com aquele instituto para agilizar as respostas que o INCRA requer.
- Na elaboração de cadeia dominial, a Divisão Fundiária e Obtenção de Terras, estão trabalhando em parceria, sendo a de Obtenção que dispõe de um orçamento maior, entrar principalmente com recursos financeiros para atender o deslocamento de servidores da Divisão Fundiária aos cartórios em busca de matrículas de imóveis rurais.

## Superintendência Regional – SR-28/DFE

#### Descrição geral

- Está SR/28/DFE é *sui generis* quanto a sua competência territorial, pois além de abranger o Distrito Federal, está responsável por fomentar projetos de assentamentos em parte do Estado de Minas Gerais (Noroeste Mineiro), e alguns Municípios do Estado de Goiás (Sudoeste Goiano). No Estado de Goiás a maioria dos Projetos de Assentamentos situa-se no Município de Flores de Goiás/GO, sendo que no Noroeste Mineiro existe grande concentração de projetos no Município de Buritis/MG. No Distrito Federal, vem sendo construída uma parceria com o Governo do Distrito Federal que está repassando algumas áreas de propriedade da TERRACAP, onde já foram criados projetos. Com relação à União, a Secretaria de Patrimônio Público – SPU vem repassando, também, algumas áreas no Distrito Federal para a criação de assentamentos. Nos últimos anos, houve um considerável número de aquisições de áreas que foram destinadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Dentro da medida do possível, e diante dos desafios que estão sendo impostos, nos últimos anos, pelo crescente contingenciamento de recursos de custeio e de investimento, estamos conseguindo atender aos anseios daquele(a) que almeja ser beneficiário(a) do PNRA.

#### Adversidades

- O grande desafio desta SR/28/DFE, cujos aspectos não diferem das demais Superintendências, diz respeito ao quadro reduzido de servidores a disposição de uma demanda cada vez mais crescente, aliado a desmotivação oriunda de uma defasagem salarial quando comparado cargos do INCRA com outros entes (administração direta e indireta). A falta de servidores, seja nas funções administrativas, seja nas funções de

campo e fiscalização, acaba por criar um ambiente propício para que a especulação imobiliária adentre nos projetos, sem contar que a demora na realização das atividades que visam fortalecer esta política, causam desconforto no beneficiário que acaba por fomentar as ocupações. A permanecer este quadro, com um elevado pedido de aposentadoria de servidores que já fazem jus a este benefício, sem contar que servidores que tomaram posse recentemente já se desligaram do INCRA, seja porque passaram em outro concurso, seja porque vislumbraram uma condição de vida melhor fora do INCRA, a política da reforma agrária não alcançará os objetivos a que a mesma foi criada, sem contar que esta regional chegará ao colapso quanto a administração de mais de 200 (duzentos) imóveis sob sua responsabilidade.

#### Riscos

- Vários são os riscos que advirão caso não se faça concurso para empossar novos servidores, além da criação de uma política salarial que consiga corrigir as distorções que existem no próprio Poder Executivo, até porque de nada adiantará locar recursos para aquisição de áreas se não houver uma disponibilização de recurso para o custeio da máquina. Diante deste obstáculo que está travando esta regional a cada dia, pode-se afirmar que a SR/28/DFE não conseguiu alcançar as metas impostas a cada ano se não for amenizada esta preocupante situação.

#### Estratégia de enfrentamento

- Realização de concurso público para preenchimentos dos cargos em número proporcionalmente igual ao crescimento da demanda e dos desafios inerentes a fiscalização do PAs; Política salarial para corrigir as distorções em cargos de natureza semelhantes comparadas com outros Ministérios e Autarquias do Poder Executivo; Adequação do orçamento a realidade da demanda; Liberação de mais recursos para obra de infraestrutura (água e estrada).

#### Mudanças ocorridas

- Maximização dos recursos que estão chegando a esta regional para custeio e investimento; prioridade da condução da política de ATEs, pois, assim, o beneficiário (a) terá condições de acessar o crédito PRONAF; Prioridade das parcerias com Prefeituras para a edificação de obras de infraestrutura; Foco na distribuição dos créditos para os beneficiários do PNRA; Criação de campanhas para a sensibilização dos servidores e colaboradores no sentido de diminuir as despesas fixas desta SR/28/DFE.

## Superintendência Regional – SR-29/MSF

#### Descrição geral

- Predominância de Pequenos Agricultores Familiares ocupando áreas públicas (devolutas), sem os respectivos Títulos de Domínio.

#### Adversidades

- Insuficiência de força de trabalho;
- Falta de recursos para diárias e veículos.

#### Riscos

- Ausência de ocupante;
- Dificuldade de parcerias para execução da ação.

#### Estratégia de enfrentamento

- Execução de Ações Discriminatórias como forma de regularizar e conceder títulos de domínio aos agricultores familiares;
- Necessidade de utilização de instrumentos alternativos para obtenção de terras, tais como: "Compra e Venda (Decreto Nº 433), Adjudicação, Desapropriação Administrativa, etc".

#### Mudanças ocorridas

- Melhoria do conhecimento da malha fundiária;
- Acesso ao crédito do pequeno agricultor;
- Acesso a políticas públicas.

## Superintendência Regional – SR-30/STM

### Descrição geral

- Grande dimensão territorial e insuficiência das infraestruturas básicas necessárias, como estradas, energia e água, além de assistência técnica e educação, que dificultam o desenvolvimento rural da região;
- Existência de projetos de assentamentos em áreas longínquas e bastante dispersos no território;
- Alta incidência de conflitos sobre o domínio de terras especialmente nos estados do Amazonas e Pará;
- Grande número de registros indevidos, dificultando a obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária;
- Disputas pela posse da terra com cerceamento de acesso ao deslocamento e a recursos naturais, ocorrência de ameaças, agressões físicas/morais, mortes, etc.;
- Número considerável de comunidades quilombolas, reforçando a demanda por regularização fundiária desse público;
- Grande demanda social originária dos assentamentos criados, sobretudo no que se refere à implantação de infraestrutura e à prestação de assistência técnica;
- Quadro insuficiente de servidores do INCRA, principalmente, frente à redução do número de servidores causada por aposentadoria;
- Metas audaciosas de assentamento de famílias;
- Avanço da reforma agrária nas áreas de várzeas e de unidades de conservação;
- Presença da nova fronteira agrícola brasileira, com crescente desenvolvimento de projetos agrícolas e valorização das terras;
- Demanda de regularização fundiária de áreas estaduais e federais, esta última sob a responsabilidade do Programa Terral Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Grandes obras do governo federal, tais como: o asfaltamento da BR-163, sentido Cuiabá-Santarém, a futura implantação da hidrelétrica São Luiz do Tapajós, a construção de portos, no Território da BR-163, com destaque ao Município de Itaituba e às margens do rio Tapajós;
- Crescimento da cultura da soja na região vem causando forte impacto em razão da disputa por áreas inicialmente ocupadas por agricultores familiares.

### Adversidades

- Dificuldades de deslocamento às regiões ribeirinhas e mais remotas: acomodação, transporte, água potável, comunicação entre as equipes, falta de infraestrutura das estradas vicinais;
- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros ao longo do exercício para recuperação das instalações físicas, recuperação e manutenção dos bens móveis diversos (máquinas e equipamentos), e cumprimento em tempo das obrigações assumidas através de contratos administrativos e convênios formalizados ou em execução no exercício;
- Instalações físicas inadequadas e recursos materiais insuficientes e antigos;
- Número de servidores inferior à necessidade da administração;
- Desmotivação ou pouca integração e baixa qualificação dos poucos servidores;
- Insuficiência de capacitação de servidores;
- Plano de cargos e carreiras inadequado, com salários defasados, que resulta em insatisfação generalizada;
- Falta de EPs para os Peritos Federais Agrários;
- Dificuldade em obter as certidões dos imóveis para obtenção solicitadas aos cartórios;
- Demora dos órgãos estaduais em informar sobre autenticidade, legitimidade e localização dos Títulos Definitivos apresentados como origem dos imóveis, que poderão ser obtidos para fins de reforma agrária;
- Cerceamento de acesso no deslocamento dentro dos imóveis quilombolas e a recursos naturais, além de ameaças de agressões físico-morais, mortes, etc.;
- Incidência de ocupação de lotes em áreas tanto de estudo para a criação de novos projetos, como em assentamentos já criados;
- Insuficiência de empresas prestadoras do serviço de Ater na região;
- Morosidade na regularização ambiental dos assentamentos;

- Base de dados cartográfica dos assentamentos encontra-se desatualizada, inclusive, divergindo das informações identificadas em alguns cartórios de registro de imóveis.

#### Riscos

- Dificuldade de disponibilizar servidor habilitado para os serviços de campo, dada a insuficiência de EPs;
- Comprometimento da tempestividade na condução das ações e não cumprimento de metas dado o número insuficiente de servidores e a sobrecarga dos servidores que ainda se mantém propriamente na ativa;
- Não cumprimento de pagamentos de contratos visto a indisponibilidade de recursos orçamentários ou financeiros;
- Inviabilização da prestação de serviços, por insuficiência e também pela demora na liberação dos recursos para execução dos trabalhos;
- Comprometimento da fiscalização dos contratos e convênios firmados com a Autarquia, o que resulta em inúmeras demandas dos Órgãos de Controle;
- Possibilidade de paralisação das atividades em decorrência da inadequação dos recursos materiais e frente a desmotivação dos servidores;
- Acirramento dos conflitos agrários em virtude de dificuldades no processo de obtenção de terras para criação de assentamentos e no processo de regularização fundiária de comunidades quilombolas.

#### Estratégia de enfrentamento

- Deslocamento de servidores treinados até as Comarcas para realizar o trabalho de elaboração das cadeias dominiais junto aos Cartórios, especialmente dos imóveis com processo tramitando de desapropriação e/ou aquisição;
- Solicitação de treinamento ao Serviço de Desenvolvimento Humano para realização da capacitação dos servidores;
- Realização de reuniões com comunidades, lideranças, autoridades, movimentos sociais nas SRs e em comunidades de forma a antecipar situações de tensão/conflito e agir com maior eficácia na resolução das situações, evitando seu agravamento;
- Organização de força-tarefa com vistas ao alcance das metas planejadas;
- Contratação de mão-de-obra terceirizada como forma de amenizar o problema de insuficiência de servidores efetivos;
- Definição de áreas prioritárias para fiscalização, visando a obtenção de terras com a participação dos movimentos sociais e a elaboração de cronograma de vistorias de imóveis rurais;
- Gestão junto aos municípios para implantar a Sala da Cidadania com a capacitação de agentes municipais;
- Ampliação das parcerias, especialmente com MPF, PF, Força Nacional, IBAMA, ICMBIO, SFB, Vara Agrária e afins, visando dar maior celeridade na condução das questões fundiárias da região.

#### Mudanças ocorridas

- Alinhamento político-institucional através do estabelecimento de parcerias (União, Estado e Municípios) com melhoria nas relações entre o INCRA e outros órgãos;
- Gestão junto ao Ministério do Planejamento por parte do INCRA/SEDE para autorização de concurso público;
- Implantação do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) ampliou e acelerou a certificação de imóveis rurais na região;
- Implantação da Sala da Cidadania Digital facilitou o acesso do público aos serviços do INCRA com a emissão online de documentos;
- Chamamentos públicos de Infraestrutura, Terra Sol e Pronera incentivaram a apresentação de propostas e participação de outros atores (municípios, instituições de ensino, cooperativas e associações de agricultores familiares) no planejamento e desenvolvimento de ações destinadas aos projetos de assentamentos;
- Realização de audiências públicas para tratar de conflitos agrários auxiliou no combate aos casos de violência e no enfrentamento de estratégias para solucionar os casos de disputa pela posse da terra.

## 9.2- Quadros, tabelas e figuras complementares

### 9.2.1 – Descrição e memória de cálculo dos Indicadores de Resultado

#### Indicadores de resultado - Objetivo 01 - Item 3.1.1

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)	
2015	
Previsto	Realizado
44,47	4,20
Memória de cálculo:	
<p>Índice: 2015: Nº de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (1119 - Fonte: Acompanhamento da Execução Física 1995-2015 - DEA-1 (Jan/Dez-2015 - SIR 05/02/2016)) dividido pelo Nº de famílias assentadas no exercício (26670 - Fonte: SIPRA Rel. 233 – Total. Apuração DEA-1. 04/01/2016) multiplicado por 100. Previsão: Não há meta física para construção de moradias no Caderno de Metas. Utilizou-se a média dos últimos 3 anos</p>	

Índice de acesso ao Crédito Instalação (%)	
2015	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
294	74
Memória de cálculo:	
<p>Índice: 2015: Nº de famílias com crédito disponibilizado no exercício (19718 - Fonte: SNCCI – 12/02/2016) dividido pelo Nº de famílias assentadas no exercício (26670 - Fonte: SIPRA Rel. 233 – Total. Apuração DEA-1. 04/01/2016) multiplicado por 100. Previsão 2015: Meta de disponibilização de crédito instalação no exercício (88200 - Fonte: Caderno de metas 2015, 1ª revisão. Nov-2015.) dividido pela Meta de assentamento de famílias (30000 - Fonte: Caderno de metas 2015, 1ª revisão. Nov-2015.) multiplicado por 100. 2016: Meta de disponibilização de crédito instalação no exercício (0 - Fonte: Não há previsão para 2016) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Não há previsão para 2016) multiplicado por 100. Previsto: <sup>1</sup> Meta de disponibilização de crédito instalação no exercício (88200) dividido pela meta de assentamento (30000) no exercício.</p> <p>Obs.: Todas as modalidades. Ano/mês referente à data de retorno do crédito com "OK" na situação de retorno.</p>	

Índice de provimento efetivo de assistência técnica (%)	
2015	
Previsto	Realizado
100,00	60,17
Memória de cálculo:	
<p>Realizado 2015: Nº de famílias efetivamente atendidas no exercício e registradas no Siater (218984 - Fonte: SIATER**) dividido pelo Nº total de famílias com previsão de atendimento nos contratos de ATER lançados no Siater (363947 - Fonte: WIKI*) multiplicado por 100.</p> <p>Previsto: 2015: Meta de famílias, com previsão de atendimento nos contratos de ATER lançados no Siater, a serem efetivamente atendidas com ATER (363947 - Fonte: WIKI*) dividido pelo Nº total de famílias com previsão de atendimento nos contratos de ATER lançados no Siater (363947 - Fonte: WIKI*) multiplicado por 100.</p>	

\* Dados consolidados da WIKI, considerando os contratos vigentes no período.

\*\* Relatório extraído do SIATER. Para o cálculo do indicador cada CFP foi considerado apenas uma vez e o marco para o atendimento foi a Data de Início da Atividade. Fonte: Relatório SIATER 16.01.15 (2014 apenas).

<b>Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
14,78	12,00
Memória de cálculo:	
2015: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (3201 - Fonte: Acompanhamento da Execução Física 1995-2015 - DEA-1 (Jan/Dez-2015 - SIR 05/02/2016)) dividido pelo Nº de famílias assentadas no exercício (26670 - Fonte: SIPRA Rel. 233 – Total. Apuração DEA-1. 04/01/2016) multiplicado por 100. Previsto: <sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos.	

<b>Índice de acesso a estradas (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
100,00	75,32
Memória de cálculo:	
2015: Número de famílias com obra de estrada concluída no exercício (20089 - Fonte: SIR - Jan/Dez-2015. 05/02/2016) dividido pelo Nº de famílias assentadas no exercício (26670 - Fonte: SIPRA Rel. 233 – Total. Apuração DEA-1. 04/01/2016) multiplicado por 100. Previsto: <sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos	

<b>Índice de Projetos de Assentamentos em processo de regularização ambiental pelo CAR (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
53,44	41,99
Memória de cálculo:	
Índice: 2015: Número total de Projetos de Assentamento com CAR (3033 - Fonte: Relatório do SIR exercício 2015, extraído em 05/02/2016) dividido pelo Nº total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR ou Sede (7223 - Fonte: Fonte: SIPRA. Rel. 227, sendo 7195 Federais - consolidados - reconhecidos) + 28 (reconhecidos, apenas PA e PCA) multiplicado por 100. Previsto: 2015: Meta CAR (3860 - Fonte: Caderno de metas 2015, 1ª revisão. Nov-2015.) dividido pelo Nº total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR ou Sede (7223 - Fonte: Fonte: SIPRA. Rel. 227, sendo 7195 Federais - consolidados - reconhecidos) + 28 (reconhecidos, apenas PA e PCA) multiplicado por 100.	

<b>Índice de alcance de formação profissional do PRONERA na Reforma Agrária (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
1,23	1,43
Memória de cálculo:	
2015: Nº de alunos na EJA profissionalizante, na formação de nível médio, superior e especialização (13964 - Fonte: Relatório do SIR exercício 2015 (Jan/Set), extraído em 13.11.2015) dividido pelo Nº de famílias total de famílias assentadas (977355 - Fonte: Rel. 233 Sipra (emissão 11/02/2016) - nº Alunos: Planilha de Acompanhamento da execução 1995-2015 alunos formados) multiplicado por 100. Previsto: <sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos.	

**Indicadores de resultado - Objetivo 02 - Item 3.1.2**

<b>Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
80,07	87,01
Memória de cálculo:	
2015: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (740.906.564,74 - Fonte: Fonte: SNCR (16/02/16)) dividido pela Superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede (851.487.659,90 - Fonte: Relatório de Gestão) multiplicado por 100. Previsto: <sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos	

<b>Índice de demarcação topográfica em Assentamento (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
30,86	102,69
Memória de cálculo:	
2015: Nº total de assentamentos com perímetro demarcado e inserido na base cartográfica do INCRA (7417 - Fonte: Acervo Fundiário (Exceto PE, RESEX, FLONA, PIC, PRB, FLOE e RDS), em 12/02/16.) dividido pelo Nº total de Projetos de Assentamentos cuja responsabilidade de demarcação é do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede (7223 - Fonte: Fonte: SIPRA. Rel. 227, sendo 7195 Federais - consolidados - reconhecidos) + 28 (reconhecidos, apenas PA e PCA) multiplicado por 100. Previsto: <sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos	

<b>Índice de Regularização Fundiária (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
98,00	63,37
Memória de cálculo:	
2015: Nº de imóveis regularizados e titulados no exercício (8555 - Fonte: Relatório do SIR exercício 2014, extraído em 12.02.2015) dividido pelo Nº de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR ou Sede (13501 - Fonte: Relatório do SIR exercício 2015, extraído em 12.02.2015) multiplicado por 100. Previsto: <sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos	

**Indicadores de resultado - Objetivo 03 - Item 3.1.3**

<b>Índice de gastos com Obtenção de Terras (R\$/ha)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
2104,50	5498,00
Memória de cálculo:	
2015: Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (146.422.538,20 - Fonte: DT) dividido pela respectiva Área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR ou Sede (26.631,96 - Fonte: DT)	

<b>Índice de área destinada à Reforma Agrária (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
10,38	10,39
Memória de cálculo:	
2015: Área (ha) total dos Projetos de Assentamento (88.446.514,73 - Fonte: SIPRA – Rel. 227 (sem filtro)) dividido pela respectiva Superfície total da área abrangida pela Jurisdição da SR ou Sede (851.487.659,90 - Fonte: Relatório de Gestão 2014*) multiplicado por 100. <sup>1</sup> Previsto é igual a área destinada em 31/12/2014 (88311886,89) somada à área prevista para incorporação do Caderno de metas de 2015 (101035,2045) dividido pela área do Brasil (851487659,9) multiplicado por 100.	

<b>Índice de acréscimo da área destinada à Reforma Agrária (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
0,40	0,23
Memória de cálculo:	
2015: Área (ha) de Projetos de Assentamento criados no exercício (206.541,97 - Fonte: SIPRA – Rel. 227 (sem filtro)) dividido pela respectiva Área total de Projetos de Assentamento existente, na jurisdição da SR ou Sede (88.446.514,76 - Fonte: SIPRA – Rel. 227 (sem filtro)) multiplicado por 100. Previsto <sup>1</sup> : Média dos últimos 3 anos	

<b>Índice de Parcelas Supervisionadas (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
2,66	1,86
Memória de cálculo:	
2015: Nº de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (15996 - Fonte: Relatório do SIR exercício 2015, extraído em 05.02.2015) dividido pela respectiva Nº total de parcelas, na jurisdição da SR ou Sede (860849 - Fonte: Fonte: SIPRA. Rel. 227 (sendo 859.018 lotes em 7195 Federais - consolidados - reconhecidos) + (1.831 lotes em 28 assentamentos apenas PA e PCA.) multiplicado por 100. Previsto: <sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos	

#### Indicadores de resultado - Objetivo 04 - Item 3.1.4

<b>Índice de acesso de mulheres ao Crédito Fomento Mulher (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto	Realizado
149,60	36,67
Memória de cálculo:	
Realizado: 2015: Nº de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher (6948 - Fonte: SNCCI - 12/02/2016) dividido pelo Nº total de mulheres assentadas (Nº total de mulheres assentadas - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Previsto: 2015: Meta de mulheres a serem atendidas pelo Crédito Fomento Mulher (28344 - Fonte: Caderno de Metas 1ª revisão. Nov./2015) dividido pelo Nº total de mulheres assentadas (28344 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Obs.: Todas as modalidades. Ano/mês referente à data de retorno do crédito com "OK" na situação de retorno.	

<b>% de mulheres beneficiárias com ATER em relação ao total efetivamente atendido (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto	Realizado
0,00	45,67
Memória de cálculo:	
Realizado: 2015: Nº de mulheres beneficiárias com ATER (100018 - Fonte: Siater) dividido pelo Nº de beneficiários efetivamente atendidos pela ATER (estoque) (218984 - Fonte: Siater) multiplicado por 100. Previsto: 2015: Meta de mulheres a serem beneficiadas com ATER (0 - Fonte: Caderno de Metas e Siater*) dividido pelo Nº de beneficiários efetivamente atendidos pela ATER (estoque) (0 - Fonte: Siater) multiplicado por 100.	

**Indicadores de resultado - Objetivo 05 - Item 3.1.5**

<b>Índice de Titulação de Comunidades Quilombolas (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
6,49	12,15
Memória de cálculo:	
2015: Nº total de comunidades quilombolas tituladas (13 - Fonte: DFQ) dividido pelo Nº total de comunidades com portaria de reconhecimento, na jurisdição da SR ou Sede (107 - Fonte: DFQ) multiplicado por 100. Previsão: <sup>1</sup> Qtd. Comunidades Quilombolas: 5 dividido pela Qtd. Portarias: 77	

<b>Índice de Famílias Quilombolas em Áreas Tituladas (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
1,76	26,16
Memória de cálculo:	
2015: Nº total de famílias em comunidades quilombolas tituladas (CCDRU e TD) (2763 - Fonte: DFQ) dividido pelo Nº total de famílias quilombolas em comunidades com portaria de reconhecimento, na jurisdição da SR ou Sede (10560 - Fonte: DFQ) multiplicado por 100. Previsto <sup>1</sup> : Qtd. de famílias: 232 dividido pela Qtd. comunidades com portaria:13145	

**Indicadores de resultado - Objetivo 06 - Item 3.1.6**

<b>% de jovens assentados (até 29 anos)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
5,00	40,65
Memória de cálculo:	
2015: Nº total de jovens assentados no exercício (10841 - Fonte: SIPRA) dividido pelo Nº de famílias assentadas no exercício (26670 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Previsto <sup>1</sup> : Meta de número de jovens com base na Portaria MDA 06/2013 que define que no mínimo 5% dos assentados em assentamentos acima de 5 lotes devem ser destinados à famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos.	

**Indicadores de resultado - Objetivo 02 - Item 3.2.2**

<b>Índice de abrangência de capacitação (%)</b>	
<b>2015</b>	
Previsto <sup>1</sup>	Realizado
19,89	44,55
Memória de cálculo:	
Realizado 2015: Nº de funcionários que participaram das atividades de capacitação (2063 - Fonte: DAH e Relatório do SIR exercício 2015, extraído em 05.02.2016) dividido pelo Nº total de funcionários, na jurisdição da SR ou Sede (4631 - Fonte: Relatório SIAPE Gerencial) multiplicado por 100. Previsto 2015: Meta de capacitação (921 - Fonte: Plano de Metas 2015 - Revisado) dividido pelo Nº total de funcionários, na jurisdição da SR ou Sede (4631 - Fonte: Relatório SIAPE Gerencial) multiplicado por 100.	

## 9.2.2 – Fontes e Observações dos Indicadores de Processo

### Fonte dos Dados: Objetivo 01 - Item 3.1.1

Análise indicadores	2014		2015		2016	OBSERVAÇÃO 2014	OBSERVAÇÃO 2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta		
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Relatório SNCCI (22.01.14) e SIAFI Gerencial	Caderno de Metas 2015 revisado	Relatório SNCCI (12.02.16)	Caderno de Metas 2016		Todas as modalidades. Ano/mês referente à data de retorno do crédito com "OK" na situação de retorno.
Número de famílias atendidas com assistência técnica	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Detalhamento wiki.INCRA.gov.br (05.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	Detalhamento wiki.INCRA.gov.br (19.01.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016	Obras Contratadas	Obras concluídas
Número de créditos instalação supervisionados	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016	Soma de todos os indicadores de gestão ambiental tanto para o previsto quanto para o realizado	
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016	Também foram protocoladas 171 Licenças de Atividades pela SR 14/AC	
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		

Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DDE	Caderno de Metas 2015 revisado	DDE	Caderno de Metas 2016		
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		

#### Fonte dos Dados: Objetivo 02 - Item 3.1.2

Análise indicadores	2014		2015		2016	OBSERVAÇÃO 2014	OBSERVAÇÃO 2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta		
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SNCR	Caderno de Metas 2015 revisado	SNCR	Caderno de Metas 2016		
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada		DFC		SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016	A meta do Caderno de Metas é "Hectare".	A meta do Caderno de Metas é "Hectare".
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DFC	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de imóveis rurais georreferenciados	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		

Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DDA e SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	DDA e SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016	Além dos valores informados para o "Realizado", existem lançamentos de 4.451 imóveis no indicador geral. Recomenda-se que a área qualifique a informação e distribua no indicador correto.	
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		

### Fonte dos Dados: Objetivo 03 - Item 3.1.3

Análise indicadores	2014		2015		2016	OBSERVAÇÃO 2014	OBSERVAÇÃO 2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta		
Área total de imóveis vistoriados	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016	Trabalho de Campo	Laudo entregue
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de famílias assentadas	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIPRA (Relatório 233 - Total de Famílias Assentadas - 02.01.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIPRA (Relatório 233 - Total de Famílias Assentadas - 04.01.2016)	Caderno de Metas 2016		
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DT	Caderno de Metas 2015 revisado	DT	Caderno de Metas 2016		

Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DT	Caderno de Metas 2015 revisado	DT	Caderno de Metas 2016		
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016		

#### Fonte dos Dados: Objetivo 04 - Item 3.1.4

Análise indicadores	2014		2015		2016	OBSERVAÇÃO 2014	OBSERVAÇÃO 2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta		
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	Relatório SNCCI (22.01.14) e SIAFI Gerencial	Caderno de Metas 2015 revisado	Relatório SNCCI (12.02.16)	Caderno de Metas 2016		Todas as modalidades. Ano/mês referente à data de retorno do crédito com "OK" na situação de retorno.
Número de mulheres beneficiárias com ATER	-	SIATER	-	SIATER	-	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão (Calculado a partir do indicador "% mínimo de mulheres beneficiárias com ATER em relação ao total efetivamente atendido"). Assim, o cálculo do "previsto" foi calculado após a finalização da execução.	

**Fonte dos Dados: Objetivo 05 - Item 3.1.5**

Análise indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DFQ (08.01.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	DFQ (04.01.2016)	Caderno de Metas 2016
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015) e Detalhamento wiki.INCRA.gov.br	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	-
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DFQ (08.01.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	DFQ (04.01.2016)	Caderno de Metas 2016
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DFQ (09.01.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	DFQ (04.01.2016)	-
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DFQ (08.01.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	DFQ (04.01.2016)	-
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	-

**Fonte dos Dados: Objetivo 06 - Item 3.1.6**

Análise indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de jovens assentados (até 29 anos)	-	SIPRA	-	SIPRA	-

**Fonte dos Dados: Objetivo 01 - Item 3.2.1**

Análise indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Núcleo de Estudos Fundiários - NEF instalado no INCRA	Planejamento Estratégico INCRA-MDA	DF	-	-	-
Número de Bibliotecas Quilombolas implantadas	Planejamento Estratégico INCRA-MDA	DF	Planejamento Estratégico INCRA-MDA	NEAD/MDA	-
Número de Estudos realizados	Planejamento Estratégico INCRA-MDA	NEAD/MDA	Planejamento Estratégico INCRA-MDA	NEAD/MDA	-

**Fonte dos Dados: Objetivo 02 - Item 3.2.2**

Análise indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Número de servidores capacitados	Caderno de Metas 2014/2015 3ª versão	DAH e SIR (Módulo de Monitoramento - 12.02.2015)	Caderno de Metas 2015 revisado	SIR (Módulo de Monitoramento - 05.02.2016)	Caderno de Metas 2016

### 9.2.3 – Alinhamento de cada Objetivo Estratégico com PPA e LOA.

Programa PPA/LOA	Objetivos do PPA	Iniciativa	Ação
<b>Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade</b>			
<b>2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamentos sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	01EU - Desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária com a concessão de títulos conjuntos a mulheres e homens assentados, a regularização e gestão ambiental, o fomento à agroindustrialização e à comercialização proporcionando aos assentamentos condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, além de fortalecer os grupos produtivos de mulheres.	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais
	0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	01F1 - Proporcionar ao público-alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional	210 T - Promoção da Educação do Campo
	0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, abastecimento de água, moradia, segurança alimentar e início de estruturação produtiva para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.	0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas
<b>2012 – Agricultura familiar</b>	0412 - Ampliar o acesso e qualificar o serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e	01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e	210S - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária

	povos e comunidades tradicionais.	comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER.	
<b>Objetivo Estratégico 2: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.</b>			
<b>2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.	01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais. 01DW - Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e ampliar a inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do INCRA e a integração dele com outras bases geográficas para qualificar o controle e o gerenciamento da malha fundiária nacional, dar apoio à certificação de imóveis rurais e promover a massificação do seu acesso.	Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
	0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.	01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do INCRA e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.	210U - Organização da Estrutura Fundiária
<b>Objetivo Estratégico 3 - Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.</b>			

<b>Objetivo Estratégico 4: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.</b>			
<b>2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).	211B - Obtenção de Imóveis Rurais para criação de Assentamentos da Reforma Agrária
		01EL Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, em articulação com o Cadastro Único de Políticas Sociais do Governo Federal (CAD Único), visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.	
	0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	01EU - Desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária com a concessão de títulos conjuntos a mulheres e homens assentados, a regularização e gestão ambiental, o fomento à agroindustrialização e à comercialização proporcionando aos assentamentos condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, além de fortalecer os grupos produtivos de mulheres.	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais
	0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades	01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do	210U - Organização da Estrutura Fundiária

	tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.	Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do INCRA e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.	
<b>Objetivo Estratégico 5: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.</b>			
<b>2034 Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.	047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação.	210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas Produto/Unidade de medida - Área reconhecida
<b>Objetivo Estratégico 6: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural</b>			
OBS: O objetivo acima não guarda relação direta com os objetivos/iniciativas/ações do INCRA			